



**INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO**  
Universidade Técnica de Lisboa

**O ESPAÇO PÚBLICO NA RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS**  
**OS CASOS DE LISBOA E BARCELONA**

Mariana Geraldês Pires Aires Silva

Dissertação para obtenção de Grau de Mestre em  
**ARQUITECTURA**

Júri

Presidente: Prof.<sup>ª</sup> Doutora Maria Alexandra de Lacerda Nave Alegre

Orientador: Prof. Doutor Pedro Filipe Pinheiro de Serpa Brandão

Vogal: Prof. Doutor Jorge Manuel Gonçalves

Maio 2012





**O ESPAÇO PÚBLICO NA RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS CULTURAIS**  
**OS CASOS DE LISBOA E BARCELONA**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Arquitectura | Instituto Superior Técnico  
Mariana Geraldês Pires Aires Silva | Maio 2012



## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Pedro Brandão, pela dedicação e empenho com que acompanhou este trabalho.

À minha família, Mãe, Pai, Avó e Tio Zé pelo apoio incondicional e carinho principalmente ao longo destes seis anos.

À Débora, Sara, Débora, Marta, Clarissa, Ana e Cindy pela amizade e motivação inesgotáveis.

Ao Fábio, por seres o meu pilar.



## RESUMO

Na presente dissertação realiza-se um estudo sobre espaço público ligado a equipamentos culturais de construção recente, procurando perceber como essa relação tem impacto a nível físico e social na regeneração da envolvente próxima.

Partimos da evolução da relação entre espaço público e equipamentos de serviço público com incidência na sua importância a nível da Cidade, passando pelo estudo dessa relação especificamente nas cidades de Barcelona e Lisboa com enfoque especial nos equipamentos culturais. Finalmente, abordam-se os mecanismos de avaliação da qualidade do espaço público e a sua aplicação a alguns casos de estudo de forma a conseguir uma avaliação das suas características físicas, perceber o impacto a nível social na envolvente próxima e elaborar uma hipótese explicativa para cada situação. Para isso foram seleccionados quatro exemplos localizados em Barcelona e Lisboa: a *Plaça dels Àngels* junto ao Museu d'Art Contemporani de Barcelona (MACBA), a *Plaça Joan Coromines* junto ao *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB), a Praça do Museu e o Jardim das Oliveiras, ambos no Centro Cultural de Belém (CCB) em interacção, respectivamente, com as áreas urbanas vizinhas do Raval e de Belém.

A elaboração deste trabalho permitiu concluir que o sucesso deste tipo de espaços se define por três factores principais: pela sua capacidade de se autonomizar da entidade que o gerou, pela sua capacidade em oferecer serviços com valor acrescentado à comunidade em que se insere e, finalmente, pelo posicionamento dos que nele intervêm, nomeadamente os arquitectos, na consciência de que o espaço público é parte integrante de uma rede de serviços à escala urbana que extravasa o contexto do edifício que o origina.

Palavras-chave: **Espaço Público, Equipamento, Museu, Praça, Sociologia Urbana, Urbanismo**





## ABSTRACT

In this dissertation is conducted a study on the public spaces generated or intervened by the proximity of a cultural facility recently built, in order to understand how this connection influences the changes of its physical and social surroundings.

Starting on the research of the link between public spaces and public facilities through the history of european cities, this investigation focuses on the quality evaluation of public spaces in order to analyze some case studies and draw up an explanatory hypothesis for the current situation. For this purpose, four examples were selected located in Barcelona and Lisbon: *Plaça dels Àngels* connected to *Museu d'Art Contemporani de Barcelona (MACBA)*, *Plaça Joan Coromines* next to *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona (CCCB)*, *Praça do Museu* and *Jardim das Oliveiras* both located in *Centro Cultural de Belém (CCB)* which interact, respectively, with the nearby urban areas of Belém and Raval

This work revealed that the success of such spaces is defined by three main factors: by their ability to empower themselves despite the connection to the cultural entity, by their ability to offer better services to their users and, lastly, by the awareness of the main actors who are going to intervene, mainly the architects, to the fact that public spaces are part of a city's service network that goes beyond the context of the building.

**Keywords: Public space, Public Facilities, Museum, Square, Urban Sociology, Urbanism**

# ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS .....	ii
RESUMO .....	iv
ABSTRACT .....	vi
ÍNDICE GERAL .....	vii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	x
ÍNDICE DE TABELAS .....	xiv
GLOSSÁRIO .....	xv
ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	xviii
<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>2</b>
1.1. OBJECTO, MOTIVAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA .....	3
1.2. OBJECTIVO .....	6
1.3. ESTADO DA ARTE E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA .....	7
Espaço Público, Uso e Morfologia Urbana .....	7
História da Cidade .....	8
Aspectos políticos, sociais e económicos .....	9
Equipamento Cultural na Cidade contemporânea .....	10
Metodologias para a avaliação da qualidade do espaço público .....	10
1.4. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO .....	12
Metodologia.....	12
Organização do conteúdo.....	13
<b>2. ENQUADRAMENTO DO TEMA .....</b>	<b>16</b>
2.1. EVOLUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS .....	17
Cidade, espaço urbano e o seu carácter público .....	17
Equipamentos e Serviço Público .....	19
Síntese histórica: o espaço público e equipamentos na Europa .....	20

2.2. ESPAÇO PÚBLICO URBANO NAS SUAS TENDÊNCIAS ACTUAIS – EMERGÊNCIA DO EQUIPAMENTO CULTURAL .....	32
Exigências e Qualidade do Espaço Público contemporâneo .....	32
Emergência actual do equipamento cultural no contexto europeu.....	34
Espaço público gerado por equipamentos culturais em Barcelona e Lisboa.....	37
<b>3. CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO .....</b>	<b>50</b>
ENQUADRAMENTO .....	51
3.1. BARCELONA: <i>PLAÇA DELS ÀNGELS</i> (MACBA) E <i>PLAÇA DE JOAN COROMINES</i> (CCCB) .....	52
Antecedentes – A Cidade e o Museu .....	52
Projecto, edifício e espaço público .....	60
3.3. LISBOA: PRAÇA DO MUSEU E JARDIM DAS OLIVEIRAS (CCB) .....	66
Antecedentes – A Cidade e o Museu .....	66
Projecto, edifício e espaço público .....	73
<b>4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E APLICAÇÃO AOS CASOS DE ESTUDO .....</b>	<b>80</b>
4.1. FERRAMENTAS DE ANÁLISE .....	81
Avaliação do espaço – características físicas .....	82
Avaliação do espaço – nível social.....	89
Síntese da análise .....	90
4.2. ANÁLISE .....	91
A. <i>Plaça dels Àngels</i> .....	91
B. <i>Plaça de Joan Coromines</i> .....	100
C. Praça do Museu .....	107
D. Jardim das Oliveiras .....	113
<b>5. CONCLUSÕES .....</b>	<b>122</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>128</b>
BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA .....	129
Cidade, Espaço Público e Equipamentos Públicos .....	129
Casos de Estudo .....	132
Metodologia de Análise .....	134

BIBLIOGRAFIA VIRTUAL .....	135
<b>ANEXOS .....</b>	<b>138</b>
I. Quadro de Diagnóstico de Valores Identitários .....	139
II. Quadros de Avaliação Qualitativa do Espaço.....	140
III. Elementos desenhados.....	143

# ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> Plano Hipodamiano - Mileto no século V a.C. (localização da Ágora) .....	21
Fonte: <a href="http://urbanisticka.blogspot.pt/2010/03/nocion-de-polis.html">http://urbanisticka.blogspot.pt/2010/03/nocion-de-polis.html</a>	
<b>Figura 2</b> Plano Hipodamiano - Priene século II a.C. (localização da Ágora) .....	21
Fonte: <a href="http://www.flashcardmachine.com/greek-archaeology1.html">http://www.flashcardmachine.com/greek-archaeology1.html</a>	
<b>Figura 3</b> Planta da Ágora de Atenas .....	22
Fonte: <a href="http://homepage.usask.ca/~akkerman/geog346/instrefs.html">http://homepage.usask.ca/~akkerman/geog346/instrefs.html</a>	
<b>Figura 4</b> Treveris séc. I a.C (localização dos fóruns e outros espaços de relevo) .....	22
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. <i>La Città e l'Architetto</i> (versão consult. <i>A Cidade e o Arquitecto</i> . Lisboa; Edições 70, 2006) p. 26	
<b>Figura 5</b> Bolonha no séc. XVI - Cidade amuralhada de tecido heterogéneo.....	23
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. <i>La Città e l'Architetto</i> (versão consult. <i>A Cidade e o Arquitecto</i> . Lisboa; Edições 70, 2006) p. 53	
<b>Figura 6</b> Siena no séc. XV - A praça da Catedral como ponto central .....	23
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. <i>La Città e l'Architetto</i> (versão consult. <i>A Cidade e o Arquitecto</i> . Lisboa; Edições 70, 2006) p. 66	
<b>Figura 7</b> Vista do Centro de Siena - Catedral e Praça .....	24
Fonte: <a href="http://www.citiesinworld.com/2011/07/siena.html">http://www.citiesinworld.com/2011/07/siena.html</a>	
<b>Figura 8</b> Nuremberga no séc. XVI - A abertura de praças em frente aos principais edifícios públicos estrutura o esp. urbano. 24	
Fonte: <a href="http://www.northernrenaissance.org/articles/Nuremberg-and-the-Topographies-of-ExpectationbrJeffrey-Chipps-Smith/8">http://www.northernrenaissance.org/articles/Nuremberg-and-the-Topographies-of-ExpectationbrJeffrey-Chipps-Smith/8</a>	
<b>Figura 9</b> A Città Ideale de Piero della Francesca (1475).....	26
Fonte: Piero della Francesca 1475, pintura sobre madeira, 197x120 cm	
<b>Figura 10</b> Praça do Capitólio. Autoria de Miguel Ângelo no séc. XVI (vista actual) .....	26
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/mjusten/4732072978/">http://www.flickr.com/photos/mjusten/4732072978/</a>	
<b>Figura 11</b> Londres - bairro operário e condições de vida precária (séc.XIX) .....	27
Fonte: <a href="http://permaculture.org.au/2009/04/20/an-industrial-revolution-like-no-other/">http://permaculture.org.au/2009/04/20/an-industrial-revolution-like-no-other/</a>	
<b>Figura 12</b> Paris - os grandes Boulevards abertos por Haussmann (séc. XIX) .....	27
Fonte: BENEVOLO, Leonardo. <i>La Città e l'Architetto</i> (versão consult. <i>A Cidade e o Arquitecto</i> . Lisboa; Edições 70, 2006) p. 199	
<b>Figura 13</b> Paris - o derrube dos quarteirões existentes para a abertura da Av. de l'Opera .....	28
Fonte: <a href="http://www.conservapedia.com/Georges-Eugène-Haussmann">http://www.conservapedia.com/Georges-Eugène-Haussmann</a>	
<b>Figura 14</b> A visão de Cerdá (em cima) e a eventual transformação dos quarteirões (em baixo).....	28
Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia. <i>Morfologia Urbana e Desenho da Cidade</i> . Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000	
<b>Figura 15</b> Plano de Agache para o Rio de Janeiro (1928).....	30
Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia. <i>Morfologia Urbana e Desenho da Cidade</i> . Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000	
<b>Figura 16</b> Plano de Agache - o destaque dado aos equipamentos.....	30
Fonte: LAMAS, José M. Ressano Garcia. <i>Morfologia Urbana e Desenho da Cidade</i> . Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000	
<b>Figura 17</b> <i>Neue Nationalgalerie</i> aquando da sua inauguração em 1968.....	34
Fonte: <a href="http://www.domusweb.it/en/from-the-archive/less-is-forever/">http://www.domusweb.it/en/from-the-archive/less-is-forever/</a>	
<b>Figura 18</b> Museu Guggenheim de Nova Iorque (1959) .....	34
Fonte: <a href="http://assimeugosto.com/2010/12/09/museu-guggenheim-ny/">http://assimeugosto.com/2010/12/09/museu-guggenheim-ny/</a>	
<b>Figura 19</b> <i>Centre Georges Pompidou</i> em Paris (1974) - inserção do edifício por oposição no núcleo histórico .....	35
Fonte: <a href="http://abduzeedo.com/architect-day-renzo-piano">http://abduzeedo.com/architect-day-renzo-piano</a>	
<b>Figura 20</b> <i>Centre Georges Pompidou</i> - praça fronteira.....	35
Fonte: <a href="http://www.placesinparis.com/centre-pompidou/">http://www.placesinparis.com/centre-pompidou/</a>	
<b>Figura 21</b> <i>Tate Modern</i> em Londres (2000) - inserção do edifício.....	35
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Bing Maps)	
<b>Figura 22</b> <i>Tate Modern</i> - o espaço verde exterior .....	35
Fonte: <a href="http://weshareideas.com.br/tag/tate-modern/">http://weshareideas.com.br/tag/tate-modern/</a>	
<b>Figura 23</b> Museu <i>Guggenheim</i> de Bilbao (1997) - espaço exterior.....	36
Fonte: <a href="http://architetur.wordpress.com/2009/11/13/guggenheim-bilbao/guggenheim-bilbao-1/">http://architetur.wordpress.com/2009/11/13/guggenheim-bilbao/guggenheim-bilbao-1/</a>	
<b>Figura 24</b> Museu <i>Guggenheim</i> de Bilbao - inserção na malha tradicional .....	36
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Bing Maps)	
<b>Figura 25</b> <i>Kunsthau Bregenz</i> (1997) - inserção na paisagem urbana .....	36
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/commander_klaus/696932379/">http://www.flickr.com/photos/commander_klaus/696932379/</a>	
<b>Figura 26</b> <i>Kunsthau Bregenz</i> - renovação da praça <i>Karl Tizian</i> .....	36
Fonte: <a href="http://www.kunsthau-bregenz.at/">http://www.kunsthau-bregenz.at/</a>	
<b>Figura 27</b> <i>Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia</i> em Madrid (1986) - implantação e nova ampliação de 2005.....	36
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Bing Maps)	
<b>Figura 28</b> <i>Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofia</i> - nova praça integrada na ampliação.....	36
Fonte: <a href="http://www.espacoturismo.com/museus/museu-reina-sofia">http://www.espacoturismo.com/museus/museu-reina-sofia</a>	
<b>Figura 29</b> Barcelona - Localização de espaços expositivos.....	38
Fonte: ESTEBAN, Juli, 1999. <i>Urbanisme a Barcelona</i> . Barcelona; Ajuntament de Barcelona, 1999, p.134	
<b>Figura 30</b> Barcelona - Localização de espaços de lazer .....	38
Fonte: ESTEBAN, Juli, 1999. <i>Urbanisme a Barcelona</i> . Barcelona; Ajuntament de Barcelona, 1999, p.134	
<b>Figura 31</b> O Passeio Público de Lisboa (1769) .....	41
Fonte: BARREIROS, Maria H. <i>Lisboa. Conhecer, Pensar, Fazer Cidade</i> . Lisboa; Centro de Informação Urbana, 2001	
<b>Figura 32</b> Teatro D. Maria II e conseqüente arranjo da Praça do Rossio (1846).....	41

Fonte: BARREIROS, Maria H. Lisboa. *Conhecer, Pensar, Fazer Cidade*. Lisboa; Centro de Informação Urbana, 2001

<b>Figura 33</b> O Plano para o Bairro de Alvalade de Faria da Costa (1945) .....	44
Fonte: COSTA, João Pedro, <i>Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português</i> . Lisboa; Livros do Horizonte, 2002	
<b>Figura 34</b> Bairro de Alvalade - As células estruturantes e a área destinada aos equipamentos e esp. público no seu interior ..	44
Fonte: COSTA, João Pedro, <i>Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português</i> . Lisboa; Livros do Horizonte, 2002	
<b>Figura 35</b> Planta da Exposição do Mundo Português (1940) .....	45
Fonte: MACHADO, Aquilino, <i>Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98</i> . Lisboa; Gabinete de Comunicação Parquexpo, 2006	
<b>Figura 36</b> Exposição do Mundo Português - Pavilhão dos Portugueses no Mundo e Praça do Império .....	45
Fonte: MACHADO, Aquilino, <i>Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98</i> . Lisboa; Gabinete de Comunicação Parquexpo, 2006	
<b>Figura 37</b> Os edifícios da Fundação Gulbenkian aquando da sua inauguração (1969) .....	46
Fonte: TOSTÕES, Ana, <i>Sede e Museu Gulbenkian</i> . Ensaios. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian, 2006	
<b>Figura 38</b> A Fundação Gulbenkian hoje - jardins e edifícios na inserção na cidade .....	46
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Bing Maps)	
<b>Figura 39</b> Expo 98 - Espaço público e equipamento na requalificação da cidade oriental .....	47
Fonte: <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/File:Parque_da_nações_bandeiras.jpg">http://en.wikipedia.org/wiki/File:Parque_da_nações_bandeiras.jpg</a>	
<b>Figura 40</b> Parque das Nações - na actualidade, o sucesso da adaptação a novos usos .....	47
Fonte: <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/File:Parquenaçoeseestatua.JPG">http://en.wikipedia.org/wiki/File:Parquenaçoeseestatua.JPG</a>	
<b>Figura 41</b> <i>Plaça de la Mercè</i> .....	54
Fonte: <a href="http://www.barcelonamovie.com/attractiu.aspx?idAtractiu=14&amp;idFilm=3&amp;culture=en">http://www.barcelonamovie.com/attractiu.aspx?idAtractiu=14&amp;idFilm=3&amp;culture=en</a>	
<b>Figura 42</b> <i>Fossar de les Moreres</i> .....	54
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/crazyfarmer/6774785421/">http://www.flickr.com/photos/crazyfarmer/6774785421/</a>	
<b>Figura 43</b> Rambla Brasil .....	55
Fonte: <a href="http://www.panoramio.com/photo/885279">http://www.panoramio.com/photo/885279</a>	
<b>Figura 44</b> Via Favência .....	55
Fonte: Autor, 2011	
<b>Figura 45</b> <i>Montjuic</i> no contexto dos Jogos Olímpicos de 1992 .....	56
Fonte: <a href="http://www.destination360.com/europe/spain/barcelona/montjuic">http://www.destination360.com/europe/spain/barcelona/montjuic</a>	
<b>Figura 46</b> O sector Diagonal-Mar construído aquando do <i>Fòrum Universal de les Cultures</i> 2004 .....	56
Fonte: <a href="http://en.wikipedia.org/wiki/File:BCN-ParcForum-4923.jpg">http://en.wikipedia.org/wiki/File:BCN-ParcForum-4923.jpg</a>	
<b>Figura 47</b> Barcelona - localização do distrito da Ciutat Vella .....	57
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 48</b> Raval, MACBA e CCCB- localização das praças em estudo .....	57
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 49</b> Área do <i>Convent dels Àngels</i> antes da construção dos museus .....	58
Fonte: <a href="http://www.cccb.org/">http://www.cccb.org/</a>	
<b>Figura 50</b> MACBA e CCCB - Os edifícios e as praças em estudo. Diferença na abordagem arquitectónica dos museus .....	58
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Bing Maps)	
<b>Figura 51</b> Plantas anterior e posterior à construção do MACBA e do CCCB .....	58
Fonte: MASSANÉS, Pere Cabrera, <i>Ciutat Vella de Barcelona. Memòria d'un Procés Urbà</i> . Barcelona; Ajuntament de Barcelona, 2007, p. 85	
<b>Figura 52</b> Barcelona - Sistema de espaços públicos da área de inserção dos casos de estudo .....	59
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 53</b> <i>Plaça dels Àngels</i> na actualidade .....	60
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 54</b> MACBA - Axonometria de inserção do museu e nova praça .....	61
Fonte: <a href="http://www.macba.cat/">http://www.macba.cat/</a>	
<b>Figura 55</b> Planta de inserção do MACBA no território .....	61
Fonte: <a href="http://www.macba.cat/">http://www.macba.cat/</a>	
<b>Figura 56</b> <i>Convent dels Àngels</i> em 1906 .....	62
Fonte: <a href="http://catholicbarcelona.com/2010/08/19/convent-dels-angels/">http://catholicbarcelona.com/2010/08/19/convent-dels-angels/</a>	
<b>Figura 57</b> MACBA - contraste com a envolvente .....	62
Fonte: Autora, 2011	
<b>Figura 58</b> MACBA - Praça na inauguração em 1995 .....	62
Fonte: MUSEU D'ART CONTEMPORÀNI DE BARCELONA, <i>Memòria 1995 - 1996. MACBA. El museu pren forma</i> . Barcelona; MACBA, 1996	
<b>Figura 59</b> Praça Joan Coromines na actualidade .....	63
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 60</b> Praça Joan Coromines em 2008 .....	64
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 61</b> Praça Joan Coromines em 2012 .....	64
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 62</b> Conjunto habitacional da encosta das Olaias (1981) .....	67
Fonte: <a href="http://premiosvalmor.blogspot.pt/2005/11/19801989.html">http://premiosvalmor.blogspot.pt/2005/11/19801989.html</a>	
<b>Figura 63</b> Complexo das Amoreiras (1985) .....	67
Fonte: <a href="http://www.mundicenter.pt/imprensa/presskit_am/galeria.aspx">http://www.mundicenter.pt/imprensa/presskit_am/galeria.aspx</a>	
<b>Figura 64</b> PEL - Zonas do Modelo Urbano .....	70
Fonte: <a href="http://pdm.cm-lisboa.pt/ap.html">http://pdm.cm-lisboa.pt/ap.html</a>	

<b>Figura 65</b> PDM - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão .....	70
Fonte: <a href="http://pdm.cm-lisboa.pt/ap.html">http://pdm.cm-lisboa.pt/ap.html</a>	
<b>Figura 66</b> Parque das Nações - novo sector da Cidade após a Expo 98 .....	71
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/rafatramslisbon/4908581256/">http://www.flickr.com/photos/rafatramslisbon/4908581256/</a>	
<b>Figura 67</b> Lisboa - Localização da Freguesia de Sta. Maria de Belém .....	73
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 68</b> Belém e CCB - Localização das praças em estudo .....	73
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 69</b> Perímetro de implantação do CCB antes da sua construção .....	74
Fonte: INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMONIO CULTURAL, Centro Cultural de Belém, Concurso para Projecto. Lisboa; IPPC, 1988	
<b>Figura 70</b> CCB - Vista aérea do local .....	74
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Bing Maps)	
<b>Figura 71</b> CCB - Corte Longitudinal pelo eixo do Caminho de José Saramago. A sobrelevação da Praça do Museu .....	75
Fonte: Autora, 2012 (com base na imagem retirada de MOLINARI, Luca, <i>Gregotti Associati</i> 1953-2003. Milão, Rizzoli-Skira, 2004)	
<b>Figura 72</b> Lisboa - Sistema de espaços públicos da área de inserção dos casos de estudo .....	76
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 73</b> Praça do Museu .....	77
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 74</b> Praça do Museu - Adaptação de usos .....	77
Fonte: <a href="http://www.panoramio.com/photo/5237714">http://www.panoramio.com/photo/5237714</a>	
<b>Figura 75</b> Praça do Museu - Vista nocturna .....	77
Fonte: <a href="http://olhares.sapo.pt/noite-no-ccb-foto4961793.html">http://olhares.sapo.pt/noite-no-ccb-foto4961793.html</a>	
<b>Figura 76</b> Jardim das Oliveiras.....	78
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 77</b> Jardim das Oliveiras - zona relvada e vista panorâmica .....	78
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 78</b> A apropriação de pequenos recantos pelos sem-abrigo.....	91
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 79</b> A apropriação de pequenos recantos pelos sem-abrigo.....	91
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 80</b> Grafitis na afirmação da identidade do grupo .....	91
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 81</b> Ligações pedonais entre o sistema de espaços públicos e as principais vias da cidade .....	92
Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)	
<b>Figura 82</b> O esvaziamento da praça pelos skaters motivado pela presença da polícia .....	93
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 83</b> Planta de acessibilidade no espaço e limitações .....	93
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 84</b> A presença multicultural .....	94
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/mikel-/3090905520/">http://www.flickr.com/photos/mikel-/3090905520/</a>	
<b>Figura 85</b> Festas de <i>La Marcé</i> em 2007 .....	94
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/fotobarcelona65/6177293357/">http://www.flickr.com/photos/fotobarcelona65/6177293357/</a>	
<b>Figura 86</b> Carnaval em 2008 .....	94
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/mozillaeu/5144375653/">http://www.flickr.com/photos/mozillaeu/5144375653/</a>	
<b>Figura 87</b> Feira do Livro em 2010 .....	94
Fonte: Autora, 2010	
<b>Figura 88</b> Vista nocturna da praça - o sistema de iluminação.....	95
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 89</b> A adaptação do grande muro ao uso de banco .....	96
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 90</b> Elementos de expressão artística no espaço – “ <i>La Ola</i> ” .....	96
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 91</b> Elementos de expressão artística no espaço - o mural de Chilida.....	96
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 92</b> Vista próxima das lajes do pavimento.....	96
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 93</b> O alinhamento dos elementos de infra-estruturas e iluminação - vista de Este com os postos de bicicletas .....	96
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 94</b> O alinhamento dos elementos de infra-estruturas e iluminação .....	96
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 95</b> Localização das actividades principais (sentar, parar) - manhã.....	97
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 96</b> Localização das actividades principais (sentar, parar) - tarde.....	97
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 97</b> Actividades e Usos - Sentar no muro .....	98
Fonte: Autora, 2011	
<b>Figura 98</b> Actividades e Usos - Sentar no muro .....	98
Fonte: Autora, 2011	
<b>Figura 99</b> Actividades e Usos - Crianças a brincar .....	98



Fonte: Autora, 2012

**Figura 100** Actividades e Usos - *Skateboarding*..... 98

Fonte: Autora, 2011

**Figura 101** Faixa de fluxo principal ..... 98

Fonte: Autora, 2012

**Figura 102** Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço ..... 98

Fonte: Autora, 2012

**Figura 103** Um dos portões de encerramento da praça..... 101

Fonte: Autora, 2012

**Figura 104** A rampa de pendente suave na ligação entre níveis ..... 101

Fonte: Autora, 2012

**Figura 105** Planta de acessibilidade no espaço e limitações..... 101

Fonte: Autora, 2012

**Figura 106** Um dos bancos da praça que revela o desgaste provocado pelo *skateboarding* ..... 102

Fonte: Autora, 2012

**Figura 107** O espaço bem mantido, limpo e aprazível ..... 102

Fonte: Autora, 2012

**Figura 108** Os alinhamentos que definem a disposição de mobiliário urbano ..... 103

Fonte: Autora, 2012

**Figura 109** A Zona Sul das Tílias e, ao fundo, a Oliveira ..... 103

Fonte: Autora, 2012

**Figura 110** O banco e papeleira utilizados na praça ..... 103

Fonte: Autora, 2012

**Figura 111** Detalhe da laje do pavimento..... 103

Fonte: Autora, 2012

**Figura 112** Localização das actividades principais (sentar, parar) - manhã..... 104

Fonte: Autora, 2012

**Figura 113** Localização das actividades principais (sentar, parar) - tarde..... 104

Fonte: Autora, 2012

**Figura 114** Actividades e Usos - Grupo de locais a passear os cães..... 105

Fonte: Autora, 2012

**Figura 115** Actividades e Usos - Estudantes sentados ao sol..... 105

Fonte: Autora, 2012

**Figura 116** Actividades e Usos - Parar, Sentar e Conversar..... 105

Fonte: Autora, 2012

**Figura 117** Faixas de fluxos principais..... 105

Fonte: Autora, 2012

**Figura 118** Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço ..... 105

Fonte: Autora, 2012

**Figura 119** Ligações pedonais entre o sistema de espaços públicos e as principais vias da cidade ..... 108

Fonte: Autora, 2012 (com recurso a imagem obtida através do Google Earth)

**Figura 120** Planta de acessibilidade no espaço e limitações..... 109

Fonte: Autora, 2012

**Figura 121** O atractivo dos meses quentes: os repuxos de água e os toldos coloridos ..... 109

Fonte: <http://www.panoramio.com/photo/14587914>

**Figura 122** A ocupação da praça para acolher eventos musicais. Ao fundo vislumbra-se o palco de concertos ..... 109

Fonte: <http://esferadesonhos.blogspot.pt/2009/08/ccb-fora-de-si-episodio-5.html>

**Figura 123** A ocupação da praça para acolher eventos musicais ..... 109

Fonte: <http://esferadesonhos.blogspot.pt/2009/08/ccb-fora-de-si-episodio-5.html>

**Figura 124** Elementos de expressão artística no espaço – “Nectar”..... 110

Fonte: Autora, 2012

**Figura 125** Vista nocturna da praça - o sistema de iluminação ..... 110

Fonte: <http://olhares.sapo.pt/noite-no-ccb-foto4961790.html>

**Figura 126** Pormenor do tratamento do solo ..... 110

Fonte: Autora, 2012

**Figura 127** Localização das actividades principais (parar) - manhã..... 111

Fonte: Autora, 2012

**Figura 128** Localização das actividades principais (parar) - tarde..... 111

Fonte: Autora, 2012

**Figura 129** Faixa de fluxo principal ..... 112

Fonte: Autora, 2012

**Figura 130** Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço ..... 112

Fonte: Autora, 2012

**Figura 131** Vista do acesso - o jardim desde a Praça do Museu..... 114

Fonte: Autora, 2012

**Figura 132** Vista contrária - desde o jardim para a Praça do Museu ..... 114

Fonte: Autora, 2012

**Figura 133** O domínio do verde e da água no espaço ..... 114

Fonte: Autora, 2012

<b>Figura 134</b> A zona de oliveiras na criação de um ambiente mais introspectivo.....	114
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 135</b> Planta de acessibilidade no espaço e limitações.....	115
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 136</b> Concerto nocturno no Jardim das Oliveiras.....	115
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/letsletslets/1019476262/">http://www.flickr.com/photos/letsletslets/1019476262/</a>	
<b>Figura 137</b> Espectáculo indiano no contexto do evento "CCB fora de si" em 2008.....	115
Fonte: <a href="http://www.flickr.com/photos/letsletslets/1019476182/">http://www.flickr.com/photos/letsletslets/1019476182/</a>	
<b>Figura 138</b> Os alinhamentos que definem a disposição de mobiliário urbano.....	116
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 139</b> Vista nocturna da praça - o sistema de iluminação.....	117
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 140</b> Elementos de expressão artística no espaço – “ <i>Reclining Figure: Arched Leg</i> ”.....	117
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 141</b> Elementos de expressão artística no espaço – “Escultura Habitável”.....	117
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 142</b> Pormenor do tratamento do solo.....	117
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 143</b> Localização das actividades principais (sentar, parar) - manhã.....	118
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 144</b> Localização das actividades principais (sentar, parar) - tarde.....	118
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 145</b> Actividades e Usos - Apanhar sol.....	118
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 146</b> Actividades e Usos - Parar e conversar.....	118
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 147</b> Actividades e Usos - Sentar no muro.....	118
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 148</b> Actividades e Usos - Sentar debaixo das árvores.....	118
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 149</b> Faixa de fluxo principal.....	119
Fonte: Autora, 2012	
<b>Figura 150</b> Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço.....	119
Fonte: Autora, 2012	

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> Barcelona - Edifícios adaptados para funções culturais e área de esp. público afectada.....	39
<b>Tabela 2</b> Barcelona – Edifícios culturais e área de espaço público afectada.....	40
<b>Tabela 3</b> Lisboa - Edifícios adaptados para funções culturais e área de espaço público afectada.....	43
<b>Tabela 4</b> Lisboa – Edifícios culturais e área de espaço público afectada.....	47

## GLOSSÁRIO

Avenida – A avenida distingue-se da rua pela dimensão da sua secção, possibilitando um maior caudal de circulação pedonal e rodoviário. Possui também, mais comumente, elementos arbóreos na delimitação entre zonas de circulação. Dada a sua importância na hierarquia viária estruturante da Cidade, concentra maior oferta de serviços e comércio.

Espaço Público – Conceito que abrange múltiplos domínios mas que na sua essência é, como descreve Brandão (2002: 190), “toda a área, em princípio exterior e não edificada, de livre acesso e uso colectivo.”

Equipamento – Segundo Brandão (2002: 190) são “edifícios e espaços públicos ou colectivos que proporcionam serviços destinados a garantir a satisfação de necessidades sociais de natureza cultural, educativa, desportiva, de saúde ou outras, que não servem directamente a actividade económica.” Ainda nesse seguimento, em *Vocabulário Urbanístico* da DGOT (cit. in Brandão, 2002) “os equipamentos compreendem essencialmente quatro grandes domínios, o da saúde, o da educação, o da cultura e o do recreio ou das actividades de tempos livres.”. Reforça-se a ideia de que o equipamento oferece um serviço à população.

Jardim – De acordo com *Normas Urbanísticas* de Costa Lobo (cit. in Brandão op. cit.) “são equipamentos sociais de recreio e de lazer de âmbito mais local do que o parque urbano. Distingue-se do parque por ter uma área geralmente inferior a dez hectares e uma estrutura que condiciona em grande parte os utentes a permanecerem em zonas formais, pavimentadas e mobiladas.” O Jardim possui ainda uma área de acção relativa ao bairro em que se insere já que os vizinhos são os principais utilizadores sendo direccionado para o acesso pedonal.

Parque – Espaço livre de grande área que, segundo Costa Lobo (cit. in Brandão op. cit.) “é simultaneamente um equipamento social, um elemento estruturante do tecido urbano e espaço livre necessário para a qualidade do ambiente urbano. (...) Dentro do parque, por princípio, não devem ser introduzidos outros equipamentos. Toleram-se, quanto muito, alguns serviços ligeiros de apoio (quiosques, pequenas esplanadas). Só se justifica construir parques urbanos em aglomerados com mais de 25.000 a 30.000 habitantes.”

Praça – espaço centrípeto da Cidade a diversas escalas, confluyente de vias, fluxos e transportes. São lugares plurifuncionais que concentram serviços públicos, comércio e serviços que possuem um carácter simbólico para aquele local e mesmo para a Cidade. Essa importância simbólica advém da ligação à dimensão histórica do lugar, pois é na praça que se localizam os principais monumentos e os edifícios mais notáveis para aquele colectivo. Na sua essência a praça resulta do cruzamento de caminhos e, à escala menor designa-se por “largo”. Possui mobiliário urbano de apoio às diversas actividades que alberga e, muitas vezes, elementos arbóreos que inferem na atractividade e na melhoria da experiencia daquele lugar.

Rua – “O que é uma rua? É uma via no interior de um aglomerado urbano que serve, específica ou simultaneamente, para atravessar uma zona desse aglomerado, para acessar lugares situados ao longo ou imediatamente próximos a essa via e para produzir espaço colectivo utilizável em diversos tipos de actividades. Uma rua assegura então ao menos uma das seguintes funções: de trânsito, de acesso (distribuição) ou de recepção.” (Francois Ascher cit.in Borthagaray, 2010) Enquanto via de circulação que estrutura a Cidade, a rua estabelece o contacto primário a todos os constituintes da cidade, estando hierarquicamente abaixo da Avenida. De espaço linear a rua possui um perfil de dimensões mais reduzidas que a Avenida e a sua utilização envolve também a permanência de pessoas e o estacionamento de veículos.



## ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CCB – Centro Cultural de Belém

CCCB – *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona*

DGOT – Direcção Geral do Ordenamento do Território

PEL – Plano Estratégico de Lisboa

PEMB – *Pla Estratègic Metropolità de Barcelona*

PERI – *Pla Especial de Reforma Interior*

PDM – Plano Directo Municipal

PGM – *Pla General Metropolità*

PGUL - Plano Geral de Urbanização de Lisboa

PU – Plano de Urbanização

PSV Ajuda-Belém – Plano de Salvaguarda Ajuda/Belém

MACBA – *Museu d'Art Contemporani de Barcelona*

UOP - Unidade Operativa de Planeamento e Gestão



# 1. INTRODUÇÃO



## 1.1. OBJECTO, MOTIVAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho tem como objecto de estudo o espaço público na proximidade de um equipamento cultural. Procura-se entender o papel que este tipo de espaço tem na Cidade actual, as diferentes abordagens tidas na sua concepção, avaliar as **características físicas** que contribuem para que seja um **espaço de qualidade** e verificar como a presença dos equipamentos, em relação com o conjunto de espaços públicos gerados se reflecte no **uso** e portanto no **contexto social** da sua envolvente.

O espaço público é o elemento responsável pela estruturação da Cidade desde a sua origem e oferece a base para o crescimento e qualidade do espaço urbano ao longo do seu ciclo de vida (Benevolo, 1993). É através da forma como, ao longo da História, as diferentes sociedades se vêm a apropriar dele e a utilizá-lo (White, 1980; Gehl, 1987) que podemos constatar que o espaço público é o reflexo da sociedade que o habita, traduzindo os seus valores nos universos político, económico, religioso e social (Borja, 1987; Carmona, 2003; Gonçalves, 2006).

O espaço público actua também a níveis intangíveis na relação com a sua comunidade, sendo capaz de reforçar a identidade de um lugar através da criação de referências simbólicas (Brandão, 2008) e a reciprocidade que se cria entre os dois mantém-se através da capacidade que o espaço público tem em adaptar-se aos novos usos que a sua comunidade exige. O seu processo evolutivo constitui um importante tema de reflexão a nível da Arquitectura e do Desenho Urbano, e a forma como se relaciona com as transformações sociais vem sendo objecto de um maior interesse desde a segunda metade do século XX quando se começa a pôr em questão a qualidade urbana e as condições de vida na Cidade (Lynch, 1960; Jacobs 1961) dando origem a diferentes estratégias de regeneração, baseadas em princípios do espaço público (Rossi, 1966; Bohigas, 1985) a partir dos anos 70 e 80.

Estas infra-estruturas, enquanto equipamentos públicos em muitos casos dinamizados por eventos como “Capital da Cultura”, Jogos Olímpicos, Exposições Universais ou festivais de forte visibilidade global, têm como característica principal a oferta de serviços culturais de apoio aquela comunidade – como é, aliás, característica genérica dos equipamentos sendo disso exemplo os museus, salas de espectáculos, bibliotecas, centros culturais, como de outros usos como interfaces de transporte colectivo, igrejas, aeroportos, tribunais, escolas e hospitais. A abordagem tida na concepção destes projectos passa, muitas vezes, pela intervenção no espaço público circundante. Esta é uma forma de não só enriquecer aquele equipamento com outros usos mas também de estabelecer, através do espaço público uma ligação à Cidade, fazendo com que ele se insira na rede de espaços públicos urbana.

O espaço público gerado pode assim ser isolado ou, pelo contrário, pode ganhar um carácter estruturante ao nível local, podendo mesmo nalguns casos ganhar uma importância maior naquele lugar, dando coerência e estruturando aquela sequência de infra-estruturas num processo de

regeneração<sup>1</sup>. A tendência actual é para que este espaço gerado aumente com impactos positivos no turismo mas com custos de gestão significativos. Nesse caso, podendo a sua gestão caber às entidades que dirigem os equipamentos, existirá uma redução de custos na administração da Cidade.

Mas pode este espaço público ganhar autonomia da entidade que o gerou?

Será ele capaz de conceder novas mais-valias à comunidade em que se insere?

Estas são questões importantes para o desenvolvimento deste trabalho, estando necessariamente ligadas aos mecanismos de avaliação da qualidade dos espaços públicos. Interessa pois analisar espaços dessa génese, em diferentes contextos, de forma a conseguir uma avaliação das suas características físicas, perceber o impacto a nível social na envolvente próxima e elaborar uma hipótese explicativa para cada situação.

As tipologias de espaço público objecto deste estudo são a praça e o jardim, decorrentes ou inseridas no projecto de um equipamento cultural. Consideram-se exemplos situados em dois pontos distintos da Europa - mais precisamente em Lisboa e em Barcelona - por isso, inseridos em contextos diferentes e criadas com propósitos distintos. Em Barcelona estudar-se-á a *Plaça dels Àngels* englobada no projecto do CCCB, a *Plaça Joan Coromines* intervencionada no âmbito do MACBA; Em Lisboa, a Praça do Museu e o Jardim das Oliveiras, ambos integrantes do CCB e da zona monumental e museológica de Belém, criada a partir da Exposição do Mundo Português, de 1940.

A escolha dessas tipologias provém do seu carácter centrípeto com uma área de influência que alcança a comunidade, principalmente no caso da praça que tem um papel importante na estruturação do espaço público urbano – foi sempre, depois da rua, o lugar de eleição na reunião e concentração de pessoas, enquanto potenciador da fixação serviços e gerador da identidade de uma comunidade (Brandão, 2008). Através desse poder centralizador e, tendo presente o carácter de regeneração urbana inerente ao espaço público, interessa-nos pois perceber a potencialidade de contágio deste tipo específico de espaço, o que motiva a questão de investigação deste trabalho:

**Pode o espaço público gerado por equipamentos culturais contribuir para um novo contexto urbano na envolvente de tais equipamentos, através de um sistema de espaços públicos cujas actividades estimuladas “contaminem” novos usos e vivências num processo regenerador?**

Assim, a investigação partirá de uma contextualização no âmbito do planeamento estratégico de cada Cidade que ajudará a compreender a motivação para a criação desses espaços e a explicar o impacto não só na envolvente próxima como ao nível da Cidade.

---

<sup>1</sup> Dá-se o exemplo da zona histórica de Belém, que será descrita em subcapítulo próprio, onde o espaço público tem uma grande importância no conjunto, revelando-se como elemento de união entre todos os equipamentos.

A escolha do tema decorre da frequência, no último ano do Mestrado Integrado em Arquitectura, de unidades curriculares leccionadas no âmbito do Mestrado em Desenho Urbano<sup>2</sup> da *Facultat de Belles Arts* da *Universitat de Barcelona*. A abertura potenciada motivou o interesse no tema do espaço público (sem esquecer a experiência pessoal do contacto com uma cidade com excelentes exemplos de espaço público de qualidade). A ligação com o equipamento cultural surge por se tratar duma componente que tem vindo a ganhar protagonismo nas políticas das cidades em questão, tendo um impacto considerável nas dinâmicas da Cidade que não deve ser ignorado mas compreendido, através de metodologias adequadas para a sua avaliação.

---

<sup>2</sup> *Master Oficial en Disseny Urbà: Art, Ciutat, Societat* na designação original.

## 1.2. OBJECTIVO

Este trabalho tem como objectivo estudar a relação entre os espaços públicos ligados a equipamentos culturais de construção recente e compreender a possibilidade e natureza do seu impacto a nível físico e social, na regeneração da envolvente próxima.

O estudo parte do levantamento de algumas questões:

- Como se define o carácter público do espaço?
- Qual a implicação da configuração de um determinado espaço no ambiente social?
- O que define um espaço público de qualidade e que critérios e métodos usar na sua avaliação?
- Que exigências de uso, simbólicas ou outras se adequam ao espaço público contemporâneo?

O que implicará uma pesquisa relativa á forma como se relacionaram os equipamentos públicos e espaço público ao longo da História e que poderá ajudar a compreender a situação actual.

De forma a abarcar, de uma maneira mais completa, o contexto de cada caso de estudo, consideram-se alguns objectivos específicos decorrentes da pesquisa de cada um, como por exemplo:

- i. Conhecer a situação urbanística e social anterior ao projecto<sup>3</sup>;
- ii. Identificar as necessidades existentes e motivadoras do projecto;
- iii. Compreender os objectivos projectuais do edifício em análise, nomeadamente aqueles com reflexos directos no espaço exterior;
- iv. Determinar as qualidades/defeitos do espaço público construído e analisar a forma como as pessoas o utilizam e como se integram na rede de espaços públicos envolventes;
- v. Destacar os benefícios ou danos do projecto construído para a comunidade em que se insere, tentando elaborar hipóteses que o expliquem.

---

<sup>3</sup> Por “projecto” entende-se o processo de concepção e construção do edifício cultural juntamente com a intervenção/criação do espaço público próximo, ligação que fez parte de todos os casos em estudo.

### 1.3. ESTADO DA ARTE E REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A Bibliografia relativa às temáticas do Espaço Público, Sociologia e Morfologia Urbanas é vasta e foi seleccionada procurando entender o enquadramento do tema na contemporaneidade, pesquisando os problemas cuja abordagem tem maior pertinência hoje em dia. Por outro lado, focou-se nas propostas para metodologias de avaliação da qualidade do espaço público existentes e na forma como poderiam ser adaptadas para os objectivos deste trabalho. A revisão de literatura que se apresenta traduz o carácter interdisciplinar do conhecimento necessário, em geral, para a teoria e a prática operativa do desenho urbano e, em particular, para o tema deste estudo, integrando:

- A Morfologia Urbana e a sua relação com os estudos sociais relativos ao uso do espaço;
- A História da Cidade;
- A Economia política e social do Urbano;
- A Cultura Urbana;
- As Metodologias de avaliação.

#### Espaço Público, Uso e Morfologia Urbana

LYNCH, Kevin (1960)

*The Image of the City*

Obra de referência no Urbanismo contemporâneo que baseou muito do pensamento sobre a Cidade nos anos seguintes à sua publicação, tendo-se prolongado até aos nossos dias. Os parâmetros que distingue, relativos à criação de uma imagem urbana, serviram de base à criação da metodologia de avaliação da qualidade do espaço público utilizada neste trabalho.

HALL, Edward T. (1966)

*The Hidden Dimension*

Obra escrita por um antropólogo que expõe as dificuldades de comunicação nas relações interculturais e os problemas que surgem nas cidades contemporâneas ao ignorarmos essa “dimensão oculta”. Esta problemática vai sendo descrita com apoio a estudos científicos e observações do comportamento animal, como é o caso da cloaca comportamental, chegando a exemplificar a variação dos comportamentos proxémicos no homem de acordo com cada cultura. No final o autor transpõe estas necessidades de espaço do homem para o plano do desenho da

cidade defendendo que arquitectos, urbanistas e construtores devem ser conscientes da sua diversidade para projectarem cidades com maior qualidade.

WHITE, William (1980)

*The Social Life of Small Urban Spaces*

Este livro sintetiza um estudo sobre as praças de Nova Iorque utilizando ferramentas simples, baseadas na observação, para a análise do funcionamento do espaço público. Nele se fundamentam os processos de análise do espaço urbano dos nossos dias, incluindo o sistema metodológico usado no presente trabalho.

GEHL, Jan (1987)

*Life Between Buildings*

Esta publicação defende um olhar mais cuidado no desenho daquilo que chama “a vida entre edifícios”, referindo também que o espaço urbano deve ser desenhado considerando a escala do homem. Gehl expõe alguns indicadores que inferem na qualidade do espaço público elaborando ainda alguns estudos do espaço ao nível da interacção social.

## História da Cidade

BENEVOLO, Leonardo (1996)

*La Città Nella Storia d'Europa*

Obra que incide na História da Cidade europeia desde o século X até à contemporaneidade, focando os seus aspectos arquitectónicos e urbanísticos enquanto reflexo de diferentes contextos económicos, sociais e políticos. Para o presente trabalho teve importante interesse a descrição do traçado das Cidades e do respectivo espaço público enquanto produto da sociedade em que se inserem.

GEHL, Jan (2001)

*New City Spaces*

Reflexão acerca do papel do espaço público na Cidade ao longo da História até aos nossos dias. Os novos usos, aqueles que se mantêm e as diferentes estratégias para o seu desenho em várias

ciudades do mundo. São ainda apresentados exemplos de projectos com algumas dessas estratégias pioneiras fazendo referência ao papel de Barcelona nesse âmbito.

## Aspectos políticos, sociais e económicos

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida (2001)

*L'Espai Públic: Ciutat i Ciutadania*

Obra que aborda o papel da participação cidadã em projectos de espaço público fazendo uma reflexão sobre várias das suas dimensões: a sua ligação à Cidade enquanto potenciador de revalorização, a forma como as pessoas o utilizam, o papel da cidadania no seu desenho e o que define a sua qualidade.

CARMONA, Matthew (2003)

*Public Spaces Urban Spaces – The Dimensions of Urban Design*

Neste livro reforça-se a importância do impacto do desenho urbano na sociedade que nele vive, concentrando-se no projecto de espaço público. Defende-se que o desenho de espaço público é um processo onde confluem simultaneamente as dimensões morfológica, perceptiva, social, visual, funcional e temporal. Discute-se a evolução do desenho urbano e o seu impacto na forma urbana, o papel do projectista na manipulação das referidas dimensões que nele participam, defendendo que o espaço urbano deve ser “humanizado” e desenhado sempre com atenção às características dos destinatários.

JACOBS, Jane (1961)

*The Death and life of Great American Cities*

Obra que consiste na primeira crítica ao Movimento Moderno, defendendo o regresso ao desenho urbano tradicional, com ligação à morfologia, defendendo a mistura de usos e com isso a integração de equipamento e espaço público em todos os sectores da Cidade. Explora também o conceito da vivência de rua e as percepções erradas que dela se fazem nomeadamente em termos de segurança, confiança e conforto dos usuários.

GONÇALVES, Jorge M. (2006)

*Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*

Esta tese pretende estudar o papel do Espaço Público Urbano na evolução da Cidade, procurando descodificar as suas mudanças ao longo do tempo e com isso poder entender a situação do espaço público actual e prever o estado futuro das Cidades. Este estudo enfoca-se nos espaços públicos de Lisboa e nas mudanças a nível social, económico e político que tiveram tradução na sua configuração, com especial atenção ao papel que a participação organizada de grupos de cidadãos poderá nela ter. O capítulo referente à evolução histórica do espaço público teve particular interesse no desenvolvimento do presente trabalho.

## Equipamento Cultural na Cidade contemporânea

LORENTE, Jesús Pedro (1997)

*Espacios de Arte Contemporáneo Generadores de Revitalización Urbana*

Obra que se enfoca no tema na regeneração urbana potenciada pelo sector cultural, nomeadamente pela criação de núcleos de cultura nas cidades desenvolvidos através de museus, galerias de arte e *ateliers* de artistas. Vários autores colaboraram para este trabalho descrevendo as ideias associadas à concepção dos edifícios culturais actuais, com enfoque naqueles localizados em Espanha.

BOHIGAS, Oriol (2004)

*Contra la Incontinència Urbana. Reconsideració Moral de l'Arquitectura de la Ciutat.* Barcelona; Diputació de Barcelona

Na sequência de todo o trabalho teórico produzido por este arquitecto relativo à Cidade, destaca-se esta obra pela referência que faz ao impacto dos edifícios contemporâneos de carácter cultural nas nossas urbes. A sua crítica centra-se na abordagem ao edifício enquanto objecto isolado, na desarticulação com o contexto em que se insere e na consequente dificuldade de prolongamento da identidade dessa comunidade.

## Metodologias para a avaliação da qualidade do espaço público

BRANDÃO, Pedro (2002)

*O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design do Espaço Público*

Neste trabalho definem-se critérios para a avaliação da qualidade de um projecto de espaço público abrangendo aspectos que o definem a vários níveis. Propõe-se ferramentas para a sua análise



exemplificando com casos práticos onde se aplicaram critérios gerais e específicos a cada caso. Este livro pretende assim ser um guia que deverá ser adaptado a cada projecto.

BRANDÃO, Pedro (2008)

*A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*

Obra que propõe um roteiro para a valorização da identidade urbana, inserido num projecto de espaço público, podendo ser aplicado desde a sua concepção até à sua gestão. Defende-se assim a importância da qualificação do espaço público enquanto elemento de reforço da identidade de um colectivo. O enfoque no conceito de “identidade” e de todas as questões que envolve – como se define, gere e se associa ao espaço público - é aqui tido como um dos responsáveis pelo sucesso ou fracasso de cada lugar projectado.

## 1.4. METODOLOGIA E ORGANIZAÇÃO

### Metodologia

A qualidade de um espaço público encontra-se ligada a vários factores, nomeadamente físicos, históricos, culturais e na forma como estes se reflectem na qualidade de vida dos cidadãos que dele usufruem. Assim, torna-se necessário recorrer a temas abrangentes para avaliar essa qualidade os quais, dada a sua natureza diversa, deverão ser abordados de formas distintas.

A investigação desenvolveu-se, assim, em três fases:

#### 1. Pesquisa bibliográfica

- Recolha de dados referentes à situação contextual social e económica anterior ao projecto, nomeadamente os motivos para o surgimento da obra e os objectivos a que se propunha responder;
- Pesquisa relativa aos intervenientes no projecto e abordagem programática;
- Recolha de dados relativos à situação actual de cada caso;
- Tratamento e análise dos dados obtidos.

#### 2. Trabalho de campo

- Avaliação do espaço através das suas características físicas;
- Avaliação do espaço observando o comportamento da sua vida social;
- Sistematização: critérios gerais, específicos, em pontos fortes e fracos, ponderados.

#### 3. Cruzamento de dados e extracção de conclusões

- Comparação dos dados obtidos na avaliação do espaço com os pressupostos projectuais;
- Elaboração de hipóteses explicativas para o sucesso ou insucesso de cada caso.

É de referir que a fase de trabalho de campo envolve uma maior complexidade de investigação pela natureza diversa das vertentes que se pretendem analisar em cada caso - tanto as características espaciais como as sociais. Assim, a metodologia utilizada nesta etapa será descrita em maior pormenor no capítulo 4.

## Organização do conteúdo

O presente trabalho divide-se em cinco capítulos tendo sido já descrito, num resumo introdutório (capítulo 1.), a motivação e justificação do tema, os objectivos que se pretende atingir, a metodologia utilizada e o estado da arte e revisão bibliográfica mais significativos para o desenvolvimento da dissertação.

No capítulo seguinte (capítulo 2.) será feito um enquadramento do tema onde se investiga o papel do espaço público na relação com equipamentos de serviço público ao longo da História da Europa (dado que é neste âmbito que se localizam os casos de estudo) chegando até aos nos nossos dias. Focar-se-á o fenómeno da massificação dos equipamentos de grande escala, nomeadamente dos de carácter cultural, o seu impacto nas nossas cidades e, finalmente, reflecte-se sobre a relação entre os espaços públicos e equipamentos culturais ao longo do tempo especificamente nas cidades de Lisboa e Barcelona, abarcando também o contexto actual de cada uma.

No terceiro capítulo (capítulo 3.) são apresentados os casos de estudo referindo, em cada um, o seu estado anterior ao projecto, contextualizando no plano urbano e local a motivação dos projectos, os actores que nele participaram, o programa levado a cabo e fazendo uma curta descrição da situação actual, social e económica no território próximo em que se insere.

O capítulo 4. divide-se em duas partes. Na primeira descreve-se com maior detalhe a metodologia utilizada para analisar os espaços, a nível físico e social, assim como a forma como foram tratados os dados extraídos da análise. A segunda parte descreve, caso a caso, as conclusões a que foi possível chegar através desse trabalho.

O capítulo final (capítulo 5.) expõe as conclusões principais da dissertação, conseguidas através do cruzamento dos resultados da avaliação dos espaços com os factos descritos no terceiro capítulo extraíndo-se do resultado a resposta às questões colocadas.

Integram-se ainda a bibliografia e os anexos do trabalho, onde se incluem as tabelas e plantas que auxiliaram a análise e avaliação de cada caso de estudo.





## **2. ENQUADRAMENTO DO TEMA**

## 2.1. EVOLUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO URBANO NA RELAÇÃO COM EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

### Cidade, espaço urbano e o seu carácter público

A Cidade possibilitou, ao longo da História, as condições necessárias para reunir e acelerar as principais evoluções em diversos campos da Humanidade. Como local de eleição para a concentração de pessoas, é ela que permite uma maior possibilidade de estabelecer contactos, trocar informações e, no fundo, sociabilizar. Analisando as diferentes sociedades ao longo da História podemos verificar que o conceito de Cidade e de Civilização andaram sempre a par, podendo-se assim confirmar que a estrutura da sociedade reflecte-se sempre na “forma” da Cidade que habita (Benévolo, 1993; Gehl, 1986; Gonçalves, 2006; Hall, 1966; Serdoura, 2006). Esta “forma” encontra-se primeiramente ligada às condições topográficas do território em que se estabelece, decorrendo da evolução técnica dessa comunidade e da sua capacidade construtiva em relação à superação de obstáculos, assim como das características da sua organização política, das condições da sua situação económica e também das suas questões culturais<sup>4</sup>.

Enquanto potente aglutinador de serviços, a Cidade serviu desde cedo como atractivo para a fixação de pessoas o que determinou, logo desde a sua génese, a coexistência de duas dimensões: o espaço que é privado e aquele que é público. Pode-se dizer que o espaço privado funciona como limite a todo o espaço livre e acessível a qualquer pessoa, mas é no âmbito do público que as nossas cidades se estruturam. Ruas, avenidas, praças, largos, praças, jardins, parques fazem parte do “negativo” da Cidade que permite a conexão entre as suas partes ao mesmo tempo que possibilita a sua experiência. Em *A Imagem da Cidade* Lynch reforça o carácter estruturante e hierarquizante do espaço público na Cidade referindo que só através dele é possível criar uma imagem mental do ambiente em que nos encontramos já que ele tem a sua própria posição no espaço urbano e através dele somos capazes de relaciona-lo com a totalidade da Cidade<sup>5</sup>.

Não podemos esquecer que a Cidade atrai uma grande quantidade de pessoas para viver num território limitado. Por isso, desde cedo foi necessário criar regras para garantir a segurança e de todos os seus utilizadores. Acerca disto Borja e Muxí (2001: 44) afirmam: “*El espacio público es un*

---

<sup>4</sup> Podemos observar que nos períodos em que a comunicação entre cidades foi menos intensa, nomeadamente no início da Idade Média (séculos X a XII), cada Cidade desenvolveu características mais singulares e distintivas entre si do que em qualquer outro período. O autor adianta ainda que o único elemento que une as urbes deste período é a “arquitectura da luz” – ou Gótico. Leonardo Benevolo - *A Cidade na História da Europa*. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

<sup>5</sup> O autor enuncia ainda os cinco elementos da imagem da cidade através dos quais conseguimos realizar mapas mentais: pontos marcantes, vias, cruzamentos, limites e bairros. Kevin Lynch - *A Imagem da Cidade*, Lisboa: Edições 70, 2008.

concepto jurídico (pero no únicamente); un espacio sometido a una regulación específica por parte de la administración pública, propietaria o que posee la facultad del dominio sobre el suelo y que garantiza la accesibilidad a todos y fija las condiciones de utilización y de instalación de actividades. El espacio público moderno resulta de la separación formal (legal) entre la propiedad privada urbana (expresada en el catastro y vinculada generalmente al derecho a edificar) y la propiedad pública (o dominio público por subrogación normativa o por adquisición de derechos por medio de cesión), que normalmente supone reservar este suelo libre de construcción (excepto equipamientos colectivos, infraestructuras de movilidad, actividades culturales y a veces comerciales, referentes simbólicos monumentales, etc.).” No entanto existem algumas ambiguidades neste âmbito, já que os diversos níveis de privacidade podem englobar características diferentes, nomeadamente, pode-se considerar que “o espaço público é também o espaço colectivo, ou seja, o espaço privado acessível, com maiores ou menores restrições para a maioria dos cidadãos”<sup>6</sup>. Enquanto que é possível limitar a acessibilidade de cidadãos ao espaço público<sup>7</sup> - facto que, segundo os parâmetros actuais, “privatiza” o espaço livre urbano - a qualidade “pública” do espaço urbano pode estar presente em espaços privados a nível jurídico que, pela forma como são utilizados, acabam por adquirir um carácter público (e.g. os espaços intersticiais entre edifícios, os acessos às estações, as ligações intermodais de transportes e mesmo alguns equipamentos, nomeadamente do sector cultural).

A relação de reciprocidade entre o espaço público, o ambiente social e a configuração física da Cidade é tal que cada um tem o poder de inferir alterações no outro, daí que seja da maior importância entender esta relação como um todo de maneira a poder estudar formas de melhorar a Cidade e saber antever problemas<sup>8</sup>.

Segundo Gonçalves (2006: 50), o conceito de “espaço público” surge pela primeira vez em França nos anos setenta do século XX, fruto de um contexto cultural que se voltava para os interesses sociais mas, principalmente, porque se começou a perceber que “as transformações sociais estavam a afectar a sua forma e uso”. Assim, não é de estranhar que a forma como o ser humano entende o espaço público tenha sido diferente ao longo do tempo, e que pela sua influência nos diversos campos da sociedade, nomeadamente económico e político, tenha passado a ser objecto de um olhar mais atento. Assim se fundamenta que a reflexão sobre o espaço público esteja presente já

---

<sup>6</sup> Antoni Remesar (Coord.) – *Do Projecto ao Objecto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos*, Lisboa; Centro Português do Design, 2005, p.22.

<sup>7</sup> Como foi o caso das civilizações grega e romana que será descrito mais à frente.

<sup>8</sup> Já em 1981 Kevin Lynch defende a importância do espaço público enquanto lugar de vida no desenho da cidade. Kevin Lynch - *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa: Edições 70, 2007. Em 1985, na obra que lança os alicerces para uma nova abordagem à cidade de Barcelona - *Modelo Barcelona* que actua precisamente a partir de operações no espaço público - Oriol Bohigas descreve sucintamente o espaço público como “receptáculo físico do acontecer de una ciudad y es su esencial definición formal”. Oriol Bohigas - *Reconstrucció de Barcelona*. Barcelona: Edicions 62, 1985.



desde há muitos séculos, contrariamente ao que comumente se pensa<sup>9</sup>. Nos últimos anos o espaço público tem sido um objecto de estudo importante nos temas do Urbanismo e da Sociologia Urbana e, nessa linha, este trabalho procura explorar uma das suas vertentes: o espaço público relacionado com a presença de um equipamento de serviço público.

## Equipamentos e Serviço Público

A associação entre o espaço público e os equipamentos de serviço público surge desde a formação das primeiras cidades (facto condicionado pela documentação que chegou até nós). O seu aparecimento está ligado à necessidade de equipar o espaço público de funções de interesse geral e de dar resposta às necessidades das populações em comunicar, circular, trocar ideias, interagir e, ao mesmo tempo, dotar a Cidade de serviços, através da criação de infra-estruturas e edifícios ligados à educação, administração, justiça, saúde, cultura ou mesmo ao lazer e entretenimento. Assim, enquanto órgãos de apoio à população, os equipamentos podem justificar a afluência de pessoas a um local e a sua eventual fixação. Esta é, aliás, uma das razões principais da formação das cidades. Mas existem outras razões para a atractividade de um local potenciadas pela presença de um equipamento, nomeadamente razões simbólicas, monumentais e administrativas. Dada a sua força mobilizadora, a importância desses equipamentos para a sociedade vai-se reflectir, naturalmente, na malha urbana – quer seja por necessidade prática<sup>10</sup> ou apenas para conferir um grau hierarquizante a nível da estrutura em que se insere – e é curioso como podemos hoje, com o conhecimento do funcionamento das diferentes sociedades, perceber através da análise do espaço urbano que valores lhes estavam subjacentes. O espaço urbano ligado a equipamentos públicos surge, assim, como uma importante ferramenta de análise da evolução do espaço público urbano na história da Cidade.

De seguida apresenta-se uma reflexão sobre essa relação, que se apoia nos documentos que chegaram até nós e que descrevem e justificam a forma das cidades. Num primeiro momento, relativo até ao Renascimento, apoia-se em documentos de cartografia e desenhos ilustrativos da época em que, mesmo através da linguagem ilustrativa, se podem tirar conclusões (refere-se o exemplo da Idade Média em que os equipamentos religiosos eram os únicos a distinguir-se em todo o desenho, revelando a sua importância no estruturamento da Cidade). Num segundo momento, nomeadamente a partir da Idade Moderna, são de extrema importância as reflexões teóricas acerca de planos para a Cidade e as diferentes correntes que se estabeleceram, mas sempre a partir da relação entre espaço público e equipamento.

---

<sup>9</sup> Pode-se no entanto afirmar que o interesse pela componente social do espaço começou a ser mais debatida nesta época, principalmente pelas obras que se produziram tanto de um lado do Atlântico como do outro (Hall, 1966; Gehl, 1986).

<sup>10</sup> Por exemplo a necessidade de aglutinar um grande número de pessoas num dado momento, como acontece nos adros das igrejas.

## Síntese histórica: o espaço público e equipamentos na Europa

### A. Época Clássica – a Ágora e o Fórum como centros do poder

Embora a história da Cidade tenha início nos séculos IV e III a.C. no Crescente Fértil do Egipto e da Suméria, situamos o início deste estudo na Civilização grega - a primeira da Antiguidade Clássica e com expressão na Europa.

A formação das cidades gregas nas margens Norte e Ocidental do Mediterrâneo deu-se no século VIII a.C. com o aumento da produção pecuária, numa economia que até aí se baseava principalmente no cultivo de cereais, vinhas e azeite. Com a melhoria da situação económica dá-se também o crescimento demográfico e com ele o início da actividade comercial. É neste contexto que se reúnem as condições para se gerarem aglomerados urbanos<sup>11</sup> - as cidades-estado ou *pólis* - que, de acordo com Gonçalves (2006: 105), vão ser organizados em torno dos comerciantes, dos banqueiros e dos artífices. Estas primeiras cidades estão também ligadas às relações políticas entre cada região, já que era necessário garantir a independência e autonomia dos grupos que nelas viviam, sendo que cada uma possuía as suas regras internas garantindo sempre a igualdade e a liberdade perante a lei dos seus cidadãos<sup>12</sup>.

Política, comércio e religião formavam as bases do funcionamento desta sociedade e encontravam-se também no centro da organização espacial da cidade. No traçado da Cidade existiam zonas dedicadas exclusivamente ao culto religioso. Os templos concentravam-se na acrópole que geralmente se situava numa colina, num plano acima da vida do homem comum. A disposição dos templos naquele território seguia regras de ordem simbólica e mística sendo considerado algum espaço ao redor de cada edifício dirigido à realização do culto. Nesta época, o espaço exterior era entendido como um todo, sendo comum e acessível a toda a população (limitações legislativas à parte) e era nele que se circulava, estabeleciam contactos e realizavam trocas. O espaço exterior não distingue assim tipologias de espaço, como actualmente se considera, dado que as formas de utilização de cada espaço são as mesmas, diferenciando-se apenas pela sua dimensão e intensidade de algum tipo de uso. No entanto pode-se destacar uma zona do espaço exterior urbano que estava ligada precisamente à localização dos principais equipamentos de apoio à Cidade - a Ágora. Esta era uma grande área que se localizava normalmente do centro administrativo da *pólis* albergando também a parte mais intensa da actividade comercial da cidade e lidando com a

---

<sup>11</sup> E citando o historiador Henri Pirenne “a cidade é filha do comércio” (cit. in Gonçalves, 2006). Jorge Gonçalves - Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2006, p. 106.

<sup>12</sup> Sendo que “cidadão” era todo aquele que tinha o direito de exercer qualquer função política e administrativa na Cidade. No entanto, nem todos poderiam ser cidadãos, apenas os homens letrados pertencentes às camadas nobres da sociedade.

presença comum dos cidadãos que utilizavam os equipamentos administrativos (assembleias ou *ecclesiasteron*, tribunais, palácios, oficinas). Estes equipamentos, geralmente, tinham uma forma regular e longitudinal com um longo pórtico na fachada que acedia à Ágora, que lhe dava o nome de *Stoa*. Esse pórtico era responsável pela transição suave entre o espaço privado e o espaço público. Geralmente a forma rectangular que encontramos em algumas partes da Ágora é conferida pela presença de edifícios deste género<sup>13</sup>. É importante sublinhar o carácter centrípeto da Ágora que tornava possível a coexistência entre todos os habitantes da Cidade e esta "promiscuidade funcional" não agradava aos cidadãos o que levou mesmo a que, de acordo com o mesmo autor (2006: 106), Aristóteles tenha proposto sem sucesso a criação de uma ágora-fórum e de uma ágora-mercado.

Ainda no traçado da Cidade podemos ver outra das características mais importantes desta Civilização: a valorização do conhecimento racional e com ele da geometria, da harmonia da proporção e clareza entre belo e útil. As cidades gregas estruturavam-se num plano de reticula regular onde as duas vias principais se cruzavam perto da Ágora, distribuindo os espaços de acordo com as suas funções – o plano hipodamiano<sup>14</sup>. Este plano privilegia a equidade das habitações para toda a população, não criando sectores específicos para as diferentes classes sociais. Muitas vezes podemos ver outros equipamentos que se destacam da malha, como os teatros e anfiteatros, no entanto estes, ou se inserem perto da ágora, ou não recebem tratamento especial do espaço

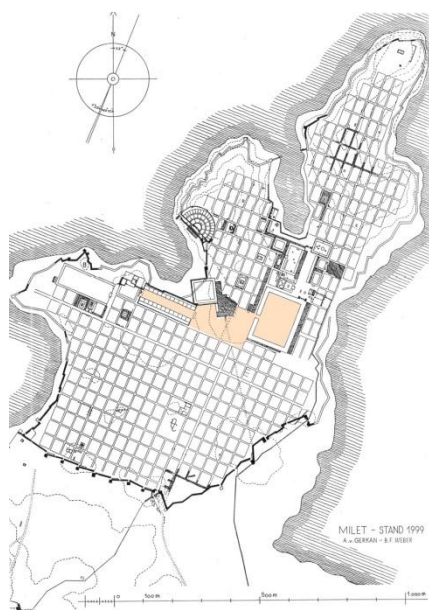


Figura 1 Plano Hipodamiano - Mileto no século V a.C. (localização da Ágora)

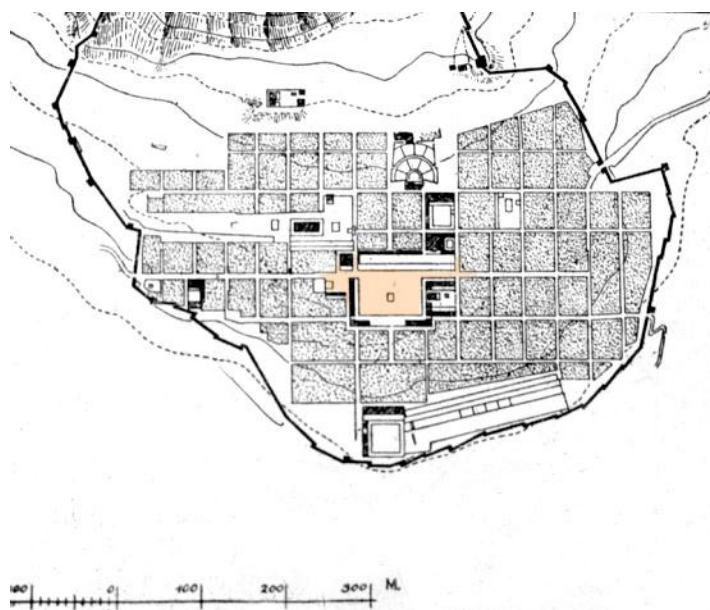


Figura 2 Plano Hipodamiano - Priene século II a.C. (localização da Ágora)

<sup>13</sup> Reforça-se que a forma da Ágora muitas vezes se esbate com a continuação das ruas circundantes. Este facto prende-se, uma vez mais, com o entendimento do espaço público enquanto um todo (Figura 1 e Figura 3).

<sup>14</sup> Este foi o primeiro plano funcional proposto por Hipódamo (urbanista e filósofo) que veio a ser seguido pelo mundo romano e europeu.

público, o que reforça a importância dos universos político e económico nesta sociedade.

A fundação da cidade de Roma estabelece o início de uma Civilização que, passando pela conquista da Península Itálica (que se unifica no século seguinte), estendendo-se ao Mediterrâneo Oriental e à Península Ibérica (século II a.C.) e de seguida ao Norte de África, designa o povo da Antiguidade Clássica que teve maior influência numa maior extensão de território europeu. Com a conquista da Grécia no século II a.C., os romanos rendem-se à sua superioridade cultural, técnica e militar servindo de principal inspiração nos séculos seguintes. A formação do Império prolongou-se até ao século III d.C. e só em meados do século seguinte se consolida todo o território e se estabelece a *pax romana*. Os romanos detinham assim nesse século, todo o comércio do mar mediterrâneo, o que justificou a riqueza e influência que detinham sobre os povos subjugados. Já enquanto Império, pode-se considerar que os romanos se regiam com maior ou menor intensidade, por um poder absoluto e centralizado no seu líder. A rede de cidades era assim governada por leis superiores comuns a todas elas. A sua natureza bélica levou a que muitas das principais cidades romanas tivessem origem nos acampamentos militares, evoluindo para territórios amuralhados com um traçado ortogonal baseado no plano hipodamiano (de influencia grega), onde as duas principais vias (o *cardo* e o *decumano*) se cruzavam no ponto central da cidade: o Fórum. Era neste local que, à semelhança do que já acontecia na Cidade grega, se localizavam os equipamentos fundamentais da cidade ligados à política e religião (os palácios, tribunais, templos e, a seu tempo, basílicas) e onde tinham lugar as actividades mercantis.

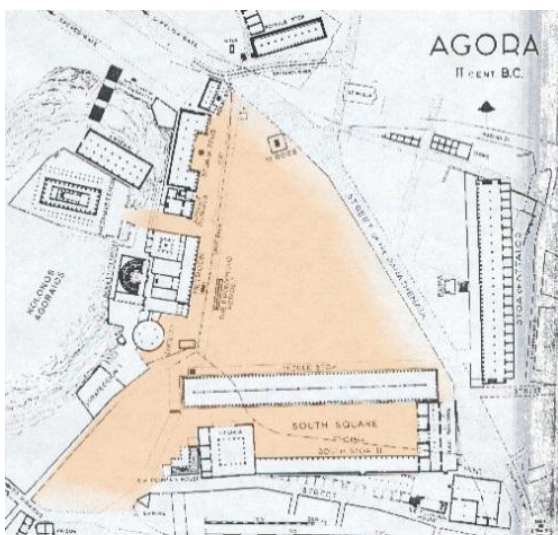


Figura 3 Planta da Ágora de Atenas

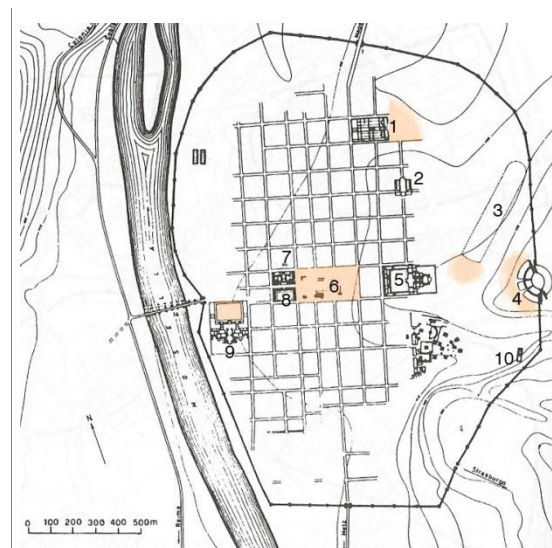


Figura 4 Treveris séc. I a.C. (localização dos fóruns e outros espaços de relevo)

- |                            |                              |
|----------------------------|------------------------------|
| 1. Catedral de Constantino | 6. Fórum                     |
| 2. Basílica                | 7. Palácio de Vitorino       |
| 3. Circo                   | 8. Palácio                   |
| 4. Anfiteatro              | 9. Termas de Sta. Barbara    |
| 5. Termas Imperiais        | 10. Templo de Herrenbrunchen |

Pela observação das plantas de cidades de fundação romana dos séculos II e I a.C. confirma-se a existência de um desenho associado ao Fórum, ainda que este se resumisse à subtração de um quarteirão da malha. Geralmente existia um templo no seu centro e o recinto era fechado por portas colocadas nas extremidades para limitar a circulação de veículos. Do Fórum faziam parte edifícios de carácter político, religioso, mercantil e misto como é o caso do Panteão, do Coliseu e das Termas.

Ao longo da evolução da sociedade romana, a Cidade passou a ser vivida de uma outra forma e outros valores se começavam a levantar. O ócio ganha destaque na urbe e agora surgem também, associados ao Fórum, os teatros, os circos e os anfiteatros e, como afirma também Gonçalves (2006: 109) “(...) o Fórum perde o carácter simbólico da democracia e do debate (...) e passa a ser marcado pelo espectáculo e, em menor medida, pela presença dos templos dedicados aos deuses romanos” (Figura 4). No entanto o espaço público continua a ter um carácter central e organizador do espaço urbano. As zonas que recebem os novos equipamentos muitas vezes adquirem uma nova centralidade e o espaço público circundante passa a ser alvo de alterações surgindo sempre como elemento de valorização e nobilizante.

## B. Época Medieval – o adro da igreja como núcleo espiritual e mercantil

Com o fim do Império Romano a Europa entra num novo ciclo de valores e crenças. As invasões bárbaras desorganizam a administração pública que baseava as urbes romanas, os centros urbanos entram em declínio pelo enfraquecimento da economia mercantil, dando lugar a uma economia agrária, e as sucessivas guerras levam ao declínio da vida económica e material das populações. O clima de medo e insegurança leva a que as populações procurem abrigo perto de conjuntos de igrejas, palácios e zonas com sistemas de defesa, razão que explica a instalação de um sistema



Figura 5 Bolonha no séc. XVI - Cidade amuralhada de tecido heterogéneo. Vias convergem para pontos de centralidade localizados nas praças.

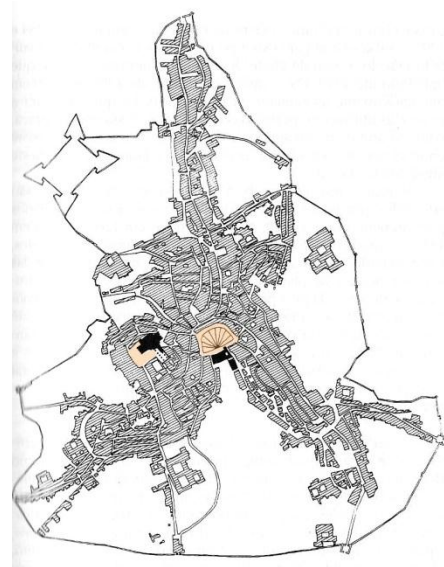


Figura 6 Siena no séc. XV - A praça da Catedral como ponto central

feudal hierarquizante da sociedade. A partir do primeiro milénio d.C., a estabilização das guerras infere no ambiente social e, com a renovada segurança, desenvolvem-se as práticas agrícolas que passam a permitir a criação de excedentes e com ela acelerar o crescimento demográfico e a actividade comercial. À Cidade volta também o poder religioso. O Clero tornou-se um “ pilar fundamental” no combate à insegurança das populações o que leva à fixação das igrejas episcopais que vão ser responsáveis pela divisão do território, levando à “reaprendizagem da vida urbana no que respeita à organização do espaço” (Gonçalves, *op.cit.*: 115).

Assim, as características da sociedade medieval, fortemente hierarquizada pela Burguesia, Nobreza e Clero, vão-se reflectir também a nível da malha urbana. O tecido heterogéneo de traçado concêntrico em torno do edifício do poder (usualmente a Igreja) revela também as dinâmicas que se vão estabelecer a nível do espaço público (Figura 5). As ruas são criadas com o objectivo de estabelecer a ligação entre desníveis (reflectindo a morfologia do lugar onde se insere já que a Cidade é fundada com o objectivo de defesa) permeando a Cidade até ao seu núcleo onde se abre uma praça (Figura 6 e Figura 7). É nesta praça, em frente à Igreja, que vão ter lugar os principais eventos da cidade e, como refere ainda Gonçalves (*op.cit.*: 118) é ela que vai “*responder aos fluxos de fiéis que ali ocorrem em volume significativo. Esta romaria quotidiana justificava os imponentes espaços dianteiros aos espaços religiosos e que muitas vezes era aproveitado por outras funções como o mercado e os festejos*”. Isto faz com que o centro seja o lugar mais procurado e, por isso, mais denso a nível construtivo.

Com o avançar do tempo a cidade medieval vai estar em constante mudança. Os edifícios e o espaço urbano vão, cada vez mais, dividir-se e é este último que vai igualmente dar protagonismo aos edifícios a ele ligados. Verifica-se que, muitas vezes, a presença de palácios, igrejas e edifícios públicos potencia a abertura de largos na malha urbana, obtidos pela supressão de quarteirões sem existir um traçado prévio, tal como aconteceu na cidade de Nuremberga com a construção do segundo anel de muralhas e a demolição de casas do núcleo antigo para criar espaço para a nova “praça do mercado” (Benevolo, 1993: 96) (Figura 8).



Figura 7 Vista do Centro de Siena - Catedral e Praça



Figura 8 Nuremberga no séc. XVI - A abertura de praças em frente aos principais edifícios públicos estrutura o espaço urbano

A noção de que o espaço público é essencialmente um espaço exterior, cujas características funcionais se mantêm em todos os seus componentes permanece na concepção da Cidade da Idade Média. O espaço público é um contínuo protagonista do movimento, lazer, comércio, reuniões e cerimónias onde certas funções se concentram mais nos locais com dimensões capazes de dar resposta à procura. Todas as cidades deste período apresentam características diferentes derivadas do peso da economia e da religião no funcionamento de cada uma, sendo que o traçado do espaço público enquanto espelho dessa estrutura está presente ainda hoje no nosso quotidiano, dado que constitui grande parte dos núcleos históricos das nossas cidades.

### C. Renascimento e Barroco – a Praça e a Avenida no redesenho das cidades

Na sequência da crise económica e demográfica europeia provocada pela epidemia de 1347, dá-se a estagnação do crescimento urbano. A situação económica motiva revoltas sociais que abalam a estrutura hierárquica feudal dando aos artesãos maior poder através das novas oportunidades que com elas surgem, o que vai permitir a ascensão da burguesia. A criação de lojas dá um novo folego à actividade económica ao mesmo tempo que potencia “as trocas e a animação urbanas”. O início de uma importante rede de actividade mercantil a nível mundial teve implicações no espaço urbano e as actividades que agora se concentram nos portos justificam a transferência dos pólos de atracção das grandes praças medievais para as margens dos rios.

A nível político instauram-se as monarquias absolutistas e é através da organização urbana que o rei vai demonstrar todo o seu poder. As plantas urbanas, que são elaboradas pela primeira vez sem estar ligadas a valores religiosos, apoiam-se, segundo Gonçalves (*op.cit.*: 122), em três pontos: na linha recta, na perspectiva monumental e no programa<sup>15</sup>. Agora passa a existir uma reflexão sobre o espaço antes da sua construção – o início da abordagem projectual ao plano.

Pode-se dizer que, através do espaço público, se procura o ordenamento e o alinhamento dos equipamentos, mas neste caso o espaço é o protagonista. Abrem-se grandes eixos que convergem para pontos monumentalizados ligados à evocação do poder do rei – agora há novas necessidades de acessos proporcionadas pelo aumento da velocidade dos fluxos. As praças são colocadas em locais específicos da Cidade convergindo simbolismo, significado e forma bastante estudados. O melhor exemplo é a Praça do Capitólio em Roma (Figura 10), projectada por Miguel Ângelo que se encaixa entre três palácios e que joga com a forma trapezoidal do espaço conjugando com a elipsoidal no desenho. As praças e os largos multiplicam-se pelas cidades e cada vez se especifica mais as funções a que se destinam – militares (praça de armas), administrativas (casa da câmara), mercado (praça de mercado) e religiosas (adro da igreja). O espaço público, mas principalmente a praça, é gerador de forma urbana e como afirma Lamas (2000: 176) “*A praça adquire valor funcional*

---

<sup>15</sup> Note-se que este pensamento foi decorrente de uma descoberta muito importante que revolucionou o campo das artes e, com ele, também o Urbanismo: a perspectiva e a ideia de tridimensionalidade.

*e político-social, e também o máximo valor simbólico e artístico. É a praça o elemento básico da energia e criatividade do desenho urbano e da arquitectura. A praça é também cenário, espaço embelezado, manifestação de vontade política e de prestígio.”*

A par da Praça e da Avenida surge com maior protagonismo uma nova tipologia de espaço público: o Jardim. Ainda que pertencente a conjuntos privados, como são disso exemplo os Palácios, vão acabar por se traduzir nos Passeios Públicos e nos Parques Urbanos. Estes Jardins servem de enquadramento aos Palácios mas a sua estrutura vai reflectir os mesmos princípios de organização do espaço urbano como é disso exemplo o traçado dos Jardins de Versailles. A reflexão sobre a Cidade vai-se desenvolver ao longo do século XV, com objectivo de produzir a Cidade perfeita, que se rege pelos valores de harmonia, proporção e composição ideais em todos os seus componentes – são os utopistas em busca do modelos de *Città Ideale* desenvolvido em muitos planos e explorado também em pintura, como é o caso da obra de Piero della Francesca (Figura 9).

Pela primeira vez o espaço urbano surge desligado dos valores religiosos, ainda que muito orientado para a exaltação do poder, mas ainda assim vale enquanto espaço por si só, potenciado pelo surgimento de um novo entendimento de Urbanismo que engloba plano, projecto, racionalidade e perspectiva. Esta era estética só vai ser definitivamente abandonada no século XX, com o aparecimento do Movimento Moderno.



Figura 9 A Città Ideale de Piero della Francesca (1475)



Figura 10 Praça do Capitólio. A autoria de Miguel Ângelo no séc. XVI (vista actual)



## D. A Revolução Industrial e a Cidade Moderna – as infra-estruturas na estruturação da Cidade

No início do século XVIII o processo produtivo sofreu uma evolução graças à invenção da máquina a vapor<sup>16</sup> que potenciou a oferta de emprego nas cidades, aliciando o êxodo rural. Esta revolução, com início em Inglaterra, levou a um aumento demográfico exponencial e obrigou à construção de bairros periféricos para albergar os operários verificando-se, pouco depois, não terem capacidade de dar resposta à intensa procura que se fazia sentir. Como ilustra a Figura 11, a vida na cidade era caótica, densa, escura e poluída, sem espaços abertos que servissem a salubridade dos bairros e que permitissem um escape a aquele ambiente. Esta situação levou ao início das operações organizadas de luta do proletariado por melhores condições de vida.

Centrando-nos na Europa, as condições de vida das classes operárias assim como o crescimento das cidades motivaram o aparecimento de propostas socio-urbanísticas que se propunham a, através da forma da Cidade, conseguir resolver os problemas de qualidade de vida que continuavam a aumentar. Estas medidas de carácter higienista e reformista incluíam a pavimentação das ruas, a distribuição de água e o aumento de fiscalização a nível higiénico e de segurança dos edifícios. Ainda assim surgem abordagens mais radicais na organização da Cidade. Exemplo disso são as políticas levadas a cabo por Haussmann em Paris a partir de 1853 que, através da expropriação de terrenos em prol das necessidades crescentes de saneamento, de deslocação e conexão (permitida pela evolução dos transportes), possibilitou a construção de grandes eixos a cidade (os *Boulevards* das Figura 12 e Figura 13). Estas eram grandes vias destinadas ao lazer, ao movimento, ao comércio que dedicavam grande parte do espaço à circulação de veículos enquanto as praças cediam protagonismo à rua e aos espaços colectivos de natureza privada.



Figura 11 Londres - bairro operário e condições de vida precária (séc.XIX)

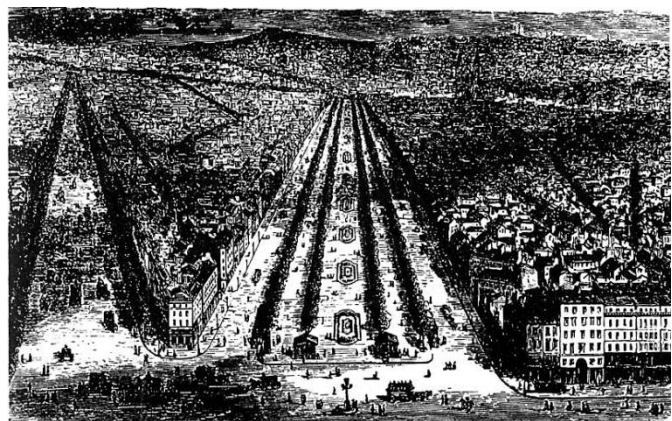


Figura 12 Paris - os grandes Boulevards abertos por Haussmann (séc. XIX)

---

<sup>16</sup> Por James Watt em 1768.

A par do caso de Paris tiveram lugar noutros pontos da Europa transformações urbanísticas semelhantes, embora com abordagens diferentes. Um desses casos - e que tem particular importância neste trabalho - foi desenvolvido neste final de século com o plano de Ildefonso Cerdá para a cidade de Barcelona, aprovado em 1859. Na proposta de Cerdá a expansão da cidade (ou *ensanche* na designação original) para além da muralha da cidade antiga, seria traduzida numa malha reticulada de 113 metros de lado que suporta um “jogo combinatório de composição urbana” que integra a noção de rua, praça, parque e avenida. À semelhança de Paris, a organização da Cidade pertence às vias, que são também suporte da estrutura, sendo que três delas rompem a cidade antiga integrando-a no novo plano, e também ao espaço público. Este facto revela a característica mais inovadora deste plano, que surge na abordagem teórica, quando mostra preocupações sociológicas. A organização dos quarteirões vai permitir a existência de grandes e diversificados espaços livres que vão ser destinados ao lazer. A nível da distribuição dos equipamentos, estes vão integrar-se na malha de forma equitativa e sem distinção formal. Ainda que formalmente distintas, estas características vão-se rever nas expansões das cidades europeias deste final de século.

No entanto, com a consolidação da cidade após o fim da Guerra Civil de Espanha e com a possibilidade de criar mais pisos e ocupar mais espaço nos quarteirões, a malha adensa-se e o plano idealizado inicialmente transforma-se (Figura 14). Permanece ainda hoje o traçado viário e a forma global dos octógonos originais, ainda que com eles se tenha perdido a noção de espaço livre em quantidade e proporção que Cerdá ambicionara.

Neste final do século XIX a Cidade está ao serviço das novas redes de transportes, procura-se conectar eficazmente os principais pontos da cidade e construir e desenvolver a rede de caminhos-de-ferro. As muralhas medievais das cidades são destruídas nestes anos, o que ajuda ao significado de romper com as estruturas antigas para a construção de uma Cidade nova. Pela primeira vez a transformação do espaço público surge completamente desligada dos poderes religiosos e político

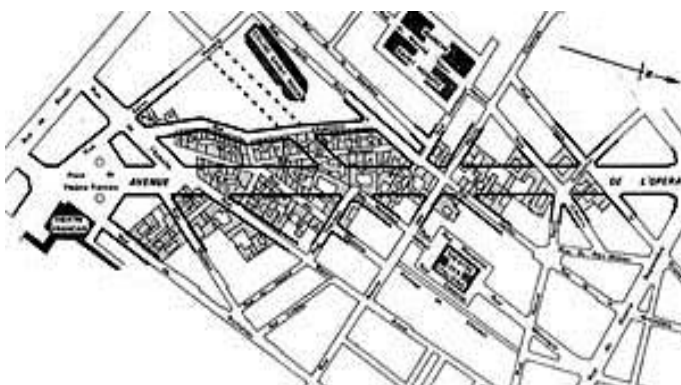


Figura 13 Paris - o derrube dos quarteirões existentes para a abertura da Av. de l'Opera

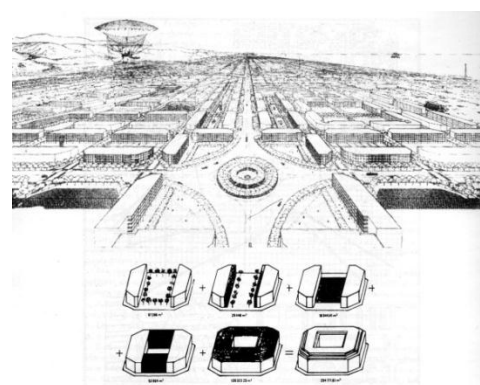


Figura 14 A visão de Cerdá (em cima) e a eventual transformação dos quarteirões (em baixo)

para assumir valores de carácter maioritariamente económico. A sua relação com os equipamentos segue a linha iniciada no Renascimento: estes são localizados em função do espaço público e da importância que ele dá ao lugar a partir da estruturação da Cidade.

Decorrentes das transformações potenciadas pela Revolução Industrial, ocorrem duas grandes mudanças ao nível do espaço público: por um lado ele adquire uma nova dimensão, por outro ocorre a sua democratização. A relação da sociedade com o espaço público sofre, neste momento, uma grande mudança na opinião de Gonçalves (2006: 136). Até aqui a noção de espaço público tinha aglutinado as ideias de “forma urbana” e de “terreno de comunicação” pois, com a proliferação da literacia, da imprensa e dos cafés passam a existir novos espaços para discussão dos problemas da sociedade. É desta forma que o espaço público deixa de ser o lugar exclusivo de sociabilidade e de troca de notícias na Cidade. Por outro lado isto veio a permitir uma especialização do espaço público relacionado com os equipamentos urbanos e o seu consequente aumento. Surgem novos tipos de edifícios destinados a usos muito específicos como são disso exemplo os coretos, os cinemas e os teatros.

## E. Os Movimentos Urbanísticos do início do século XX

No início do século XX, com a crescente industrialização, o ritmo do crescimento das cidades não abrandava e surgem novas carências de habitação e de instalações de apoio. Procura-se assim uma nova maneira de adaptar a Cidade de forma a dar resposta a estas novas necessidades. Desta forma aumenta a produção de trabalho teórico sobre a Cidade, que acaba por ter influência nos diferentes movimentos que vão ocorrer ao nível do Urbanismo nesse século.

Os tratadistas destes anos, como Howard Ebenezer, Joseph Stübben, Camillo Sitte e Raymond Unwin começam a explorar novas maneiras de dar forma à Cidade mas ainda muito ligadas à cidade tradicional. Por um lado, evidencia-se a componente estética, como é disso exemplo o movimento *City Beautiful* desenvolvido principalmente nos E.U.A, enquanto que por outro o movimento da Cidade-Jardim, desenvolvido por Howard e aplicado na Inglaterra, procura desenvolver a ideia de cidade suburbana muito próxima de um contexto rural com extensas áreas verdes. Com Unwin, surge a noção de “unidade de vizinhança”, da baixa densidade de ocupação e da recuperação de solo livre que vai também basear os princípios da Cidade-Jardim.

Após o final da primeira Guerra Mundial, a construção de habitação e a sua relação com as novas infra-estruturas e equipamentos será a principal problemática destes anos, assim como questões como a salubridade, a higiene, a sociabilidade, a segurança e a qualidade de vida das populações. Formulam-se experiências de abandono do conceito de quarteirão, de rua e de praça, que se substituem pela ideia de construção em torre, em bloco e banda e o zonamento rígido das funções vai sendo impregnado nas propostas. A título de exemplo deste tipo de zonamento – ou a “repartição racional das actividades da vida urbana” como descreve Lamas (*op.cit.*) - temos o plano

do Rio de Janeiro de 1928 de Alfred Agache, que veio a trabalhar também em Lisboa na década de quarenta. A abordagem de Agache em relação aos equipamentos passa pelo seu reagrupamento, dando-lhes destaque pelo tratamento volumétrico dos edifícios (Figura 15). Assim, neste momento a atenção é voltada para o equipamento e a sua potencialidade enquanto elemento gerador de forma da Cidade, enquanto o espaço público apenas consiste no espaço livre resultante da sua implantação, podendo servir-lhe como enquadramento, numa subversão completa do que acontecia no século anterior<sup>17</sup>.

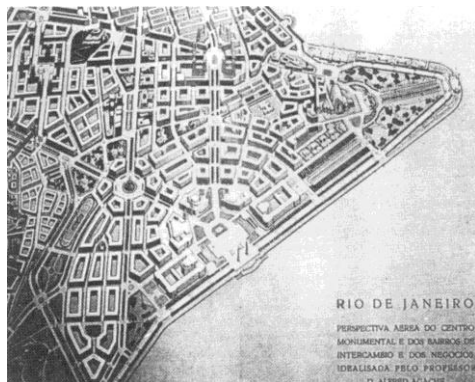


Figura 15 Plano de Agache para o Rio de Janeiro (1928)



Figura 16 Plano de Agache - o destaque dado aos equipamentos

## F. Movimento Moderno, Carta de Atenas e o Espaço Público

Estes ideais urbanísticos tiveram a sua expressão máxima no manifesto realizado na Conferência Internacional de Arquitectura Moderna IV (CIAM IV) em 1933, com a Carta de Atenas e foram exploradas principalmente a partir do final da Segunda Guerra Mundial, numa tentativa de ir contra o modelo anterior que estava associado aos regimes totalitários, definindo o pleno estabelecimento do Movimento Moderno nas políticas urbanísticas europeias. O manifesto considera que é necessário ir contra o modelo de Cidade até aí desenvolvido, aumentando as áreas verdes, o número de equipamentos e promovendo a separação de usos, dividindo a Cidade em quatro zonas dedicadas à habitação, ao lazer, ao trabalho e à circulação daí decorrendo a reorganização da Cidade. Dão como orientações específicas a utilização da habitação colectiva em altura de forma a resolver os problemas de densidade construtiva, deixando grandes espaços livres à sua volta.

Em Portugal, refere-se como exemplo interessante de relação entre espaço público e equipamento o bairro de Alvalade, que será descrito um pouco mais a frente. Já durante a década de sessenta desenvolviam-se dois bairros, também em Lisboa, que seguiram mais de perto as tendências resultantes do Movimento Moderno: Olivais e Chelas.

<sup>17</sup> Deve ser tido em conta que este facto não é aplicável a todo o Movimento Moderno. Existiram bons exemplos de espaço público cuidado e com qualidade associado aos centros de equipamento, como é o caso da Praça dos Três Poderes de Brasília, construída nesta época.

No pós-guerra começam a evidenciar-se roturas no Urbanismo Moderno. No seu próprio seio, nas últimas edições do CIAM, surgem novas visões sobre a Cidade impulsionadas pelos seus teóricos (e.g. Sert, Giedeon) que lançam o paradigma do “coração da Cidade”, estimulando a função cultural, que terá expressão em vários projectos de “centros cívicos”.

A partir dos anos setenta e com a queda das ditaduras de Portugal, Espanha, Itália e os movimentos do Maio de 68 iniciam-se demandas de cidadãos que procuram melhores condições de vida na Cidade – nomeadamente de habitação e infra-estruturas - e uma das reclamações é precisamente a recuperação do papel do espaço público que, pouco a pouco, com as ideologias modernas urbanistas, foi sendo esquecido - entrando em “agonia” como caracteriza Gonçalves (2006: 144). Juntamente a este facto, na década seguinte iniciam-se uma série de medidas impulsionadas pelos organismos europeus na procura de um rumo para a Cidade. Os principais problemas que o motivaram encontravam-se ligados às dificuldades económicas e logísticas da gestão das grandes extensões de espaço livre deixadas pelo Movimento Moderno e, assim, é recentrado o interesse na resolução dos problemas urbanos através do espaço público.

A conjuntura obriga a uma nova maneira de pensar a Arquitectura e o Urbanismo e o espaço público tradicional desenvolve-se como resposta teórica e projectual de urbanistas e teóricos como Jane Jacobs, Gordon Cullen e Kevin Lynch centram-se, a partir dos anos sessenta, na Cidade tradicional<sup>18</sup>, estudando a sua forma, a sua “imagem” e aquilo que a estrutura, de forma a recuperar o valor que ela trouxe à Cidade. E neste sentido a Cidade evolui, ao mesmo tempo que o interesse pelos centros históricos cresce, institucionalizando-se em documentos internacionais que colocam na agenda política a salvaguarda dos centros históricos e seu património, para a vida contemporânea.

Nos últimos anos surgem novos valores associados às políticas de competitividade das Cidades europeias ligados à promoção de uma imagem e à sua projecção para o exterior. Neste âmbito uma das estratégias políticas parte, precisamente, de apostas no sector cultural, na criação de novos equipamentos desse carácter que não só sejam pólos qualificadores da Cidade como tenham um impacto para o exterior, acolhendo exposições do circuito internacional e envolvendo arquitectos de renome no seu projecto. E, à semelhança do que já se verificou no passado, estes projectos vão influenciar ou gerar o espaço público envolvente – e este será o tema tratado no subcapítulo seguinte.

---

<sup>18</sup> “Cidade tradicional” designa aquela em que os lugares de encontro, comércio e circulação coexistem em equilíbrio. Este conceito é um dos quatro apontados por Gehl e Gemzøe para descrever os tipos diferentes de Cidade da História, sendo os restantes a “Cidade invadida” onde o automóvel passou a requerer maior importância, subtraindo espaço destinado a outras funções, a “Cidade abandonada” que resulta do desinteresse pela qualificação dos espaços públicos e conseqüente desaparecimento da vida pública e a “Cidade recuperada” que designa os esforços do nosso tempo na vontade de encontrar um reequilíbrio de funções e usos, tendo como referência a Cidade tradicional. Jan Gehl e Lars Gemzøe – *New City Spaces*. (versão consultada *Novos Espaços Urbanos*, Barcelona; Editorial Gustavo Gili, 2002, p. 14).

## 2.2. ESPAÇO PÚBLICO URBANO NAS SUAS TENDÊNCIAS ACTUAIS – EMERGÊNCIA DO EQUIPAMENTO CULTURAL

“Parece pois ser unânime a ideia de que os espaços públicos de qualidade podem ajudar as cidades a criar e manter locais de forte centralidade, qualidade ambiental, competitividade económica e sentido de cidadania.”

Pedro Brandão, *O Chão da Cidade*, 2002

### Exigências e Qualidade do Espaço Público contemporâneo

Antes do enfoque no tipo específico de espaço público de que é alvo este trabalho é necessário enquadrar alguns pontos que caracterizam o momento que atravessamos ao nível do projecto da Cidade, nomeadamente aqueles que se associam ao que podemos considerar como características de qualidade do espaço público e que se encontram necessariamente ligadas às exigências a que ele deve responder hoje em dia.

Actualmente, o objectivo dos urbanistas e arquitectos é criar um novo tipo de urbanidade produzindo novos tipos de lugar: surgem praças no interior de quarteirões privados, ocupam-se edifícios abandonados para a promoção de actividades culturais revitalizando zonas em desuso ou antigas linhas férreas que se transformam em parque público acrescentando uma zona de ócio à população<sup>19</sup>. A conjuntura altera-se e o espaço público deve ser adaptado às novas realidades. Mas esta tarefa é complexa, dado que para a intervenção no espaço público converge uma multiplicidade de disciplinas e a sua pertinência varia consoante cada contexto<sup>20</sup>.

Tendo segura a especificidade na abordagem a um qualquer projecto de desenho de espaço público podemos distinguir algumas formas de encarar os problemas com que nos deparamos nos dias de hoje. No núcleo central e consolidado da Cidade a preocupação volta-se para a forma como se deve manter e, por outro lado, desenvolver as suas características específicas. Na periferia a dificuldade está em desenhar espaço público que articule os lugares de baixa densidade urbana que a povoam. Defende-se a necessidade de coordenar estes dois lados das cidades, evitando que se criem núcleos sociais e de usos cada vez mais dispersos. Investe-se na pluralidade de funções em focos locais, de forma a que as pessoas tenham acesso à maior parte dos serviços a um nível próximo e nesse aspecto só o desenho urbano e, mais propriamente, o de espaço público poderá

---

<sup>19</sup> Encontramos exemplo disso na zona do Poblenou em Barcelona ou no projecto *High Line* em Nova Iorque.

<sup>20</sup> Este aspecto vai inferir naturalmente na avaliação da qualidade do espaço público e será, por isso, desenvolvido um pouco mais à frente em capítulo próprio.

ser o mediador - *“Estamos convencidos de que la dialéctica movilidades-centralidades es una cuestión clave del urbanismo moderno y que la concepción de los espacios públicos es, a su vez, un factor decisivo, aunque no sea el único, en el tipo de respuesta que es necesario dar.”* (Borja e Muxí, 2001: 43).

Pode-se ainda destacar um aspecto mais específico mas comum a grande parte das preocupações no desenho do espaço público e que tem a ver com sua “humanização” e com a importância que os utilizadores têm na definição do seu sucesso (Carmona, Heat e Tiesdel, 2006; Gehl, 1987, 2001). Esta “humanização” prende-se com a oferta de valências que o espaço promove e a forma como as pessoas com ele se relacionam e dele se apropriam, ou, como refere Brandão (2008: 22) *“O espaço e as suas características formais, influencia os comportamentos, em actividades, que podem ser necessárias, opcionais ou sociais. As necessidades psicológicas, segurança, sentido de pertença e auto-estima, a expressão estética e comunicativa, a arte, são índices de humanização da paisagem e da inclusão, na esfera pública, simbolizados no espaço público, como um todo expressivo dos valores do colectivo.”*. Uma das ferramentas que se tem vindo a utilizar é a consulta dos cidadãos, pois, no final, estes são os destinatários de qualquer projecto. A participação da comunidade é, por isso, parte integrante dos processos de planeamento urbano e, embora existam outros factores que condicionem um projecto, este deverá ter sempre bastante peso nas decisões projectuais - já que consiste na opinião daqueles que o vão utilizar.

Os espaços que suscitam maior reconhecimento e utilização por parte da população acabam por ser aqueles onde se conseguiu aliar a utilidade pública com a formalização do espaço. Eles são por ela apropriados, passando a fazer parte do consciente colectivo, consolidando a identidade daquele núcleo de pessoas. É de frisar que um espaço estimado é um espaço que tem o poder de contagiar um território maior do que aquele em que se encontra fisicamente delimitado, tendo reflexos directos na competitividade económica da zona, no sentido de identidade e cidadania da comunidade e, naturalmente, na sua qualidade de vida. Assim, os espaços que são capazes de promover dinâmicas positivas na sua comunidade são aqueles que designam os espaços públicos de qualidade - *“El espacio público supone, pues, dominio público, uso social colectivo y multifuncionalidad. Se caracteriza físicamente por su accesibilidad, lo que lo convierte en un factor de centralidad. La calidad del espacio público se podrá evaluar sobre todo por la intensidad y la calidad de las relaciones sociales que facilita, por su fuerza mezcladora de grupos y comportamientos; por su capacidad de estimular la identificación simbólica, la expresión y la integración culturales. Por ello es conveniente que el espacio tenga algunas calidades formales como la continuidad del espacio urbano y la facultad ordenadora del mismo, la generosidad de sus formas, de su diseño y de sus materiales y la adaptabilidad a usos diversos a través del tiempo.”* (Borja e Muxí, *op. cit.*: 47).

Posto isto segue-se uma contextualização do papel do equipamento cultural na Europa nos últimos vinte anos, assim como a evolução da relação espaço público-equipamento cultural nas cidades em estudo.

## Emergência actual do equipamento cultural no contexto europeu

A partir do final da segunda Guerra Mundial e com o choque da modernização dos anos cinquenta, surge a necessidade de retornar aos valores de um passado ideal. Neste âmbito ganham destaque os equipamentos culturais, nomeadamente o museológico, de forma a servir de acervo de memórias. Em contraposição a esta necessidade de retorno a outras épocas, os edifícios que albergam essas colecções começam a ser construídos de raiz para esse objectivo e o entusiasmo dos arquitectos em relação ao seu desenho começa a crescer. O apoio político e financeiro destes projectos proporcionou um incentivo no campo criativo e a concepções de edifício mais audazes fazendo com que, ao longo do tempo, os museus de arte viessem a funcionar como “sismógrafos da cultura arquitectónica” (Lampugnani, 1999: 7).

Edifícios icónicos como o museu Guggenheim de Nova Iorque, inaugurado em 1959, ou o *Neue Nationalgalerie* em Berlim, de 1968, mostram já o carácter de destaque que estas construções tinham no ambiente urbano, estabelecendo a génese da abordagem tida em relação a muitos dos edifícios do género e que se mantem nos nossos dias. Ainda assim podemos destacar outro tipo de abordagem na concepção dos museus de arte actuais que designa aqueles que funcionam como extensão de uma determinada imagem urbana (sendo disso exemplo o CCCB em Barcelona e o Museu Nacional de Arte Contemporânea em Lisboa). Refere-se que cada tipo de abordagem resulta num diferente posicionamento em relação ao espaço público próximo, sendo o primeiro aquele que maior transformação infere no contexto em que se insere - o que justifica as escolhas dos casos de estudo do presente trabalho. Já Lampugnani refere (1999: 7) as vertentes básicas da natureza dos edifícios museológicos, designando-os como “*construções que, para além de cumprirem certas funções representativas e estéticas, devem satisfazer determinadas exigências urbanísticas e funcionais*” dando portanto destaque às implicações urbanas que a sua inserção promove.

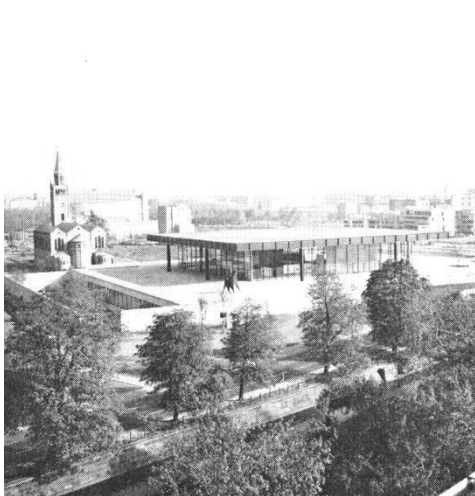


Figura 17 *Neue Nationalgalerie* aquando da sua inauguração em 1968



Figura 18 Museu Guggenheim de Nova Iorque (1959)



O museu que se tem vindo a construir nos últimos vinte anos responde a objectivos não só de natureza local, como correspondentes a uma extrapolação tanto a nível de influência da Cidade como a nível de projecção a nível internacional. Esta característica vem sendo acentuada a partir dos anos oitenta quando se estabelecem políticas de competitividade entre cidades como forma de estimular as economias regionais. A Cultura passou a ter um papel fundamental na definição da imagem de um colectivo com poder para o projectar no exterior e com isso potencializar a comercialização dos seus produtos. Assim se forma uma indústria cujo objectivo está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento económico de uma região e é assim que a estruturação desse sector ganha uma grande importância, sendo por isso uma das principais estratégias escolhidas para a regeneração das cidades europeias (Lorente, 1996, 2003).

Não nos detendo nas problemáticas que têm vindo a crescer em relação à incompatibilidade de usos internos proporcionada por alguns edifícios actuais, devemos pois posicionar-nos no impacto que eles proporcionam num determinado ambiente urbano. Nas imagens escolhidas para ilustrar este capítulo procurou-se mostrar a verdadeira inserção dos edifícios no contexto de cada cidade, procurando destacar o espaço público envolvente e assim evitar as imagens ilusórias que mais comumente são difundidas do edifício enquanto elemento isolado.



**Figura 19** Centre Georges Pompidou em Paris (1974) - inserção do edifício por oposição no núcleo histórico



**Figura 20** Centre Georges Pompidou - praça fronteiriça



**Figura 21** Tate Modern em Londres (2000) - inserção do edifício. Neste caso foi recuperado um antigo edifício industrial pelo que o impacto na paisagem urbana é menor que noutros casos



**Figura 22** Tate Modern - o espaço verde exterior



Figura 23 Museu Guggenheim de Bilbao (1997) - espaço exterior

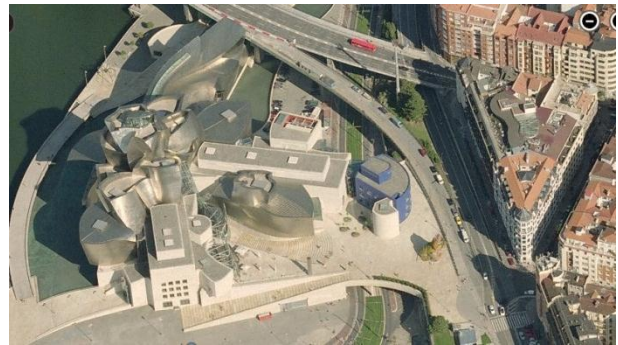


Figura 24 Museu Guggenheim de Bilbao - inserção na malha tradicional



Figura 25 Kunsthaus Bregenz (1997) - inserção na paisagem urbana



Figura 26 Kunsthaus Bregenz - renovação da praça Karl Tizian



Figura 27 Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía em Madrid (1986) - implantação e nova ampliação de 2005

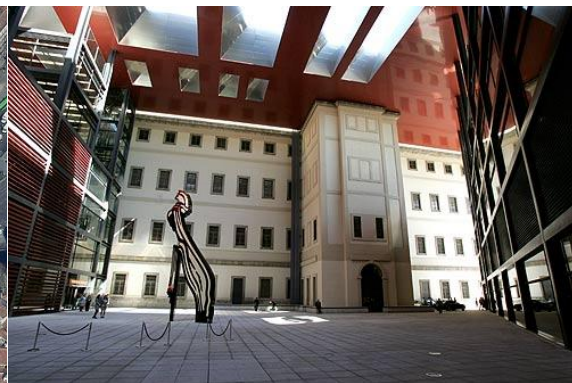


Figura 28 Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía - nova praça integrada na ampliação

Pode-se considerar que o impacto a nível urbano do edifício museológico trás muitas mais-valias, não só pela dinâmicas que potencia como por proporcionar a requalificação de um determinado troço da cidade. Ainda assim, a nível da abordagem ao espaço público notam-se duas constantes: a criação de um largo ou praça de forma a desafogar o espaço da entrada do edifício, quer por motivos de escoamento de pessoas como de enquadramento de edifício e o tratamento minimalista desse espaço, que se quer despojado de mobiliário urbano ou elementos arbóreos verticais (ou de outro tipo) que obstruam as vistas de e para o edifício. É o espaço desta génese e com estas características que interessa analisar.

# Espaço público gerado por equipamentos culturais em Barcelona e Lisboa

## A. Barcelona

Em Barcelona, tanto o espaço público como os equipamentos de serviço público foram, nomeadamente a partir do final dos anos setenta e o início dos anos oitenta, elementos importantes nas políticas de regeneração da cidade (Bohigas, 1985; Borja, 1995, 2010). Apesar de, ao longo do tempo, as abordagens a cada um diferirem consoante os objectivos específicos das políticas urbanísticas da cidade, consideramos os Jogos Olímpicos de 1992 como o momento de viragem na sua relação que, a partir daí, se foi intensificando até aos nossos dias.

Durante toda a década de oitenta procurou-se reequilibrar os usos e funções da cidade sempre com base na forma da “cidade tradicional” (inserindo-se no conceito de “cidade recuperada” como definem Gehl e Gemzøe (2001: 18))<sup>21</sup> através de intervenções pontuais no tecido urbano. A capacidade “*metastica*” do espaço público, como descreve Bohigas (1985: 21), foi a característica mais forte dessa abordagem contribuindo para a resolução mais rápida dos problemas da cidade e para dar uma resposta eficaz às demandas da população. Nestes anos este processo vai-se desenvolvendo desde a recuperação de praças nucleares (*Plaça Reial, Passeig Picasso, Plaça Soller*), parques e eixos principais (*Rambla, Plaça de Catalunya, Plaça Catedral, Parque da Estació del Nord*), até à renovação de vários sectores da cidade já no final da década de oitenta com a preparação dos Jogos Olímpicos (*Montjuïc, Vila Olímpica* e frente marítima).

A par do desenvolvimento do espaço público, também a nível de equipamentos urbanos se verificou uma intensificação de construção. Na primeira parte da década de oitenta, como não existiam grandes meios para nova construção, a estratégia não passava por alterar grandemente o tecido urbano mas sim por requalificar edifícios em desuso e orientá-los para servirem a população. Nesta fase constituem-se principalmente centros cívicos e escolas, maioritariamente equipamentos de apoio local. Naturalmente que quando o *Ajuntament* passou a ter meios para fazer novos edifícios passou a aproveitar a oportunidade para explorar, também neste campo, a promoção da Cidade e isso veio-se a verificar com os preparativos para os Jogos Olímpicos. Assim, é a partir do início da década de noventa que, através da criação do PEMB, se define a vertente cultural como um dos eixos fundamentais para o desenvolvimento socioeconómico da cidade e também como forma de a tornar mais atractiva e competitiva. Em 1999 surge o *Pla Estrategic Cultural* que analisa o estado do

---

<sup>21</sup> Esta forma de abordagem ao espaço público esteve na origem das políticas ligadas ao designado *Modelo Barcelona* que será contextualizado no capítulo seguinte.

serviço cultural disponível aos cidadãos, detecta os principais problemas e oportunidades propondo o policentrismo dos focos culturais e dos equipamentos culturais de grande escala (Esteban, 1999; Marshall, 2004). Essa descentralização é coordenada com a criação das Áreas da Nova Centralidade (onde se procura reequilibrar os sectores da Cidade através da criação de atractivos em todos eles de forma a descongestionar o centro) e também com a criação, em 1996, do *Institut de Cultura de Barcelona* que vai apoiar a vertente cultural das transformações em cada um desses núcleos e potenciar com isso a construção de novos equipamentos culturais. Nas Figura 29 e Figura 30 é já possível ver a descentralização dos espaços de lazer apesar de os equipamentos e espaços de natureza cultural se concentrarem maioritariamente no núcleo histórico, o que terá também a ver com objectivos de regeneração desse tecido social e económico e que será descrito em maior detalhe no capítulo de contextualização dos casos de estudo.

Como planos específicos para a concretização destes objectivos temos o *Pla de Museus* que data já de 1985 e onde se delineiam os principais eixos de localização dos museus com maior expressão da cidade, assim como o *Pla de Biblioteques de Barcelona* com visão a 2010, que se vai apoiar nos serviços já existentes em cada sector da cidade (Marshall 2004). É neste âmbito que a relação entre espaço público e equipamento cultural se torna mais evidente. Foi também graças ao plano para o sector cultural, embora já noutra versão em 2006, que se reuniram as condições para a realização do evento *Forúm Universal de les Cultures* em 2004 e a concretização do projecto *22@Barcelona* de forma a concretizar os objectivos que iam de encontro ao desenvolvimento económico, cultural e tecnológico de um novo contexto de Cidade.

Actualmente, a nível dos equipamentos culturais resultantes de uma adaptação de edifícios existentes, verificam-se dois tipos de abordagem: por um lado o reaproveitamento do património arquitectónico de relevo como é o caso dos palacetes senhoriais ou episcopais que permaneceram após a revolução causada com a expansão da cidade a partir de 1859 (ver pág. 28) mesmo na

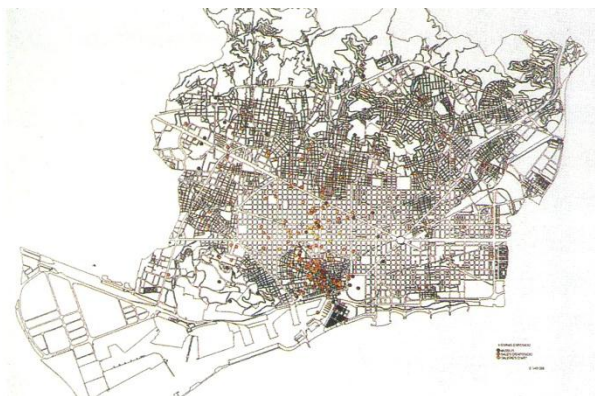


Figura 29 Barcelona - Localização de espaços expositivos



Figura 30 Barcelona - Localização de espaços de lazer

reorganização do núcleo antigo e, por outro lado, o reaproveitamento de edifícios industriais abandonados, com maior incidência na zona do Poblenou. Na Tabela 1<sup>22</sup> enumeram-se os principais equipamentos culturais que, pelas suas características anteriores à adaptação, trouxeram mais espaços públicos à cidade ou foram motivadores de um arranjo do espaço livre circundante (e que acabou por ficar a ele ligado).

Designação do edifício	Designação do Equipamento Cultural	Ano de adaptação	Área espaço público integrante (aprox.) [m <sup>2</sup> ]
<i>Palau Reial des Comtes de Barcelona</i>	<i>Museu Frederic Marès</i>	1948 / ?	150 (pátio interior)
Fábrica <i>Casa Ramona</i>	Caixa-Fórum	1963/1992	1500 Praça fronteiriça
<i>Palaus Aguilar, Baró de Castellet, Meca, Mauri e de les Finestres</i>	Museu Picasso	1963/2011	225 (pátio interior)
<i>Drassanes Reials</i>	<i>Museu Marítimo</i>	1976 / em renovação	2100 (praça fronteiriça)
<i>Palau de Mar</i>	<i>Museu de l'Història de Catalunya</i>	1996	1800 (praça exterior e pátio interior)
Edifício Armazém Fabra&Coats (Eixample)	<i>Museu del Modernism Catala</i>	1980 / ?	130 (pátio)
<i>Mercat de les Flors</i>	<i>Mercat de les Flors</i>	1983/1990	3600
Hospital de <i>Sant Pau i de la Santa Creu</i>	<i>Biblioteca de Catalunya</i>	1939 / 1990	2700 (pátio interior)
<i>Palau Nacional</i>	<i>Museu Nacional d'Art de Catalunya</i>	1990/2004	4500 (arranjo fronteiriço)
<i>Palau Arts Gràfiques</i>	<i>Museu d'Arqueologia de Catalunya</i>	1990	11700 (jardins)
<i>Palau Reial de Pedralbes</i>	<i>Museu Textil i d'Indumentaria</i>	2008	52900 (jardins)
<i>Convent dels Àngels</i>	<i>Sede Foment de les Arts i del Disseny</i>	1990	4400
<i>Palau de l'Agricultura</i>	<i>Teatre Lliure</i>	1990	3600
<i>Casa de la Caritat</i>	<i>Centre de Cultura Contemporània de Barcelona</i>	1993	6500
<i>Convent de Sant Agustí</i>	<i>Museu de la Xocolata</i>	2000	680 (pátio interior)
Antigo Asilo	CosmoCaixa	2004	7500
<i>Castell de Montjuïc</i>	<i>Museu Militar Castell de Montjuïc</i>	2008/2010	
Edifício industrial	<i>Farinera del Clot</i>	2008	1250
Fábrica Framis	<i>Can Framis</i>	2009	2250

Tabela 1 Barcelona - Edifícios adaptados para funções culturais e área de espaço público afectada (fonte: elaboração da autora)

<sup>22</sup> Relativamente à leitura da tabela, as datas apontam para a fixação da entidade cultural no edifício e da última grande intervenção de remodelação, sem esquecer que existem acções de conservação permanentes em grande parte dos edifícios.

Designação do Equipamento Cultural	Ano de Construção	Área espaço público integrante (aprox.) [m2]
<i>Fundació Joan Miró</i>	1960/1988	
<i>Museu Etnològic</i>	1973/2009	5600 (jardins)
<i>Museu D'Art Contemporani de Barcelona</i>	1993	2100
<i>Teatre Nacional de Catalunya</i>	1996	13000
L'Auditori	1999	3900
Museu del Teatre	2000	3600
Biblioteca Jaume Fuster	2005	3800
Museu de Ciències Naturals/ Museu Blau	2011	17100
Filmoteca de Catalunya	2012	1680
Museu Disseny HUB Barcelona (nova sede)	2013 (previsto)	10000

**Tabela 2** Barcelona – Edifícios culturais e área de espaço público afectada  
(fonte: elaboração da autora)

Existem também muitos centros cívicos, auditórios, bibliotecas e espaços expositivos com relação a espaços públicos também de apoio local que não foram incluídos mas que constituem os núcleos de cada sector da cidade. Já na Tabela 2 encontram-se os principais edifícios culturais de construção específica para essa função.

Verificamos que actualmente os pontos onde a relação entre espaço público e equipamentos culturais é mais forte se concentram na zona das Glòries (com o eixo definido pelo *Teatre Nacional de Catalunya*, o *l' Auditori* e o futuro *Museu del Disseny HUB*), no Montjuïc (com a *Ciutat del Teatre* que aglutina o *Institut del Teatre* e respectivo museu, o *Teatre Lliure* e o *Mercat de les Flors*) e na Ciutat Vella e Raval (com os equipamentos definidos no eixo constituído pelos Parques da *Estació del Nord* e *Ciudadella*, *Museu Picasso*, *Teatre del Liceu*, *CCCB*, *MACBA* e *Biblioteca de Catalunya*).

## B. Lisboa

O espaço público pensado em Lisboa é muito rudimentar até ao início do século XVIII, estando reduzido à estrutura viária, alguns alargamentos e praças como o Terreiro do Paço, o Rossio e os adros de Igrejas.

### Espaço público e Cultura na Lisboa burguesa

O primeiro grande momento da sua história é consequente das intervenções de reconstrução da Baixa da cidade. Com a inauguração do Passeio Público em 1769 estabelece-se o início do gosto pelas zonas verdes na cidade, estando a par das tendências europeias da época. Este Passeio é um jardim alongado que pretende controlar o crescimento da Baixa, unindo-a com a Cidade para Norte (Figura 31).<sup>23</sup> Nos anos seguintes, ainda que um pouco distantes temporalmente entre si, ocorrem duas inaugurações de equipamentos culturais na cidade com grande relevo para a sociedade burguesa da época e que constituem os dois primeiros marcos da relação entre equipamento cultural e espaço público em Lisboa. Em 1793 inaugura-se o Teatro S. Carlos com o seu largo fronteiro, destinado ao lazer, ao enquadramento e destaque do edifício e, em 1846, não muito longe do Passeio Público, é terminada a construção do Teatro Nacional D. Maria II que motiva o arranjo da praça contígua – do Rossio – com alinhamentos de árvores e a colocação da estátua a D. Pedro IV que ainda hoje ali permanece (Figura 32) (Barreiros, 2001: 55). Para além da revolução que representou na época o destaque dado ao edifício público cultural (e não de carácter religioso como seria o mais comum) é importante referir que esta relação, em ambos os casos, ainda hoje se mantém.

Também o liberalismo contribui quantitativamente, com um grande número de edifícios, para a criação de equipamento culturais através do fim das Ordens e expropriações. Mas um dos principais

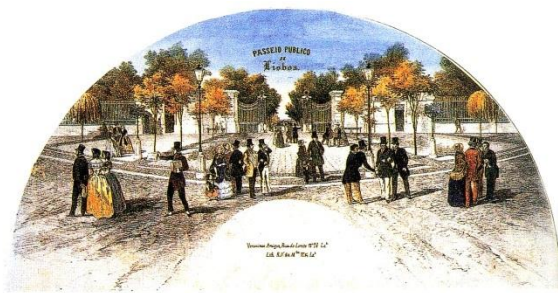


Figura 31 O Passeio Público de Lisboa (1769)



Figura 32 Teatro D. Maria II e consequente arranjo da Praça do Rossio (1846)

<sup>23</sup> A sua estrutura em alameda articula duas rotundas de distribuição nas extremidades que vieram a suscitar, mais tarde, a ideia da sua substituição por uma Avenida, de inspiração nos *boulevards* parisienses. Esta transformação acabou mesmo por se verificar com a construção da Avenida da Liberdade em 1879 (Fernandes, 1989: 22)

equipamentos geradores de espaço público da cidade surge da adaptação a novos usos, geralmente ligados à cultura ou a instituições estatais, de uma tipologia de edifício que sempre esteve presente em Lisboa: o palacete. Apesar da destruição de muitos destes edifícios com o terramoto de 1755, chegaram muitos exemplares deste género aos nossos dias (Ataíde, 1988). O palacete designa um edifício de dimensão significativa e traçado erudito que originalmente se destinava ao uso habitacional e que, por natureza, possuía uma zona de lazer, quer no exterior através de uma área de jardim, quer no interior através de um pátio aberto. Muitos destes edifícios remontam aos séculos XVII e XVIII, sendo que ao longo do tempo grande parte deles foi mudando de proprietário e foi ao chegar ao cuidado da administração pública que se proporcionou a referida alteração. Tendo todo este património em mãos foi lógica a sua adaptação a novos usos, o que se verificou com mais intensidade a partir do início do século XX. Ainda assim distinguem-se outros tipos de edifício reaproveitados como é o caso dos conventos.

Esta tradição acabou por devolver espaço público à cidade, que no fundo ela sempre teve mas que lhe estava limitada. No quadro da página seguinte (Tabela 3) listam-se os principais edifícios recuperados em Lisboa para o uso cultural assim como as áreas de espaço público a eles afectas<sup>24</sup>. Logo à primeira vista é possível verificar que a população da cidade ganhou extensas áreas de espaço livre, principalmente zonas verdes (jardins e parques).

Dá-se então o impulso para a proliferação de espaços públicos ligados ao lazer e ao ócio pela cidade durante todo o século XIX, com o aumento e especialização de tipologias de espaço público - na sequência do que se passava no resto da Europa. Inauguram-se miradouros (o de S. Pedro de Alcântara em 1930), jardins (o Jardim da Estrela em 1940, ligado a dois equipamentos de carácter religioso - a Basílica da Estrela e o cemitério dos Inglesinhos; o Jardim do Príncipe Real por volta de 1860, construído em cima do Reservatório de Água da Patriarcal; o Jardim das Janelas Verdes) e abrem-se novos espaços qualificados.

#### Espaço Público e Cultura no Estado Novo

Mais tarde, por volta da década de quarenta, destacam-se alguns projectos de espaço público muito debatidos, como é o caso do Parque da Serra de Monsanto, do Jardim do Campo Grande e o do Parque Eduardo VII que envolveram propostas de Keil do Amaral e no último caso também de Alfred Agache e Faria da Costa (Barreiros, 2001). Esta concepção de espaço público de extensas áreas verdes pretendia também aliar-se a equipamentos de serviço à Cidade como é o caso do Parque de

---

<sup>24</sup> Tem-se como referência a data de inauguração do equipamento e a da última grande intervenção feita no edifício, sem esquecer que existem acções de conservação permanentes em grande parte dos edifícios. As datas apontam apenas para a fixação de determinada entidade no edifício, considerando que algumas das instituições já existiam noutros locais.



Designação do edifício	Designação do Equipamento Cultural	Ano de adaptação	Área espaço público integrante (aprox.) [m <sup>2</sup> ]
Palácio Alvor	Museu Nacional de Arte Antiga	1834 / 1940	2400 + 4050 (Jardim das Janelas Verdes)
Mosteiro dos Jerónimos (ala ocidental I)	Museu Nacional de Arqueologia	1900/ 2001	320 (pátio)
Casa do Picadeiro (Paço Real de Belém)	Museu dos Coches	1905	1000 (pátio)
Convento S.Francisco da Cidade	Museu Nacional de Arte Contemporânea	1911/ 1994	300 (esplanada e jardim)
Palácio dos Condes da Calheta	Jardim-Museu Agrícola tropical	1916 / 1960	90000 (Jardim Tropical)
Palácio da Ajuda	Museu do Palácio / IGESPAR	1938 /1987	10000 + 26400 (Jardim Botânico)
Mosteiro dos Jerónimos (ala ocidental II)	Museu da Marinha	1962	8300 (Praça do museu)
Palácio Pimenta	Museu da Cidade	1972	11900 (jardins)
Palácio de Palmela	Museu Nacional do Traje	1975	72000(Parque Botânico Monteiro-Mor)
Estação Elevatória dos Barbadinhos	Museu da Água	1987/ 1995	6000 (jardins)
Central Tejo	Museu da Electricidade	1990	12700 (esplanada e zonas verdes)
Reservatório da Mãe d'Água das Amoreiras	Galeria	1995	1300 + 6000 (Jardim das Amoreiras)
Real Fábrica da Cordoaria da Junqueira	Cordoaria Nacional - Galeria		620 (pátio)
Palácio de S.Bento	Museu da Assembleia da República	2003	4000 (Jardins do Palácio)
Paço Real de Belém	Museu da Presidência da República	2004	450 (pátio)
Fábrica de Projecteis de Artilharia (zona Industrial)	Fábrica do Braço de Prata (centro cultural)	2007	5100 (área por intervencionar)
Companhia de fição de Tecidos Lisbonense (zona industrial)	LxFactory	2007	26700 (área por intervencionar)
Edifício Pedro Álvares Cabral	Museu do Oriente	2008	n/a
Edifício-Sede do Banco Nacional Ultramarino	Museu do Design e da Moda	2009	n/a

**Tabela 3** Lisboa - Edifícios adaptados para funções culturais e área de espaço público afectada (fonte: elaboração da autora com apoio na informação disponibilizada pelo site do IGESPAR)

Monsanto onde se construíram campos desportivos (nomeadamente o Estádio Nacional) parques recreativos e diversos miradouros.

No âmbito da urbanização de Lisboa dessa época é interessante referir um exemplo que concilia a forma modernista de pensar a Cidade com o modelo tradicional e, no qual, a relação espaço público - equipamento foi de extrema importância. Esse “*paradigma*”<sup>25</sup> ensaiou-se no plano para o Bairro de Alvalade em Lisboa, da autoria de Faria da Costa em 1945 (Lamas, 2000; Costa, 2006). Este plano foi pensado precisamente a partir da organização em torno de um equipamento urbano, seguindo de

<sup>25</sup> Como designa João Pedro Costa no estudo sobre o Bairro de Alvalade. João Pedro Costa – *Bairro de Alvalade- Um Paradigma do Urbanismo Português*. Lisboa; Livros Horizonte, 2002.

perto as teorias das designadas “unidades de vizinhança”<sup>26</sup>. O território do plano encontra-se estruturado em células no centro das quais se localiza um equipamento que determina um raio de 500 metros para a implantação das habitações, de forma a ser acessível a todas elas. A circulação viária, que estrutura o bairro, é hierarquizada e delimita cada célula, mas a sua intensidade vai sendo controlada à medida que se desloca para o seu interior, já que este é pensado para se destinar à circulação pedonal e a albergar espaços de lazer. A idealização dos usos nestes interiores de quarteirão é, também, novidade na época, sendo estes libertados como espaço colectivo e livre onde se localizavam os centros cívicos, escolas primárias, teatros, um equipamento religioso (que é, aliás, o elemento que estrutura o eixo viário principal), campos de jogos e outros equipamentos de apoio social (Figura 34). A forma dada a este conjunto acaba por ser permitida também pela disposição dos edifícios num contínuo, sem exceder os cinco pisos e de forma a criar espaços arborizados dentro dos quarteirões e nas zonas de gaveto. Era desta forma que, segundo Costa (2006: 158), “os edifícios se deveriam subordinar ao conjunto de modo a obter um controlo dos espaços públicos resultantes”, logo existia a noção de relação recíproca entre edifício e espaço público, não sendo total a casualidade do espaço residual deixado pelo primeiro. Ainda assim, o espaço público de Alvalade é, ainda segundo o mesmo autor (*op.cit.*: 158), idealizado de duas formas: um tipo de espaço “ligado à vida urbana e intensa” que consiste nas praças que se localizam nos cruzamentos das vias principais e o espaço público “de carácter vivencial” do interior dos quarteirões ligado ao lazer, que complementa e apoia o uso dos equipamentos e que consiste em grandes áreas verdes. Sucintamente, Costa define o espaço público em Alvalade como “um



Figura 33 O Plano para o Bairro de Alvalade de Faria da Costa (1945)

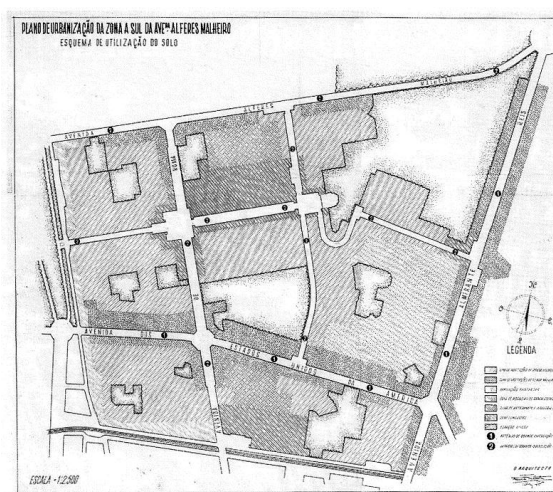


Figura 34 Bairro de Alvalade - As células estruturantes e a área destinada aos equipamentos e espaço público no seu interior

<sup>26</sup> Esta teoria foi desenvolvida no âmbito da crescente preocupação pela qualidade de vida da população das cidades, nomeadamente no que diz respeito à sua segurança e sociabilidade. Esta designação surge em 1909 com a obra *Town Planning in Practice* de Raymond Unwin, onde também é desenvolvido o conceito de Cidade-jardim de Sitte – sendo esta outra característica que se pode ver, ainda que aplicada com moderação, no bairro de Alvalade.

momento de centralidade, normalmente assinalado, ou com um marco urbano, ou com um equipamento de significado, funcionando como elemento de referência na área do plano”.

Ainda no início da mesma década teve lugar um evento de propaganda cultural, inserida no contexto do Estado Novo, na zona ocidental da cidade, em Belém – a Exposição do Mundo Português. Este evento consistiu na construção de vários pavilhões temáticos, dos quais ainda hoje permanecem o Museu de Arte Popular e o Monumento aos Descobrimentos, na difusão da identidade e valores nacionais para o Mundo. O elemento que mais se destacou foi a Praça do Império, uma praça ajardinada localizada em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, que servia como núcleo central de todo o evento. Embora a importância do evento se tenha limitado àquele tempo, a estrutura do espaço público construído ainda hoje se mantém e continua a funcionar como elemento que atribui coerência entre os diferentes equipamentos que ali se localizam. Este momento exorbita o carácter cultural daquela zona que se vai manter até hoje e será abordado em maior detalhe mais à frente. Dando um grande salto no tempo, é inevitável a comparação da Exposição do Mundo Português com um outro evento de carácter cultural, desta vez na zona oriental de Lisboa – a Exposição Universal de 1998 (ou Expo 98)<sup>27</sup>. Para este evento, que teve lugar 58 anos depois, partiu-se das mesmas premissas de revitalizar uma zona em desuso da cidade através da criação de equipamentos, espaço público de qualidade e infra-estruturas dos quais ela carecia, mas isso será descrito mais à frente.

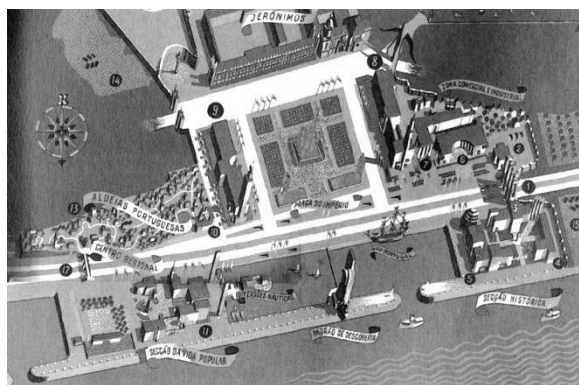


Figura 35 Planta da Exposição do Mundo Português (1940)

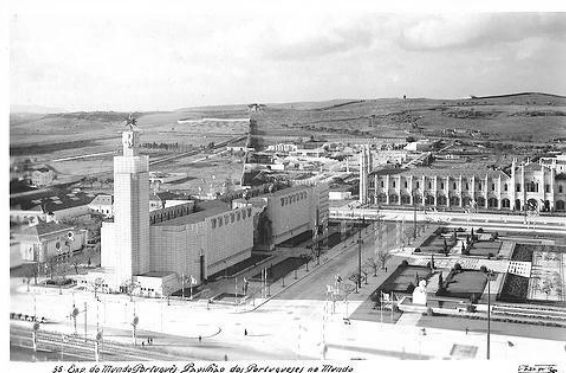


Figura 36 Exposição do Mundo Português - Pavilhão dos Portugueses no Mundo (hoje local de implantação do CCB) e Praça do Império

<sup>27</sup> Para uma comparação entre estes dois eventos, nomeadamente em relação aos espaços público gerados nos dois contextos, aconselha-se a leitura da obra *Os espaços públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98*. Aquilino Machado – *Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98*. Lisboa; Gabinete de Comunicação Parquexpo, 2006.

## O complexo cultural da Fundação Calouste Gulbenkian ao CCB

Mas, existem também outros edifícios de cariz cultural criados especificamente com esse propósito e que tiveram grande importância na geração de espaço público da cidade (Tabela 4). Destaca-se o projecto do edifício-sede e museu da Fundação Calouste Gulbenkian como um dos momentos importantes da relação em estudo. Este conjunto, inaugurado em 1969, destaca-se desde o início pela inovação quanto aos pressupostos de projecto e também pelo distanciamento que desejava ter do então governo vigente, por se tratar de uma instituição independente. Para a implantação do projecto procurava-se um espaço que se tornasse um pólo dinamizador da cidade, tendo em conta a sua tendência de crescimento para Norte, o que justifica a escolha de um terreno localizado próximo da Praça de Espanha e das Avenidas Novas. Já a nível de desenho pretendia-se um projecto que representasse o que de mais actual se desenvolvia a nível de arquitectura mundial na época. Surge assim um projecto que prima pela clareza, rigor e esquematismo com um traçado que se aproxima muito daquilo que se fazia no Movimento Moderno mas que, ao mesmo tempo, consegue ultrapassar “os dogmas” que essa arquitectura estabelecia na sua relação com a monumentalidade e com o espaço verde envolvente (Tostões, 2006). O complexo constitui-se assim por três volumes articulados que designam o edifício da sede, o museu e o anfiteatro consistindo em três volumes baixos de traçado simples, sóbrios e discretos, construídos com meios actuais na época mas económicos (betão armado pré-esforçado e vidro) (Figura 37). Mas é no modo de inserção desses edifícios que se destaca a grande mais-valia deste projecto. Desde o início que se pretendia criar a ligação entre a “arte e a natureza” pelo que o desenho do maciço vegetal do jardim circundante foi uma componente integrada no projecto. Os edifícios e não se impõem no jardim mas conciliam uma relação estreita e autêntica com ele revelando uma grande “*sensibilidade estética e modo humanizado de ver o mundo*” como descreve Tostões (*op.cit.*: 40). Para a cidade, este complexo trás mais modernidade, afirmando-se como referência no panorama arquitectónico e cultural nacional.



Figura 37 Os edifícios da Fundação Gulbenkian aquando da sua inauguração (1969)



Figura 38 A Fundação Gulbenkian hoje - jardins e edifícios na inserção na cidade

Designação do Equipamento Cultural	Ano de Construção	Área espaço público integrante (aprox.) [m2]
Museu da Fundação Calouste Gulbenkian	1969	50000 (jardins)
Centro Cultural de Belém	1992	2100 (praça) + 7100 (terraços)
Museu dos Coches (novas instalações)	previsto para 2013	18000 (praça)

Tabela 4 Lisboa – Edifícios culturais e área de espaço público afectada  
(fonte: elaboração da autora com apoio na informação disponibilizada pelo site do IGESPAR)

Na Lisboa actual é a relação entre este equipamento, espaço público e cidade que se mantém forte. O complexo do museu e sede da Fundação têm uma grande importância não só a nível cultural como de equipamento urbano (destaca-se ainda a Biblioteca de Arte que o integra) e de espaço público de qualidade e isso comprova-se pela afluência que continua a registar e pela quantidade de actividades que dinamiza ainda hoje (Figura 38). Este é um complexo que contribui para a dinâmica da cidade e que continua a ser um dos símbolos de qualidade e de inovação em todos os campos em que intervém.

Outro momento importante no panorama cultural de Lisboa prende-se com a construção do CCB, um equipamento cultural projectado de raiz e inaugurado no início da década de noventa. Este exemplo insere-se nos casos de estudo e será descrito em maior detalhe no capítulo seguinte. No entanto, é importante referir que também neste projecto se desenhou novo espaço público para a cidade, sendo que nele teve grande peso a estrutura de espaços públicos existentes na zona, como veremos nos casos de estudo. Ainda no final da mesma década tem lugar um outro evento de carácter cultural, desta vez na zona oriental de Lisboa – a Exposição Universal de 1998 (ou *Expo 98*)<sup>28</sup>. Para este evento partiu-se das mesmas premissas da Exposição do Mundo Português de



Figura 39 Expo 98 - Espaço público e equipamento na requalificação da cidade oriental



Figura 40 Parque das Nações - na actualidade, o sucesso da adaptação a novos usos

<sup>28</sup> Para uma comparação entre estes dois eventos, nomeadamente em relação aos espaços público gerados nos dois contextos, aconselha-se a leitura da obra *Os espaços públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98*. Aquilino Machado – *Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98*. Lisboa; Gabinete de Comunicação Parquexpo, 2006.

revitalizar uma zona em desuso da cidade através da criação de equipamentos, espaço público de qualidade e infra-estruturas dos quais ela carecia. Embora estes sejam dois eventos com princípios completamente distintos, é importante destacar, no contexto do presente trabalho, a abordagem que pesou na *Expo 98* e que foi determinante para o seu sucesso durante e após o evento: a antevisão da adaptação aos novos usos de todos os equipamentos (Figura 39). A nível de equipamentos, as funções culturais dos edifícios da *Expo98* cobrem várias valências, mas o mais importante de ressaltar é o carácter de “recinto”, que considera usos culturais, recreativos e outros como uma unidade integrada com outros usos urbanos em torno de uma avenida. A simplicidade do desenho, a legibilidade percursos e ligação clara entre equipamentos ajudam também a justificar a qualidade destes espaços públicos, juntamente com o facto de o utilizador se sentir como “actor e agente do espaço” como descreve Machado (2006: 169).

#### A “área de cultura” na Lisboa Contemporânea

No contexto actual, verifica-se mais usualmente o reaproveitamento de grandes áreas industriais como forma de, através da ligação a actividades culturais, poder regenerar zonas da cidade em desuso. A *Expo 98* foi um desses exemplos mas, mais recentemente destaca-se o estabelecimento do centro de cultura da Fábrica do Braço de Prata e do complexo multidisciplinar do *LxFactory*. Nestes casos verifica-se a adopção de lógicas culturais mais temporárias, através da organização de eventos dirigidos a elites culturais e não a grandes massas, como foi o caso do CCB ou da referida *Expo 98*.

O caminho que actualmente Lisboa parece estar a tomar volta-se para a edificação de áreas com grandes concentrações de equipamentos. Estes núcleos estruturam a cidade já que vão promover a necessidade de criar boas acessibilidades e, com isso, afectar uma maior área e mais população. Tome-se como exemplo a zona do Parque das Nações (com museus e outros equipamentos como o Oceanário, o Casino, a Gare do Oriente, o Centro Comercial, a Feira Internacional de Lisboa) e a zona entre Benfica e Carnide (com o Centro Comercial Colombo, o Hospital da Luz, o edifício de Bombeiros, o Estádio) que se transformaram em zonas nucleares de grande oferta de serviços. Já em relação aos equipamentos culturais nota-se a emergência da adaptação de grandes zonas em desuso da cidade por entidades privadas, o que acaba por libertar a administração pública da sua gestão assim como dos encargos económicos associados à sua manutenção. Dada a situação da conjuntura económica actual, esta parece ser uma solução que tem valorizado as actividades culturais dando resposta às necessidades específicas dos locais e também aos círculos culturais internacionais e que, por isso, se considera que deverá ser mantida.



### **3. CARACTERIZAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO**



## ENQUADRAMENTO

Para compreender verdadeiramente os espaços que se pretende avaliar é necessário, primeiramente, perceber os factores que levaram à sua génese juntamente com as alterações que podem ter sofrido ao longo do tempo, os seus tipos de uso e actividades que ajudam a explicar a sua forma actual.

Na escolha dos espaços a analisar procurou-se, para além do facto de serem próximos ou decorrentes da construção de um equipamento cultural, o facto de serem de construção recente. Estabelecendo que a sua conclusão tenha pelo menos dez anos, de forma a podermos avaliar o equipamento consolidado no seu uso ao existir um espaço temporal para a adaptação e inserção no território. Dado que todos os exemplos foram construídos na década de 1990, encontra-se aqui a oportunidade para fazer um paralelismo entre as políticas para o sector cultural e urbanístico vigentes naquele momento em cada cidade e, possivelmente, verificar que repercussões dessas políticas poderão ter chegado até hoje.

Desta forma, os exemplos escolhidos situam-se em Barcelona e Lisboa, duas grandes cidades sul-europeias que, não sendo culturalmente muito distantes, encetam nos anos oitenta e noventa uma abordagem estratégica à Cidade muito semelhante<sup>29</sup> mas que, como veremos, acabaram por seguir percursos bastante distintos. No primeiro caso escolheram-se duas praças inseridas no núcleo histórico da Cidade e que distam poucos metros entre si: a *Plaça dels Àngels* adjacente ao *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) e a *Plaça de Joan Coromines* anexa ao *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB). No caso de Lisboa escolheram-se dois espaços localizados também numa zona antiga da Cidade, igualmente próximos entre si, e integrantes de um grande equipamento cultural, o Centro Cultural de Belém (CCB): a Praça do Museu e o Jardim das Oliveiras.

Assim, neste capítulo pretende-se descrever cada espaço público a partir dos antecedentes do lugar, dos motivos que estão na sua origem, do projecto do equipamento e a forma como se insere no seu programa, dos intervenientes na sua construção, dos significados que poderão ter hoje em dia entre outros aspectos que possam ser relevantes - mas sempre a partir do seu enquadramento nos objectivos estratégicos da Cidade em que se insere.

---

<sup>29</sup> Traduzida pelo PEMB e pelo PEL respectivamente.

### 3.1. BARCELONA: PLAÇA DELS ÀNGELS (MACBA) E PLAÇA DE JOAN COROMINES (CCCB)

#### Antecedentes – A Cidade e o Museu

A Cidade de Barcelona é hoje um caso de sucesso e de referência a nível urbanístico de muitas cidades a nível mundial. Disso é responsável a forma de “fazer cidade” que a desenvolveu desde o início da década de 1980 e que veio a designar-se *modelo Barcelona*. No fundo, o *modelo* constituiu uma série de políticas urbanísticas, sociais e económicas que já se tinham começado a implementar desde o final da década anterior e que tinham como elementos principais de transformação o espaço público e a participação activa dos cidadãos<sup>30</sup>.

Em traços gerais, este *modelo* promove uma Cidade compacta<sup>31</sup>, não só a nível físico como também social, actuando através de operações específicas no espaço público. Estas intervenções são orientadas para melhorar a eficiência económica e funcional da Cidade tendo em vista a reabilitação, requalificação e regeneração da Cidade criando novas centralidades. Neste processo é de grande valor o efeito de contágio que as intervenções no espaço público possibilitam, nomeadamente na regeneração social e económica da sua envolvente. Tudo isto vai ser feito com base na participação da população residente de cada sector da Cidade, procurando dar resposta às suas principais carências de uma forma mais eficaz. A grande diferença nas políticas que eram levadas a cabo até aí reside na forma de encarar o urbanismo não como um plano de ideias e propostas mas enquanto um projecto prático, o que permitiu uma maior rapidez na actuação sobre o território. Como refere Jordi Borja (Borja, 2010: 58), nos primeiros vinte anos de aplicação do *modelo* “no es va inventar, es va fer”.

Desde cedo foi reconhecida a importância do papel do espaço público enquanto elemento estruturante e renovador da sua envolvente (Bohigas, 1985; Gehl, 1987; Lynch, 1960, 1981). Ainda antes do *modelo Barcelona* haviam sido feitas importantes intervenções a esse nível na Cidade<sup>32</sup>. As praças e as ruas são os espaços colectivos por excelência e é nestes anos da década de 1980 que na Europa se vai desconstruir a ideia modernista de que estes lugares são apenas de distribuição da circulação da população. Foi necessário revalorizar o papel do espaço público enquanto lugar de

---

<sup>30</sup> A obra de Bohigas *Reconstrucció de Barcelona* foi de grande importância na época (e ainda hoje é) visto que compacta um resumo da história da cidade, justifica a abordagem de que iria ser alvo e explica os projectos que estavam em marcha. Oriol Bohigas - *Reconstrucció de Barcelona*. Barcelona: Edicions 62, 1985.

<sup>31</sup> Uma cidade de grande concentração de edifícios e pessoas numa determinada área que oferece uma rede de proximidade de serviços, comércio e lazer (em oposição ao modelo de “cidade dispersa”).

<sup>32</sup> Recordar-se que já nos anos trinta as intervenções feitas pelo GATCPAC e as propostas do *Pla Macià* conferiam um papel cêntrico ao espaço público, embora inseridas num pensamento modernista.

confluência, de estada de passagem, de ócio mas, sobretudo, como elemento de referência para uma comunidade, com grande importância identitária na sua estrutura imagética<sup>33</sup>.

Mas, durante a década de 1960 deu-se um retrocesso neste plano, com a proliferação do automóvel, a necessidade de construção de grandes vias rápidas afectou a distribuição de usos do solo em prol da rede viária e, mesmo nas vias tradicionais que já existiam, reduziram-se passeios e derrubaram-se canteiros de forma a aumentar o espaço reservado aos veículos motorizados. Esta fase da história do urbanismo europeu, embora necessária, trouxe graves problemas a longo prazo para as cidades reduzindo, nomeadamente, a qualidade de vida dos cidadãos. Cedo se tornou claro que deveria existir uma gestão mais saudável do espaço livre, que cada vez se tornava menor. Na Barcelona de 1970, que vivia a passagem do regime ditatorial para a democracia, essa era a principal reivindicação da população: espaço público de qualidade, que servisse à comunidade próxima enquanto elemento de concentração, de lazer e de referência imagética e de significado (Bohigas, 1985). Explora-se assim a capacidade estimulante do espaço público da transformação da sua envolvente com um grande impacto no campo social por ser responsável pela regeneração física daquele tecido, pelo fomento da fixação de actividades económicas e desenvolvimento de actividades culturais mas, principalmente, porque dá uma resposta rápida e eficaz às demandas das associações de vizinhos. Foi nestas bases que se lançaram os alicerces do *modelo Barcelona* e é por isso que é também tantas vezes designado por “urbanismo democrático”.

Outra característica do espaço público desenvolvido na década de 1980 é a polivalência de usos e qualidade de desenho. Nestes anos procurou-se sempre pensar na transformação do lugar e nas hipóteses de usos futuros, projectando espaços adaptáveis e resistentes ao uso intenso. Era importante também dotar esses espaços de significado, através de elementos comemorativos, ligados à história daquele lugar (como o exemplo da Figura 42), ou simbólicos, de forma a criar laços de pertença pela comunidade em que se inseria e ser, de alguma forma, elemento de referência na Cidade. É também através destas características que o espaço público serve um dos principais negócios do mundo moderno: o turismo (e o respectivo *marketing* urbano). Através deste conjunto de qualidades e singularidade Barcelona passa a ser reconhecida internacionalmente, atraindo pessoas de outros lugares. O turismo passa a ser uma fonte importante de rendimento e uma constante diária - e isto aplica-se a qualquer cidade do mundo que projecte uma imagem apelativa para o seu exterior, acarretando naturalmente os seus benefícios e problemas.

---

<sup>33</sup> Para aprofundar o tema da importância da identidade dos lugares para um colectivo refere-se a obra de Pedro Brandão - *A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa; Centro Português do Design, 2008.



Figura 41 Plaça de la Mercé



Figura 42 Fossar de les Moreres

Em 1992, Barcelona acolheu os Jogos Olímpicos e os fundos recebidos foram orientados não só para a construção das infra-estruturas necessárias como para operações de requalificação urbanística<sup>34</sup>. No entanto, as políticas de uso de solo que até aí serviam para controlar os interesses especulativos foram alteradas. Até ao início da década de 1990, o plano director (*Pla General Metropolità*) regulamentava a reconversão de áreas obsoletas para zonas destinadas ao espaço público e equipamentos de uso colectivo. A partir de 1992 são entregues grandes áreas em desuso da Cidade a promotores privados, na condição de reservarem parte desse solo ao uso público. O que acaba por acontecer é uma multiplicação de novos edifícios cujo espaço livre envolvente muitas vezes carece de equipamentos e de desenho no seu projecto.

Com a inflação do nível da vida nestas zonas verificou-se um êxodo da população mais pobre para zonas mais periféricas. A segregação da população aumentou os problemas de segurança, marginalidade, criminalidade e contestação social nestas zonas. É então que os órgãos de administração se vêm a par dos mesmos problemas que julgavam já haver resolvido durante os primeiros vinte anos da aplicação do *modelo* e são obrigados a rever as políticas urbanísticas. De novo surge o valor do espaço público e da participação dos cidadãos na resolução destes problemas<sup>35</sup>.

Um exemplo da criatividade e protagonismo dado ao espaço público em Barcelona encontra-se na resolução de um dos problemas com que a Cidade se deparou na década de 1990 - o impacto das

---

<sup>34</sup> É de referir que Barcelona aproveitou sempre a participação em eventos deste género para investir na renovação da Cidade, primeiro em 1888 na *Exposició Universal*, em 1929 com a *Exposició Internacional* e já mais recentemente o *Fòrum Universal de les Cultures* 2004. Existiram ainda outros momentos de nomeadamente em 1986 com a entrada de Espanha na Comunidade Europeia que veio a comparticipar projectos como e a renovação dos sectores de Poblenou através do programa *22@Barcelona* e de Sant-Andreu – La Sagrera para a preparação da chegada do comboio de alta velocidade, iniciados no começo da década de 2000.

<sup>35</sup> Neste contexto de participação dos cidadãos na construção do espaço público é de especial importância a leitura da obra de Jordi Borja e Zaida Muxí de 2001. Nele se explica, a nível de bairro, de que forma esse processo veio a desenvolver-se em Barcelona. Jordi Borja; Zaida Muxí- *L'Espai Públic: Ciutat i Ciutadania* (versão consultada *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*, Barcelona; Diputació de Barcelona, 2003)

vias de grande velocidade ou *rondes* que atravessam a Cidade que acabaram por provocar profundos cortes visuais e físicos de segregação entre distritos e mesmo dentro de bairros. Foi então necessário minimizar os danos que estas situações trouxeram e procedeu-se à cobertura destas vias, através de intervenções de grande engenho e criatividade que devolveram espaço público de qualidade à Cidade e que ainda hoje são motivo de orgulho das populações. Estas intervenções decorreram nos anos de 1990 e 2000 sendo disso exemplo o troço *Rambla Brasil / Gran Via de Carles III* em Les Corts (Figura 43) ou o troço da *Via Favència* em Nou Barris (Figura 44).

Como referido no capítulo anterior, outro dos elementos estruturantes da Cidade, que andou sempre a par do espaço público em Barcelona, foram os equipamentos públicos de uso colectivo. Essa relação foi bastante importante a partir dos anos oitenta, quando o *Ajuntament* passou a ter meios para fazer novos edifícios aproveitando também a oportunidade para explorar, igualmente neste campo, a promoção da Cidade e isso veio-se a verificar como os preparativos para os Jogos Olímpicos de 1992. De forma a enquadrar estes objectivos no campo normativo desenvolveu-se o *Pla Estratègic Barcelona 2000*, elaborado em 1989, que define uma ferramenta que assegure a conversão de Barcelona num centro internacional de serviços e de consumo através de diversas linhas estratégicas das quais eram integrantes os equipamentos e infra-estruturas de qualidade assim como a criação de factores de atracção cultural, comercial e turísticos<sup>36</sup>.

Por um lado, depois de 1992 com os Jogos Olímpicos, ficaram os grandes equipamentos concentrados na zona do Montjuic (Figura 45), por outro lado, em 2004 os edifícios de apoio ao *Fòrum Universal de les Cultures* aglomeraram-se na zona do Forúm e Diagonal-Mar (Figura 46). A excepção ocorre com a procura em regenerar uma área zona histórica que se tornava cada vez mais problemática – o bairro do Raval.



Figura 43 Rambla Brasil



Figura 44 Via Favència

---

<sup>36</sup> Este plano sofreu várias revisões (em 1994 e 1999) até adquirir uma visão mais extensa concretizada no *Pla Estratègic Metropolità de Barcelona – visió 2020*, aprovado em 2010, que engloba já a visão da escala metropolitana baseando-se no princípio de estimular a atractividade internacional da cidade através de um modelo de integração e coesão social de qualidade.



Figura 45 Montjuïc no contexto dos Jogos Olímpicos de 1992 - a torre de comunicações e o Palau de Sant Jordi integrantes do complexo de equipamentos olímpicos



Figura 46 O sector Diagonal-Mar construído aquando do *Fòrum Universal de les Cultures* 2004

Desde 1980 que o *Plan Especial de Reforma Interior* (PERI) do Raval já estudava formas de regenerar este troço da cidade antiga (Ajuntament de Barcelona, 1983). Esta zona, cheia de conventos abandonados e edifícios em desuso, era considerada uma das mais pobres da Cidade e com mais problemas de delinquência e marginalidade. À sombra do PERI o Raval sofreu intervenções de grande impacto para a promoção da higienização e salubridade da malha urbana, nomeadamente na abertura da *Rambla de Raval* e da *Avinguda Drassanes*. Procurava-se revitalizar toda a zona intervindo em três planos: o plano cultural apoiado nas actividades já existentes, o plano urbanístico na reconfiguração da malha e na construção de novos equipamentos e no plano social de forma a acabar com a dinâmica de gueto que aumentava no bairro. Como este era um local boémio e com rendas baixas, começaram a surgir *ateliers* e a florescer a vida artística. Foi atentando a este facto que os urbanistas viram uma oportunidade de regeneração deste tecido pela aposta no sector cultural. No início dos anos oitenta tinha já surgido um plano designado *Del Liceu al Seminári*<sup>37</sup> que propunha criar um eixo cultural que abrangesse o *Teatre del Liceu* e o conjunto formado pelo *Convent dels Àngels*, a *Antiga Casa de la Caritat* e a *Casa de la Misericòrdia* de forma a instalar aí o *Museu d'Art Modern de Catalunya* – o que acabou por não se concretizar.

Em 1999 com a aprovação do *Pla Estratègic de Cultura* surge uma proposta que integra a criação de novos equipamentos na promoção da Cultura como forma de, através dela, criar coesão social. Procurando também dinamizar o conjunto patrimonial de Barcelona, essa proposta foca-se no conjunto abandonado do *Convent dels Àngels*, reavivando o plano *Del Liceu al Seminári*. É por isso que nestes anos do final da década de noventa se instalam vários equipamentos nesta zona, não só culturais como é o caso do *Teatre Roma*, do *Centre d'Art Santa Monica*, o *Teatre del Liceu* reconstruído, assim como educativos como a *Biblioteca de Catalunya*, a *Escola Massana*, o *Consejo Superior de Investigaciones Cientificas* (CSIC), e a *Facultat de Geografia i Història* da Universidade de

<sup>37</sup> Ajuntament de Barcelona - *Plans i projectes per a Barcelona 1981 – 1982*. Barcelona; Ajuntament de Barcelona, 1983, pp. 116 – 121.

Barcelona. No entanto, era ainda necessário encontrar uma forma de regenerar aquele núcleo pela vertente artística. Essa busca vai culminar com a instalação de dois museus ligados à arte contemporânea que se vão desenvolver paralelamente entre 1989 e 1995. Os dois museus vão-se localizar na zona do conjunto do *Convent dels Àngels*, que segundo o PERI vai ser reorganizada e, em parte, demolida.

O primeiro museu deverá ser dirigido para a Arte Contemporânea e deverá não só resolver a falha que existia na Cidade ao nível de espaços expositivos que pudessem acolher exposições do circuito internacional, como ser potenciador de uma grande transformação naquele núcleo (MACBA, 1996). Desta forma, em 1986, a obra é atribuída ao arquitecto norte-americano Richard Meyer. O museu vem a designar-se *Museu d'Art Contemporani de Barcelona* (MACBA) e é inaugurado em 1995.

A criação do segundo museu, que será na realidade um centro de cultura, inicia-se em 1989 pela mão dos arquitectos Helio Piñon e Albert Viaplana e vai designar-se *Centre de Cultura Contemporània de Barcelona* (CCCB). Os pressupostos do museu, inaugurado em 1993, vão ser direccionados para a investigação, a formação e a difusão da actividade artística apoiada em exposições temporárias, debates e no desenvolvimento de actividades com a população (CCCB, 1995). Pode-se considerar que na sua génese o MACBA estava orientado a uma projecção que extrapolava a escala da Cidade e o CCCB mais aproximado das necessidades específicas daquela comunidade. Mesmo na abordagem ao projecto, relativa ao impacto naquele ambiente, isso se verifica claramente – enquanto o MACBA é construído de raiz sob alçada de uma arquitectura forte e ousada voltada para o exterior, o CCCB manteve grande parte da estrutura exterior do edifício, sendo toda a reforma e arrojio da sua concepção integrada no seu interior (Figura 50).

A proximidade temporal e territorial da construção dos dois equipamentos levantou alguma contestação da população que não entendia a necessidade de dois projectos semelhantes. Para muitos autores o MACBA originou ainda mais polémica dada a existência de alguns aspectos que, do seu ponto de vista, surgiam como subversão das políticas do *modelo*, nomeadamente com a opção do *Ajuntament* em demolir todo o complexo do antigo convento e com isso ter grande impacto na identidade do local (Capel Saéz, 2010; MACBA, 1995) (Figura 49 e Figura 51).



Figura 47 Barcelona - localização do distrito da Ciutat Vella



Figura 48 Raval, MACBA e CCCB- localização das praças em estudo

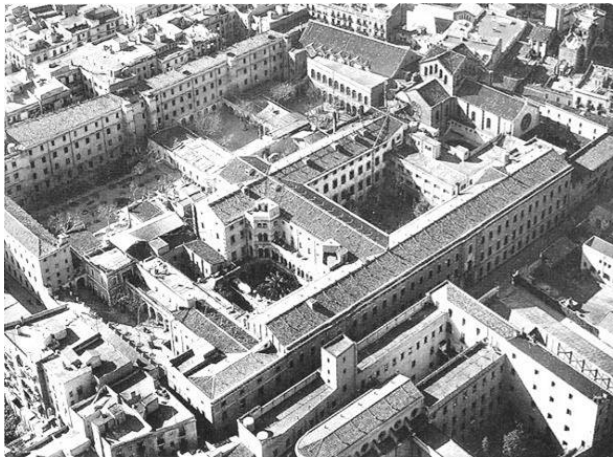


Figura 49 Área do *Convent dels Àngels* antes da construção dos museus



Figura 50 MACBA e CCCB - Os edifícios e as praças em estudo. Diferença na abordagem arquitectónica dos museus

Esta insatisfação popular foi aumentada depois da sua conclusão por não existir um programa concreto para o museu nem uma colecção de obras para expor. Este projecto parecia assim surgir como um meio de forçar a renovação da imagem daquele bairro, sem se pesarem as consequências que poderiam advir para a comunidade. Mas, como se pretendia, conseguiu-se um grande impacto na zona, não só a nível físico como social. A inflação dos terrenos circundantes forçou a saída da população local mais pobre, que não foi capaz de fazer frente à subida das rendas, e este facto fez com que outra população renovada e mais jovem se fixasse na zona trazendo um novo fôlego para as dinâmicas sociais locais. Este é mais um exemplo do fenómeno de gentrificação, que já foi anteriormente referido e constitui outro dos pontos mais debatidos no contexto das transformações do Raval (Lorente, 1996; Capel, 2010).



Figura 51 Plantas anterior e posterior à construção do MACBA e do CCCB



A forma como este projecto se veio a reflectir no espaço público adjacente, nomeadamente no desenho da praça a Sul – a *Plaça dels Àngels* – assim como o modo como as pessoas se vieram a apropriar dele motivou este caso como estudo. A Norte do MACBA existe um espaço comum ao CCCB e à *Universitat Ramon Llull* que sofreu transformações ao longo de todo este processo e mesmo depois dele, já nos anos 2000 – a *Plaça de Joan Coromines*. Este espaço, mais recatado, de características completamente diferentes da sua congénere, é também um interessante caso de estudo permitindo ainda o paralelismo com o que se passa hoje a nível de espaço público na cidade.

Na Figura 52 localizam-se os principais espaços públicos de proximidade aos casos de estudo (à excepção da *Rambla do Raval* que se encontra a Sul, fora da abrangência do mapa, mas que constitui um importante pólo da zona) e logo através de uma primeira análise se nota a centralidade dos espaços em estudo naquele sector do bairro. Pode-se considerar que, mesmo no caso da *Plaça de Joan Coromines* que constitui um interior de quarteirão, a acessibilidade entre espaços é fluída assim como a conexão aos espaços públicos de maior hierarquia na cidade (como o são a *Plaça de la Universitat*, a *Plaça de Catalunya* e a *La Rambla*) encontrando-se devidamente inseridos na rede de espaços públicos da cidade. Na Planta 1 dos anexos é possível ver mais detalhadamente o enquadramento dos equipamentos enquanto que nas Planta 2 e 3 se delimita espacialmente as praças em estudo.

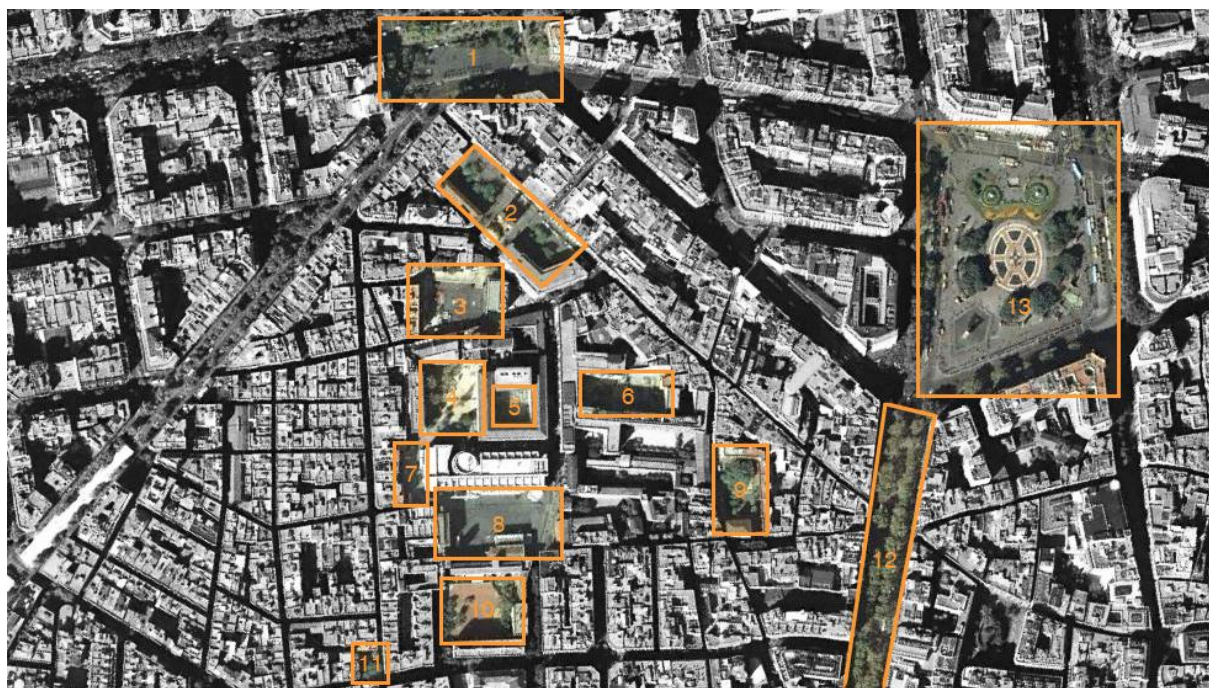


Figura 52 Barcelona - Sistema de espaços públicos da área de inserção dos casos de estudo

- |  |                                     |
|--|-------------------------------------|
| 1. <i>Plaça de la Universitat</i>            | 8. <i>Plaça dels Àngels</i>         |
| 2. <i>Plaça de Castella</i>                  | 9. <i>Plaça de Vicenç Martorell</i> |
| 3. <i>Plaça de Terenci Moix</i>              | 10. <i>Plaça de les Caramelles</i>  |
| 4. <b><i>Plaça Joan Coromines</i></b>        | 11. <i>Plaça Emili Vendrell</i>     |
| 5. <i>Patí de les Dones</i>                  | 12. <i>Rambla</i>                   |
| 6. <i>Jardins de Victoria de los Angeles</i> | 13. <i>Plaça de Catalunya</i>       |
| 7. <i>Placita dels Àngels</i>                |                                     |

## Projecto, edifício e espaço público

### A. *Plaça dels Àngels – Museu d'Art Contemporani de Barcelona*



Figura 53 *Plaça dels Àngels* na actualidade

O projecto do MACBA inicia-se em 1986 com a sua atribuição ao *atelier Richard Meier & Partners Architects*. Da equipa fizeram ainda parte os arquitectos catalães Fernando Ramos Galino, Isabel Bachs i Bertran, Antoni Caballero i Mestres e Joan Bosch Sampedor. O financiamento proveio em 50% do *Ajuntament de Barcelona* e na metade restante da *Generalitat de Catalunya*, sendo por isso de investimento completamente público. As obras iniciam-se em 1990 e terminam em 1995.

O edifício nasce com a reorganização completa do conjunto do antigo convento e *Casa de la Caritat* que, como já foi referido, se encontrava-se bastante degradado tendo sido por isso destruído – opção que não foi da responsabilidade do arquitecto mas sim do *Ajuntament*, já que se pretendia dar melhores condições de salubridade aquele sector do bairro. A excepção foi a igreja do convento que ainda hoje subsiste como um centro de exposições. O novo edifício vai ser implantado na zona central do sector norte do bairro, com fáceis ligações à *Avinguda Parallel*, à *Plaça de la Universitat*, à *Plaça de Catalunya* e à *Rambla* sendo, por isso, um importante ponto de confluência de fluxos de pessoas. Segundo a memória do projecto (Meier, 2010: 44) pretendia-se criar um diálogo directo entre o edifício e a envolvente, é por essa razão que a organização interior reflecte o “carácter labiríntico” daquele troço de Cidade, a entrada do museu é transparente e permite conexão com a *Plaça de Joan Coromines*, localizada a Norte do edifício (e que, como supracitado, é também objecto de estudo deste trabalho) e igualmente transparente é toda a fachada envidraçada principal do edifício. Esta fachada abrir-se-á para uma nova praça – a *Plaça dels Àngels*<sup>38</sup> – que servirá como um grande plano de recepção ao museu e permitirá diversos usos de apoio à sua actividade sem, no

---

<sup>38</sup> O nome da praça advém de um pequeno largo existente à entrada da igreja do convento que, com o novo traçado, deixou de existir.

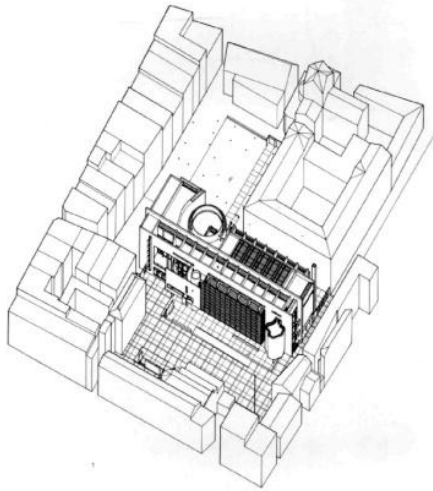


Figura 54 MACBA - Axonometria de inserção do museu e nova praça



Figura 55 Planta de inserção do MACBA no território

entanto, deixar de ser pública. A praça actual de aproximadamente 5000 m<sup>2</sup> nasce portanto com o projecto do museu, sendo dele integrante desde o início.

Ainda na memória do projecto podemos retirar mais alguma informação acerca da abordagem tida no desenho do edifício na relação com o seu meio, e nesse aspecto a praça é um elemento determinante. O tratamento da fachada principal procura reflectir a “riqueza daquele contexto” e comunicar directamente com o exterior através dos materiais: a pedra cinzenta usada no piso térreo interior é a mesma utilizada no exterior, assim como a linguagem simples e depurada dos elementos que configuram ambos os espaços. O tratamento exterior do edifício de cor branca contrasta fortemente com as fachadas circundantes que depreende a natureza da transformação que se pretendia que o museu potenciase.

Dada a centralidade da localização desta praça naquele bairro, foi necessário dotá-la de novos equipamentos de apoio à população como é o caso do posto da rede de bicicletas da cidade, da coluna de acesso ao estacionamento subterrâneo e das instalações sanitárias públicas sempre colocados na sua periferia, de forma a deixar o centro livre. Esta é uma das características mais marcantes e que ainda hoje a distinguem dos espaços públicos projectados em Barcelona na mesma época: a sua amplitude, simplicidade, despojo de qualquer mobiliário urbano ou elemento vegetal, assim como o seu aspecto resistente e cinzento. A quebra da linearidade do seu desenho acontece apenas na ligação a diferentes cotas, o que ocorre com a ligação à entrada do museu que se situa um metro acima do nível da praça, e com a conexão a um nível inferior, ao edifício da associação *Foment de les Arts i del Desseny* (FAD) no lado oposto. Ao longo do tempo este espaço foi lugar de concertos, feiras e exposições com bastante afluência popular concretizando um dos principais objectivos do plano para o sector cultural – oferecer à comunidade um grande lugar de reunião. Estas mesmas características que permitem uma polivalência e adaptabilidade de usos



Figura 56 Convent dels Àngels em 1906



Figura 57 MACBA - contraste com a envolvente



Figura 58 MACBA - Praça na inauguração em 1995

daquele espaço, vieram a potenciar um uso intensivo que não tivera sido previsto – o *skateboarding* – e este é ainda hoje um dos principais motivos do reconhecimento internacional da praça.

A ocupação dos *skaters* trouxe uma maior visibilidade da Cidade neste circuito de actividade e os sectores turístico e económico locais souberam aproveitar este facto. Surge uma nova cultura no Raval trazida por estes jovens que vêm de todo o mundo para praticar a modalidade especificamente neste espaço e muitas lojas da especialidade foram sendo instaladas na zona. No entanto, o impacto que a sua presença teve não é pacífico em todos os sectores. Desde que se intensificou esta prática, os vizinhos têm sido os principais lesados. Queixam-se não do espaço em si, mas dos danos que representam o uso intensivo de um espaço que não está preparado para ele. O barulho contínuo durante todo o dia, o perigo que representa atravessar a praça e os danos provocados nos equipamentos foram já motivo de petições para tentar minimizar esta situação.

A única intervenção feita neste espaço adveio de uma tentativa de resolver esta situação, quando em 2009 se fizeram obras de urbanismo preventivo, de forma a melhorar alguns lugares da praça e da sua envolvente, que poderiam causar problemas de civismo e convivência, assim como se colocaram alguns dispositivos para dificultar a prática de *skateboarding* nomeadamente nos degraus e desníveis. No entanto, hoje não se encontra nenhum destes dispositivos no local e o uso intenso mantém-se assim como as queixas da população. Mais uma vez, o choque entre os interesses globais e locais tem atrasado a resolução destes conflitos.

## B. Plaça Joan Coromines - Centre de Cultura Contemporânea de Barcelona



Figura 59 Plaça Joan Coromines na actualidade

Esta praça nasce na reorganização espacial deste sector do bairro de que o PERI foi responsável no início da década de 1990, sendo de acesso comum ao CCCB, ao MACBA e à *Facultat Ramon Llull*. Na Figura 51 é possível ver que existia um pequeno largo neste local, pertencente ao complexo da *Casa de la Caritat*, mas a praça com as dimensões que hoje conhecemos só se concretizou com a construção do CCCB em 1993. Ainda assim, durante a construção do MACBA parte da zona Sul da praça esteve ocupada por uma zona de estaleiro pelo que se pode considerar que só em 1995 se revelou na sua totalidade.

Não sendo parte integrante do projecto de qualquer dos equipamentos circundantes, a sua relação com os museus foi entendida de formas distintas quer pelo CCCB, quer pelo MACBA. Na entrada dos dois edifícios existe uma conexão visual imediata com a praça. No entanto, enquanto que no CCCB este espaço foi tido como potenciador de actividades ligadas ao museu e elemento central de uma operação que já então se considerava (a recuperação do antigo teatro da *Casa de la Caritat*), na memória do projecto do MACBA (Meier, 2010: 37) este espaço é descrito apenas como um “jardim posterior do museu”, depreciando qualquer protagonismo que este pudesse vir a ter. É por isso que neste trabalho se salienta a sua relação com o MACBA.

A configuração espacial da praça é resultado do trabalho do *Ajuntament* e dos seus técnicos a nível de desenho do espaço público, e isso é bastante notório quando comparamos com o traçado e os materiais utilizados no espaço público realizado em Barcelona neste período. Inicialmente a praça de 2700m<sup>2</sup> era totalmente em terra batida - exceptuando os seus limites que se pavimentaram com placas em cimento cinzento (material semelhante ao utilizado no espaço público de toda a Cidade) – sendo também pontuada por alguns plátanos em toda a zona de terra e quatro tílias no limite Sul. Existia ainda um desnível entre este grande plano rectangular e o nível do CCCB pelo que a ligação

era feita através de uma escadaria em toda a frente Sul, atravessada por uma rampa na diagonal (Figura 60). Este traçado, nomeadamente a orientação que a rampa sugeria, acentuava a ligação que se pretendia criar entre o CCCB e o MACBA. A praça permaneceu com estas características até ao final dos anos 2000, entretanto veio a ser alvo de duas alterações importantes: uma a nível de gestão e outra a nível físico, mudanças que acabaram por ser impostas pelas três entidades que a limitam.

Em 1999, graças às petições feitas pelas duas entidades museológicas e pela universidade, o *Ajuntament* decidiu o encerramento da praça durante a noite. Todas as suas entradas passaram a ser fechadas segundo um horário estabelecido, como forma de garantir a segurança dos seus edifícios e um “controlo social” nocturno. Este “controlo” estava associado à existência de assaltos e à presença dos sem-abrigo que aqui se instalavam durante a noite, problemas que ainda hoje persistem no Raval. A partir deste momento toda a actividade da praça passou a ser estritamente diurna.



Figura 60 Plaça Joan Coromines em 2008

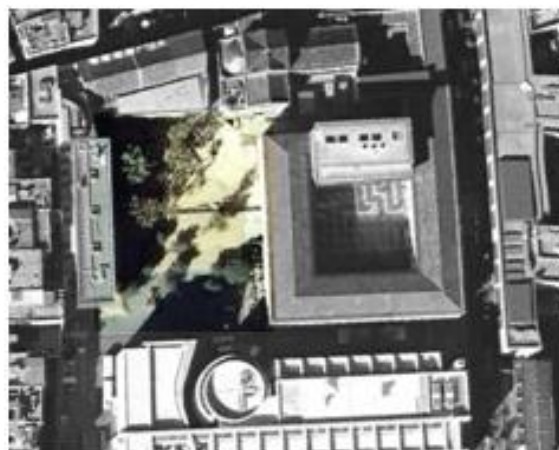


Figura 61 Plaça Joan Coromines em 2012



Em 2008 inicia-se uma reordenação do espaço com vista a melhorar a sua acessibilidade física e visual e a permitir uma melhor conexão entre os três equipamentos. Essa reordenação foi consequência das obras de reconversão do antigo teatro da *Casa de la Caritat* para auditório do CCCB, que se situava a Norte. Este conjunto de intervenções não só estabeleceram a conclusão da recuperação de todo o conjunto como reforçou a importância do museu na configuração do espaço. Essa intervenção permitiu ainda a abertura de dois novos acessos, um para Norte e outro para Este, o que ajudou a resolver o problema de conexão desta praça à zona envolvente – que até aí havia sido dificultada pela sua qualidade de interior de quarteirão. Com a conclusão das obras em 2009 a praça revelou algumas diferenças no seu desenho, nomeadamente na transição entre níveis que agora é feita através do prolongamento do tipo de piso do MACBA com uma pendente suave e no aumento e redesenho do passeio no seu limite Norte que promove uma ligação mais fácil entre o CCCB e a entrada do edifício da universidade (Figura 61). Também no centro passaram a existir bancos em pedra escura, semelhante à usada no pavimento da *Plaça dels Àngels* e é com estas características que encontramos a praça ainda hoje.

### 3.3. LISBOA: PRAÇA DO MUSEU E JARDIM DAS OLIVEIRAS (CCB)

#### Antecedentes – A Cidade e o Museu

Para explicar a história recente do planeamento urbanístico de Lisboa podemos-nos situar no final da década de 1970, quando se encontravam em plena execução os dois planos urbanísticos principais da Cidade: o Plano Director da Região de Lisboa (PDRL, que vigorava desde 1964) e o Plano Geral de Urbanização de Lisboa (PGUL, iniciado em 1967 e aprovado em 1977).

A elaboração PGUL tinha como finalidade responder às necessidades de uma Cidade com uma estrutura diferente da década de 1960, com dimensões territoriais diferentes e em crescimento desregrado, onde o aumento do tráfego automóvel começava a ser um problema. Ainda assim a nova ponte sobre o Tejo e o arranque da construção da rede de metropolitano constituíram importantes mais-valias no desenvolvimento desses anos. Os objectivos principais do PGUL centravam-se em reorientar a expansão da Cidade para Oeste e Noroeste, criar mais áreas de expansão para o sector terciário, controlar fluxos suburbanos (não só regionais como também nacionais – facto acrescido por Lisboa ser a capital do país) descongestionando o centro e reequipar a Cidade relocando os serviços públicos e administrativos (CML, consultado em 03-03-12). Assim, as linhas orientadoras do plano passavam muito pela reorganização do plano viário, direccionado para a circulação automóvel, facto que justifica grande parte das situações de conflito que ainda hoje encontramos na Cidade.

É de referir que a execução deste plano que, tendo início ainda nos anos sessenta, atravessa um período importante no plano político do país constituído pela transição da ditadura para um governo democrático<sup>39</sup>. No entanto, segundo CML (1995), mesmo depois da revolução de Abril, apenas se registaram algumas operações pontuais, sem qualquer ligação estratégica ou de continuidade. Verificou-se a proliferação da degradação das estruturas e condições de vida urbanas, resultante em parte da concentração do sector terciário no centro da Cidade e da banalização da arquitectura. O desenho do espaço público de Lisboa saiu lesado tendo sido esquecido nestes anos e, em muitos casos, degradado. Ainda assim as demandas por habitação da população levaram à criação de conjuntos de habitação social em Chelas e ainda à urbanização das zonas de Telheiras e Restelo, mas também nestes casos se verificou um menosprezo pelo espaço público, quer pela inexistência de meios para o incluir, quer pela sobreposição de outros valores – nomeadamente impostas pelas correntes urbanísticas vigentes. Deste modo verificou-se uma gradual desvalorização da imagem da Cidade (Brandão, 2000).

---

<sup>39</sup> O período de queda dos regimes ditatoriais de Espanha e Portugal teve naturalmente reflexos a nível das políticas urbanas o que, neste trabalho, constitui o ponto de partida da descrição das políticas urbanísticas nas duas cidades em estudo. Podemos, deste modo, fazer um paralelismo com o que se passava em Barcelona na mesma época e que foi descrito no início do presente capítulo.



Durante os cerca de vinte anos em que estes dois planos vigoraram, o urbanismo em Lisboa registou uma evolução lenta consequente da fraca adaptabilidade da sua implantação e principalmente da inexistência de uma revisão dos planos necessária para a adaptação a uma Cidade em crescimento. Segundo Neves (1986) os grandes problemas na ineficiência do PGUL residiram na rigidez das suas normas que não foram capazes de acompanhar as mudanças socioeconómicas urbanas, no desrespeito pelas políticas de usos do solo e índices de ocupação (falhando nomeadamente na construção de equipamentos e na supramencionada manutenção de espaços exteriores) e ainda na falta de coordenação entre operadores públicos, o que acabou por inviabilizar investimentos de grande importância para a Cidade. Por estes motivos, ao fim de cinco anos o plano foi considerado obsoleto sendo substituído durante toda a década de 1980 por despachos avulsos para áreas especiais da Cidade onde muitas vezes as pretensões urbanísticas da iniciativa privada acabaram por prevalecer (como foi o caso do empreendimento das Amoreiras ou das Olaias da Figura 62 e Figura 63) (Brandão, 2000). Assistia-se à degradação do espaço público urbano, à pressão imobiliária para construção de conjuntos de grande impacto conduzindo à degradação da cidade.

Nesta década de 1980, vivia-se uma mudança de paradigmas relativos ao papel das cidades enquanto urbes pertencentes a uma rede europeia. Com a entrada de Portugal na então Comunidade Europeia e a instituição do mercado único, desenvolve-se um sistema atento à evolução das cidades europeias e com ele passa a haver outro tipo de objectivos para as cidades que ultrapassavam o governo central de cada país. A União Europeia passa a estar mais atenta às políticas urbanísticas do país, pressionando e questionando o governo acerca das suas decisões (como foi o caso do projecto das Torres de Lisboa). Os fundos que agora se recebiam serviam também para promover outro tipo de actuação o que, juntamente com o facto das emergentes contestações populares reivindicando políticas de reabilitação (nomeadamente de espaço público e da Zona Ribeirinha) levaram à criação de um novo plano director. Então, em 1988, imediatamente



Figura 62 Conjunto habitacional da encosta das Olaias (1981)



Figura 63 Complexo das Amoreiras (1985)

antes da passagem do governo para um novo executivo, foi lançado o concurso para um novo grande equipamento para acolher a primeira presidência portuguesa no Conselho das Comunidades Europeias e a localizar-se na zona ocidental ribeirinha da Cidade, em Belém. Aproveitando esta fase de mudança no contexto lisboeta e europeu, o Centro Cultural de Belém, como acabou por se chamar, acabou por ter grande importância na concretização de alguns objectivos do novo plano que iria então ter início, impacto que só poderá ser percebido se devidamente enquadrado nas políticas de planeamento que começaram a ser desenvolvidas na Cidade e que aproveitaram o potencial que um equipamento do género poderia trazer naquela zona, ao mesmo tempo que colocava um pé no grande objectivo daquele momento - colocar Lisboa na rede das grandes metrópoles europeias<sup>40</sup>. Foi com este lema que no início dos anos noventa, com a mudança de chefia da Câmara Municipal e a eleição de Jorge Sampaio, se iniciou a elaboração de um novo plano para a Cidade.

#### Planeamento Municipal, o Espaço Público e a Cultura

Tornava-se pois necessário articular o planeamento com a gestão da Cidade, criando rapidamente um plano estratégico que fosse capaz de incidir nas principais problemáticas e actuar nas questões prioritárias com maior eficácia. Assim, na década de 1990, surge uma nova atitude em relação ao planeamento, quando este passa a ser encarado enquanto um processo e como um instrumento que está ao serviço dos seus cidadãos. A partir daqui procurou-se uma nova metodologia de trabalho na gestão da Cidade de forma a definir objectivos estratégicos, planos e projectos prioritários, a coordenação entre projectos regionais, mas também uma metodologia que estivesse aberta ao desenvolvimento de estudos e estruturas globais de planeamento. Assim, em 1990 inicia-se a elaboração do Plano Estratégico de Lisboa (PEL, terminado em 1992) e do Plano Director Municipal (PDM, que passou a vigorar em 1994 em consonância com a nova ordenação de planeamento urbano a nível nacional). Enquanto o primeiro designa uma visão estratégica para a Cidade<sup>41</sup> que advém do espírito de inclusão de Lisboa no mapa de conexões urbanas europeias, o segundo surge enquanto elemento normativo de apoio que substitui o PGUL.

Procura-se com estas ferramentas intervir a várias escalas da Cidade, interrelacionando os elementos que delas fazem parte a partir da especialização em zonas do território de maneira a identificar as questões problemáticas e de oportunidade com maior assertividade. Para dar resposta a esta abordagem surgem novos instrumentos de actuação à escala próxima (ou escala *micro* em

---

<sup>40</sup> “Lisboa capital-metrópole” foi aliás o *slogan* de campanha do executivo seguinte. CML - *Plano Estratégico de Lisboa*, Lisboa; CML, 1995.

<sup>41</sup> Até então este tipo de visão só teria tido precedente, a nível europeu, em Barcelona surgindo aproximadamente na mesma altura através das suas Cartas Estratégicas. Este momento-charneira é aquele em que podemos encontrar mais proximidade com Lisboa na abordagem à gestão da Cidade, já que em ambos os casos se pretendia incidir rápida e eficazmente nos problemas mais importantes, com apoio nos objectivos concretos estabelecidos a médio prazo para a Cidade.

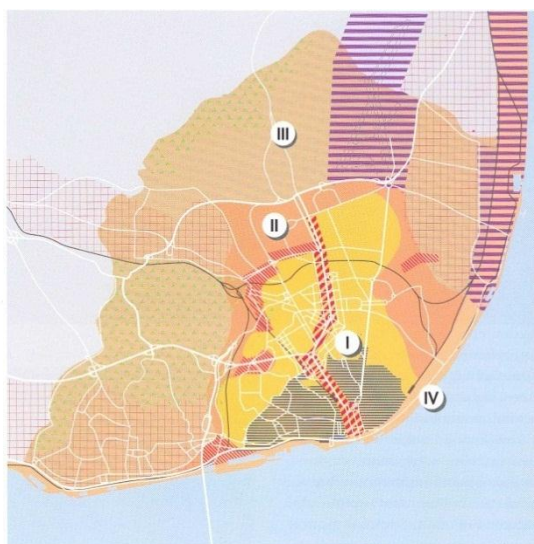
oposição à abordagem *macro* dos dois planos directores), designados pelos Planos de Pormenor, de Urbanização e Projectos Prioritários (PPP). Estes instrumentos vão actuar e resolver situações críticas, potenciando transformações que melhorem a qualidade urbana e que se encontrem também ligadas ao espaço público. Nesta fase de execução de planos é importante referir a multiplicidade de actores participantes que provém não só do Urbanismo ou da Arquitectura mas também de diversas áreas como a Sociologia, a Psicologia, a História, o Paisagismo e outras ciências técnicas, já que para estudar a fundo um território é necessário abarcar todas as suas dimensões. Esta componente participativa aparece pela primeira vez no planeamento em Portugal como refere Neves (1992: 75): *“Pela primeira vez se cria uma componente participativa no processo de planeamento estratégico mobilizador de um vasto conjunto de organismos, entidades, associações com expressão na vida cultural, científica, económica e social de Lisboa, grande parte dos quais pela primeira vez confrontados com a condição de “actores da Cidade”(...)”*. Este conjunto de actores acompanharia não só a fase de diagnóstico como contribuiria no momento da intervenção.

O PEL surgiu ligado ao PDM como forma de, através dele, modernizar as políticas urbanísticas adaptando-as à Cidade dos anos noventa, tornando-a mais humana e moderna. Tendo visão a longo prazo (dez anos) estabelece também a “responsabilidade partilhada” entre entidades, agentes e organizações dos sectores público e privado ao nível da intervenção na Cidade. Pretende dar resposta eficaz às carências ao nível da habitação e infra-estruturas urbanas, assim como requalificar o espaço público de forma a melhorar a qualidade de vida dos residentes. O PEL (CML, 1992: 32) tem como objectivo estratégico geral “afirmar Lisboa como capital-metrópole, moderna e competitiva, fazendo valer as suas especificidades de Cidade Atlântica”, indo de encontro ao conceito de pertença europeia e, para o atingir, define quatro pontos estratégicos: fazer de Lisboa uma Cidade atractiva para viver e trabalhar, tornar Lisboa competitiva no sistema das Cidades europeias, seguir o *slogan* “Lisboa, capital-metrópole” e criar uma administração moderna eficiente e participativa. Acima de tudo, como refere muito sucintamente Neves (1992), este plano surge enquanto produto do diálogo técnico-político entre “diagnóstico urbano” e “projecto de Cidade”. O PEL pretende ser uma ferramenta prática que interrelacione todos os planos que o constituem através da divisão da Cidade em sectores, com semelhança nos seus problemas e potencialidades, o que veio a resultar na constituição de quatro unidades territoriais (Figura 64) - a Área Central de Lisboa, a Charneira Urbana, a Coroa de Transição e o Arco Ribeirinho - e que se revelou como recurso inovador ao nível dos planos estratégicos europeus.

Já o PDM, que é aprovado em 1994 e que ainda vigora actualmente (CML, 1994), pretende enquadrar o PEL no plano normativo e é nele que se definem os novos objectivos estratégicos e urbanísticos para a cidade, estabelecendo a coordenação com os projectos regionais de ordenamento da Cidade e o desenvolvimento dos estudos das estruturas globais de planeamento – é nele que vêm especificadas, por exemplo, as definições de categorias do espaço, entre elas as relativas ao espaço público. O material integrante deste plano director é elaborado dando

importância especial à qualificação do Espaço Público Urbano (CML, 1992). É desta forma que o PDM vai articular todos os instrumentos de gestão, intervindo a várias escalas na cidade e entre municípios, já que estabelece também as regras de intervenção ao nível dos Planos Municipais de Ordenamento do Território. A organização da informação que vai ser recolhida na cidade faz-se através da designação das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOP) que abrangem algumas zonas da Cidade (Figura 65) de forma a priorizar problemas e formular projectos. O resultado do diagnóstico global destas trinta UOPs revela as consequências de todos os anos de opções urbanas desconexas: a falta de articulação entre as diferentes partes da malha urbana de Lisboa que isola bairros e dificulta acessos, a carência de equipamentos, a carência de espaço exterior e a necessidade de operações de desenho urbano para o espaço público. Mas esta situação não é só da responsabilidade política - ainda que a atitude da administração deva ser propensa à criação de condições que incentivem a criatividade e a vida da Cidade. Na verdade durante os anos anteriores não existiu uma dinâmica popular de utilização ou procura constante de equipamentos de apoio local, cultural ou de lazer (Neves, 1996). Este facto ajudou à desactivação dos espaços que já existiam e, por conseguinte, não se procurou na criação de outros.

Apesar disso, à semelhança do que aconteceu em Barcelona, Lisboa aproveita uma oportunidade mobilizadora para atingir os objectivos que este plano estratégico tem em vista para a Cidade, ao mesmo tempo que lhe confere mediatismo internacional. Essa oportunidade surge com a realização da Exposição Universal de 1998 - uma ocasião que, como descrito no capítulo anterior, vai permitir reformular todo um sector da Cidade em desuso que era a zona portuária oriental, enquanto a dota



- I Área Central de Lisboa – Centro da Cidade e AML
- II Chameiri Urbana – Arco Terciário Direccional
- III Coroa de Transição – Articulação Metropolitana
- IV Arco Ribeirinho – Ligação da Cidade com o Rio

Figura 64 PEL – Zonas do Modelo Urbano

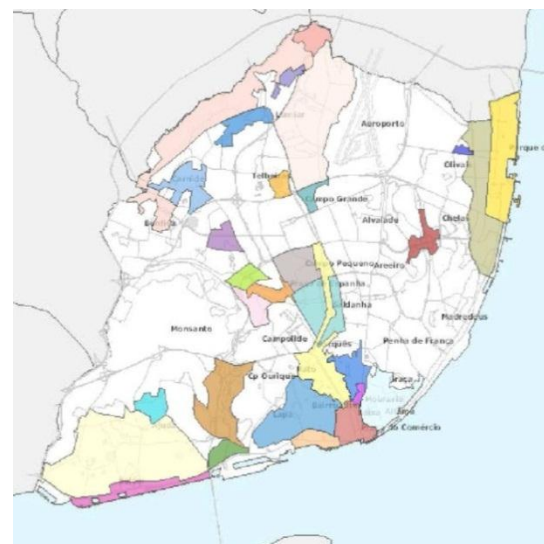


Figura 65 PDM - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão



Figura 66 Parque das Nações - novo sector da Cidade após a Expo 98

de mais infra-estruturas e permite a redistribuição de funções económicas, administrativas e residenciais. Este foi um acontecimento que projectou uma nova imagem de Lisboa para o exterior, traduzindo um novo fôlego para a Cidade, deixando transparecer o reflexo do futuro que se pretendia e contribuindo, ao mesmo tempo, para o aumento da qualidade de vida da população (Figura 66). Reunindo no mesmo local uma pluralidade de valências – característica de valor na Cidade pós-moderna - tem os melhores exemplos de espaço público criativo, funcional e de qualidade que existem em Lisboa.

No entanto, quando o modelo propiciado pelos novos instrumentos urbanísticos passa a ser posto em prática revela alguns problemas ligados à dificuldade de adaptação a um novo modelo de gestão, nomeadamente na coordenação entre agentes e na pouca abertura que eles vieram a demonstrar em relação ao planeamento participativo (Neves 1996: 89). Surgem com isso disparidades evolutivas entre os diversos sectores Cidade, nomeadamente no que toca à atracção de residentes mais jovens de forma a travar o envelhecimento da população residente, à requalificação de habitação e equipamentos (principalmente no centro da Cidade) e à incapacidade de criar um sistema de transportes intermodal eficiente, entre outros problemas aos quais não foi possível dar solução na meta prevista. Hoje, o PEL e o PDM encontram-se em evolução, como é sadio no ciclo de vida de uma Cidade. Com os referidos problemas de implantação e acompanhamento das medidas propostas pelo PEL criou-se o Departamento de Planeamento Estratégico como o objectivo preparar a Visão Estratégica para a Cidade de Lisboa e assim conseguir adaptar-se à nova realidade da Cidade, mas sempre na sequência do anterior plano estratégico. Em paralelo deu-se o início da revisão do PDM, que fora elaborado com uma visão a dez anos, encontrando-se de momento em curso a proposta de revisão.

## O projecto do edificado e o plano de Belém

Feito o enquadramento da evolução do planeamento em Lisboa, podemos focar no objecto de estudo deste trabalho. O projecto para um Centro Cultural a localizar-se em Belém surge ainda em 1988, durante a fase de elaboração do PEL. A implantação do complexo vai ser feita na zona ribeirinha de Belém, enquadrando-se na UOP 20 do PU da Zona Ocidental de Lisboa (que aglutina as UOPs 20 e 21) e que contempla uma área de 50 hectares de tecido heterogéneo desconexo entre si e com a restante Cidade, com escassez de infra-estruturas de apoio local e com forte presença de património, que neste momento se encontrava em fase de aprovação pelo IPPC. O Plano de Urbanização deste sector é elaborado em paralelo com o Plano de Salvaguarda e Valorização da Zona Monumental de Ajuda/Belém (PSV Ajuda/Belém) de forma a resolver a situação de conflito entre a Administração Central e o então Instituto Português do Património Cultural (IPPC) na gestão deste território, já que o IPPC considerava que a gestão da CML punha em causa os valores patrimoniais. Com o PSV Ajuda/Belém procura-se proteger e valorizar essa área e facilitar a sua gestão. De acordo ainda com CML (CML, 1995) os objectivos do PU da zona prendem-se com o redesenho das vias, de acessos pedonais de conexão ao rio, a requalificação ambiental, o enterramento do troço de via-férrea entre Alcântara e Pedrouços (que até à data ainda não foi conseguido), o apoio à reabilitação do edificado, a consolidação das áreas verdes e a definição de uma imagem urbana de forma a criar regulamentos em conformidade com essa imagem – o que vai ser proposto com a elaboração da Carta Municipal do Património em que se define a classificação e protecção de áreas ou edifícios de valor cultural. Após a conclusão do PSV Ajuda/Belém constituem-se como prioridades para aquela zona a contenção do adensamento urbano com uma utilização moderada do solo (apesar de abrir uma excepção para o CCB), a melhoria e valorização das relações paisagísticas da encosta com o estuário do Tejo, o reforço da projecção internacional mantendo a ambiência histórica e local e o condicionamento das reconversões de usos às características e valores dos imóveis (Craveiro, Ferreira e Almeida, 1992). Nestes objectivos vê-se claramente a relação de reciprocidade entre os Planos de Salvaguarda e Urbanístico assim como o papel preponderante nestas mudanças que se antevê para o CCB. A importância da compatibilização entre os diferentes planos que abrangem níveis distintos, e que se pretendia desde o início, é bastante notória neste exemplo.

Apesar da projecção internacional que se pretendia com a sua construção, são de grande relevância as mutações que se esperava potenciar com a sua presença. Como será descrito em maior detalhe seguidamente, o complexo inclui algumas características interessantes na forma como se relaciona com o território próximo e, apesar de ocupar maciçamente todo o perímetro de construção, desenvolveu uma sequência de espaços livres no seu interior de grande expressão que se conectam à rede de espaços públicos circundante. Estes espaços acabaram por revelar um dinamismo muito forte dentro do próprio complexo e entre eles podemos destacar a Praça do Museu e o Jardim das Oliveiras como entidades promotoras desse dinamismo. A maneira como são construídos enquanto espaço público da cidade e a forma como as pessoas se relacionam com eles são temas

importantes para perceber até que ponto influenciaram as transformações no campo social e físico da proximidade.

Na Planta 4 constante nos anexos é possível ver parte da inserção do complexo do CCB enquanto que na Planta 5 se faz uma aproximação mais detalhada dos espaços em estudo.

## Projecto, edifício e espaço público



Figura 67 Lisboa - Localização da Freguesia de Sta. Maria de Belém

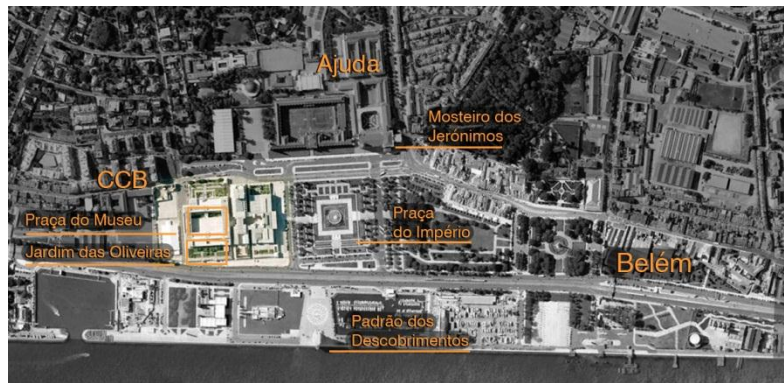


Figura 68 Belém e CCB - Localização das praças em estudo

A localização do CCB em Belém está ligada a factores estratégicos e simbólicos de Lisboa, e mesmo do país, já que esta é uma zona monumental antiga, lugar de centralização do poder e que foi protagonista de vários momentos importantes na História.

Belém localiza-se na zona ribeirinha ocidental de Lisboa, a cerca de seis quilómetros da baixa da Cidade (Figura 67) e a difícil conexão ao resto da cidade fez com que mantivesse características de ruralidade até mais tarde em relação ao resto da cidade antiga. Os primeiros núcleos de habitação registam-se com a construção de igrejas e conventos nesta zona, ainda no século XIV, sendo a construção do Mosteiro dos Jerónimos o primeiro grande momento da formação do território. Foi daqui que partiram as caravelas portuguesas dos nossos navegadores do século XV e foi também aqui que a Corte se fixou após o terramoto de 1755, nomeadamente no Palácio da Ajuda. Juntamente com o facto de ser, ainda hoje, no Palácio de Belém que o Presidente da República reside oficialmente, podemos daqui depreender a vertente histórica e evocativa que sempre esteve associada a esta zona.

A beleza deste local, a proximidade ao rio e a sua dimensão monumental explicam também a ligação emocional dos lisboetas a esta zona da Cidade. Foi também tomando partido disso que surgiu a oportunidade de edificar aqui um complexo que servisse de apoio à primeira presidência portuguesa

da Comissão Europeia, coincidente com as comemorações do quinto centenário dos Descobrimentos Portugueses (IPPC, 1988). O projecto implanta-se entre o Mosteiro dos Jerónimos e o Padrão dos Descobrimentos, entre o Convento do Bom Sucesso e a Praça do Império que carecia de arranjo desde que em 1940 foi a peça central da Exposição do Mundo Português (Figura 68). Esta zona de grandes áreas verdes de lazer coexiste com uma massa habitacional tradicional que se estende pela colina até à Ajuda. O local onde está implantado o CCB faz a transição desta zona monumental a Este para a área residencial a Oeste<sup>42</sup>. Segundo os dados estatísticos disponíveis em Craveiro, Ferreira e Almeida (1992) no momento da construção, a nível social e demográfico, Belém caracterizava-se por um população maioritariamente envelhecida (com 89 idosos por 100 jovens) e por uma diminuição do número de famílias no início da década de noventa. Esperava-se portanto que este Centro fosse também um motor revitalizador da área e que pudesse atrair mais população jovem para se fixar na zona.

O CCB insere-se numa zona da Cidade com grandes áreas verdes, classificadas no PDM como Áreas Verdes de Recreio e algumas entidades museológicas como o Museu Nacional da Marinha, o Museu Nacional de Arqueologia, o Museu de Arte Popular, o Padrão dos Descobrimentos, o Museu da Presidência e o Museu Nacional dos Coches. Pretendia-se dar continuidade ao significado de Belém, construir Património no nosso tempo e assim valorizar a zona. Concretizado o objectivo principal para que foi criado, pretendia-se que este complexo viesse preencher a lacuna na oferta de espaços expositivos preparados para exposições de arte contemporânea que, à época, não existiam em Lisboa e com isso potenciar a difundir a criação artística, não só a nível nacional como internacional. O concurso para o projecto foi lançado em 1988 pela Secretaria de Estado da Cultura e pelo Instituto Português do Património Cultural, sendo de investimento completamente público, foi

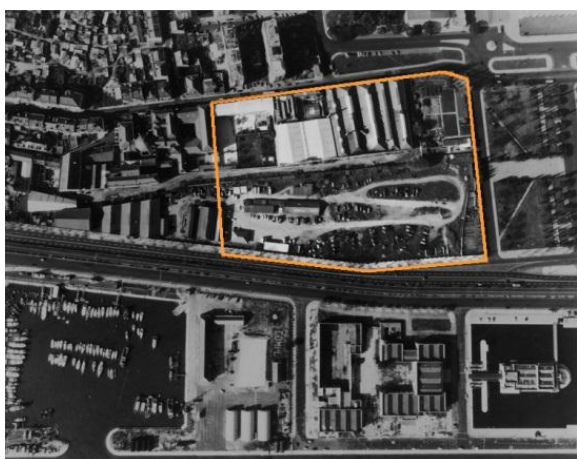


Figura 69 Perímetro de implantação do CCB antes da sua construção



Figura 70 CCB - Vista aérea do local

<sup>42</sup> Tudo isto ajuda na compreensão da necessidade de criar um plano que fizesse a ligação entre a salvaguarda dos interesses patrimoniais da zona e os interesses gerais da Cidade. Foi assim que surgiu o já mencionado PSV Ajuda/Belém, também para avaliar e prevenir os possíveis efeitos nocivos da construção do CCB - daí que advirta para o possível descontrolo na subida dos preços dos imóveis e, conseqüentemente, o risco de expulsão dos moradores.



ganho pelos Arquitectos Vittorio Gregotti e Manuel Salgado. A área de intervenção compreende uma zona subutilizada de 6 hectares (Figura 69) e agrupa várias funções organizadas por módulos: um centro de reuniões, um de espectáculos, um centro de exposições e outro de equipamento complementar. Estava prevista a construção de duas unidades hoteleiras que acabaram por não se concretizar (mas que recentemente voltaram a ser ponderadas) e o módulo de equipamento complementar acabou por ser integrado nos restantes.

#### O edifício e os seus espaços exteriores

A nível de desenho o edifício caracteriza-se por ser um conjunto maciço que ocupa todo o perímetro de implantação, de formas ortogonais e totalmente revestido a pedra lioz – semelhante à usada nos equipamentos circundantes – e que, por isso, tem um aspecto sóbrio e digno adequado ao meio. A organização interior é feita por um caminho principal que parte da Praça do Império e que é intercalado por dois grandes pátios abertos (entre eles a Praça do Museu) designado por Caminho de José Saramago. Perpendicularmente esse caminho é atravessado por outros dois que fazem a ligação entre a Rua Bartolomeu Dias a Norte e a zona do porto a Sul. Esta característica do entrecruzar de caminhos é própria da Lisboa antiga sendo aqui adaptada (Molinari, 2003: 189). Nos topos Norte e Sul do complexo abrem-se jardins-terraço que pretendem estabelecer uma relação mais directa com os espaços envolventes através de pontos de vista privilegiados – por um lado para os Jerónimos, por outro para o rio (como é o caso do Jardim das Oliveiras e do Jardim do Museu). Estes terraços recuperam a tradição alfacinha das varandas com vista das casas antigas e a flora escolhida evoca a formalidade semi-tropical dos jardins tradicionais portugueses (Davey, 1998: 58). Todo o conjunto resulta como uma sequência de espaços diferentes estabelecendo um percurso de *promenade* estruturado no eixo principal e que constitui o corte ilustrado na Figura 71 que culmina nos espaços públicos da Praça do Museu com ligação ao Jardim das Oliveiras e Jardim do Museu, sendo que os dois primeiros constituem os casos de estudo deste trabalho, sendo descritos em seguida.

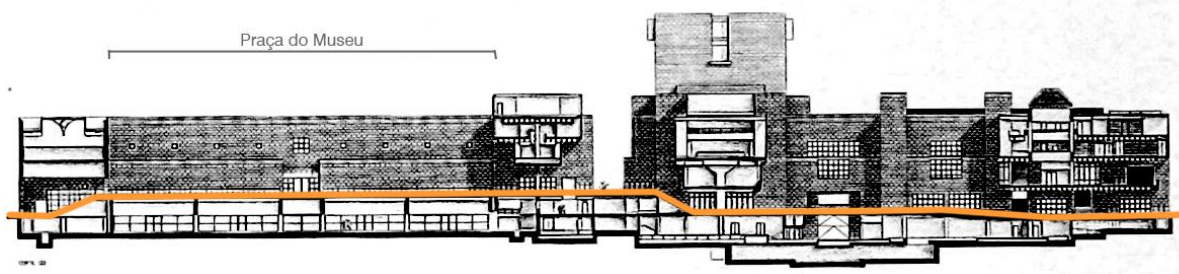


Figura 71 CCB - Corte Longitudinal pelo eixo do Caminho de José Saramago. A sobrelevação da Praça do Museu

Importa referir que é de extrema importância a inserção destes novos espaços na rede de espaços públicos existente na zona. Na Figura 72 enumeram-se e localizam-se os principais podendo ser verificada a importância dos grandes espaços verdes com desenho associado na transição entre os vários equipamentos presentes na área. Mesmo antes de realizar uma análise mais aprofundada denotam-se dois problemas nestes espaços públicos relativos a uma má ligação ao referido sistema que se pode justificar pela sua localização a uma cota superior aos demais (que dificulta o acesso e a saída) e a falta de conexão para Oeste (ela existe mas leva a um terreno baldio) e que transforma este ponto num *cul-de-sac* difícil de transpor.



Figura 72 Lisboa - Sistema de espaços públicos da área de inserção dos casos de estudo

- |  |  |
|--|--|
| 1. Praça do Planetário                       | 9. Praça do Império                                |
| 2. Claustro do Museu Nacional de Arqueologia | 10. Jardim de Belém / Vasco da Gama                |
| 3. Claustro do Mosteiro dos Jerónimos        | 11. Praça de Afonso de Albuquerque                 |
| 4. Jardim Tropical                           | 12. Praça do Museu dos Coches (previsto para 2003) |
| 5. Jardim do Palácio de Belém                | 13. Jardim Japonês                                 |
| 6. Jardim do Museu                           | 14. Padrão dos Descobrimentos                      |
| 7. <b>Praça do Museu</b>                     | 15. Jardins do Museu da Electricidade              |
| 8. Jardim das Oliveiras                      |  |

## A. Praça do Museu

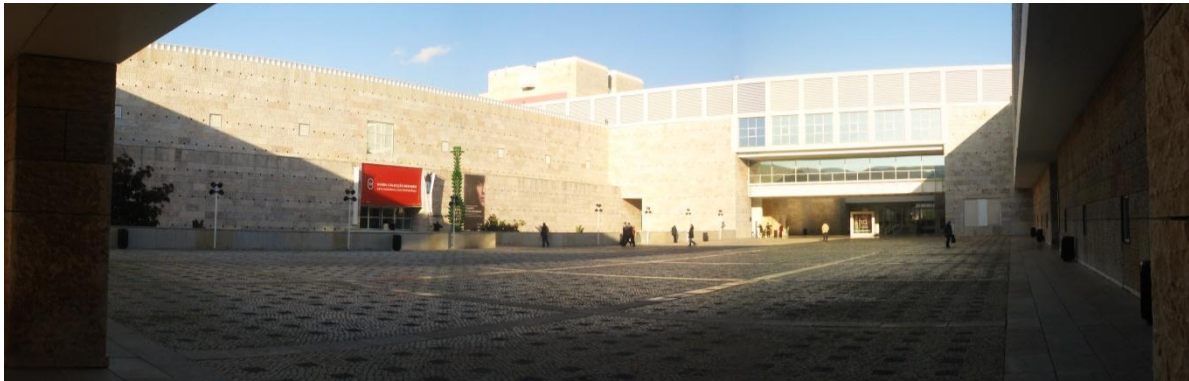


Figura 73 Praça do Museu

A Praça do Museu é um espaço projectado de raiz com a construção do CCB e que se abre no interior do extremo Oeste do conjunto (Figura 68). Esta praça rectangular de grandes dimensões (de 70 metros por 35 metros) está pensada como um espaço multifuncional, que quando não alberga algum evento serve de elemento distribuidor. O seu carácter de praça interna é uma reminiscência dos claustros dos conventos tradicionais e os pátios interiores dos palacetes antigos. É um espaço amplo, a céu aberto, sem mobiliário fixo à excepção de alguns elementos de iluminação, de linhas simples e sem obstáculos à visão. A praça é de acesso livre mas encerra durante a noite e programaticamente faz a ligação aos restantes módulos do conjunto, ao Centro de Exposições, ao Jardim das Oliveiras e, em último caso, à Praça do Império tendo também uma conexão directa à rua pelo lado Oeste – ligação que, aliás, traduz a única abertura visual da Praça para o exterior.

A Praça permanece como se mostra na Figura 73 durante grande parte do ano, à excepção dos meses de Primavera, mas principalmente Verão quando acolhe mais frequentemente manifestações artísticas, espectáculos de dança ou teatro, concertos de música ao ar livre, exposições e instalações de estruturas (Figura 74 e Figura 75).



Figura 74 Praça do Museu - Adaptação de usos



Figura 75 Praça do Museu - Vista nocturna

## B. Jardim das Oliveiras



Figura 76 Jardim das Oliveiras

O Jardim das Oliveiras faz parte do conjunto de terraços/jardim do CCB, sendo aquele com maior expressão e, também pela sua exposição solar e de vistas privilegiada, o mais dinâmico entre todos os seus semelhantes. Este espaço longilíneo de 100 metros por 30 metros é dirigido ao lazer, possuindo uma zona coberta de esplanada no extremo Este. O Jardim é totalmente aberto em três frentes à excepção do lado Norte que é limitado pelo maciço de construção do edifício e onde existe uma ligação directa à Praça do Museu. De desenho simples mas rico em diferentes elementos, é um espaço em que as diferentes espécies vegetais (entre elas as oliveiras que lhe dão o nome) harmonizam com grandes espelhos de água e obras de arte. Estes três componentes são os responsáveis pela criação dos diferentes ambientes que podemos encontrar neste espaço em que a zona relvada das Oliveiras confere um zona mais calma e intimista, enquanto a faixa dos espelhos de água convida ao passeio. O mobiliário urbano resume-se aos focos de iluminação e às papeleiras. A vista deste espaço, que se pode ver na figura abaixo, juntamente com os concertos que aqui se realizam durante os meses mais quentes são também parte dos principais atractivos deste local.

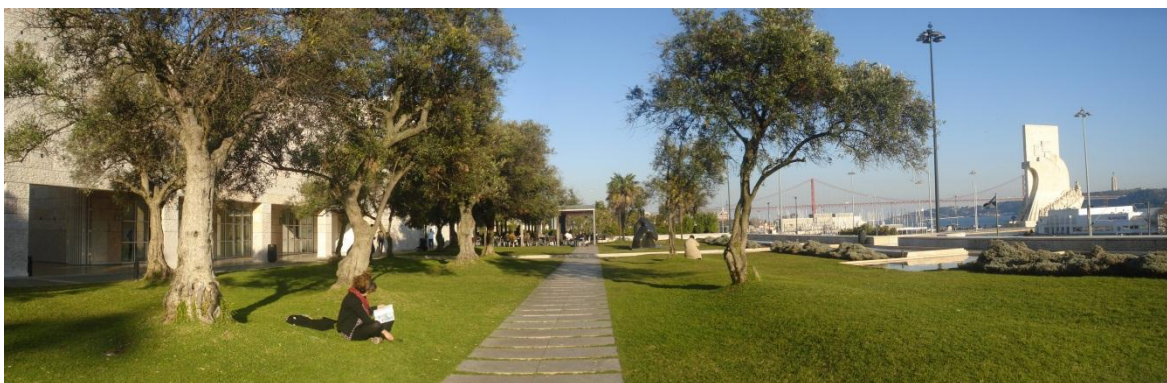


Figura 77 Jardim das Oliveiras - zona relvada e vista panorâmica



## 4. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E APLICAÇÃO AOS CASOS DE ESTUDO

## 4.1. FERRAMENTAS DE ANÁLISE

A análise de cada caso está atenta a duas vertentes do espaço público através da percepção das quais é possível entendê-lo: a forma como é construído e a forma como é vivido.

A metodologia utilizada na abordagem da análise do espaço construído baseia-se nos parâmetros propostos no livro *O Chão da Cidade - Guia para avaliação do Design do Espaço Público* (Brandão, 2002) enquanto que a apreensão das características sociais de cada caso se baseiam no trabalho de observação comportamental, liderado por William H. Whyte, integrado na obra *The Social Life of Small Urban Spaces* (Whyte, 1980). Cada metodologia foi adaptada aos diferentes casos em estudo, procurando fazer uma descrição o mais completa possível de todos os componentes pertinentes que constituem cada espaço. Essa adaptação foi mais notória na obra de Brandão já que esse guia foi elaborado a pensar na avaliação de um projecto de espaço urbano, ou seja, antes da sua construção. Assim, foi necessário adaptar certos pontos que poderiam não ter tanta importância na avaliação do projecto concluído (como são disso exemplo a Avaliação de Custos e Prazos do Projecto e a abordagem a alguns dos critérios utilizados).

Para efeitos de análise distinguimos duas fases diferentes, decorrentes dos dois âmbitos desta investigação - físico e social<sup>43</sup>. Numa primeira fase analisam-se todos os elementos constituintes do espaço físico, a sua existência, pertinência e qualidade, assim como as qualidades gerais do desenho. Noutra fase procura-se descrever detalhadamente a vida social que decorre em cada caso. Procura-se perceber a intensidade de utilização de cada espaço, a sua variação ao longo do tempo, a forma como as pessoas se usufruem do lugar e se este realmente responde às suas necessidades ao nível local.

Finalmente é feita uma tradução dos dados obtidos para gráficos e diagramas de forma a ser possível cruzar de uma forma sistemática, os acontecimentos com o espaço construído. São as conclusões retiradas de todo este processo que constam no subcapítulo seguinte “Análise”.

No capítulo de anexos constam as plantas dos espaços que apoiaram esta parte do trabalho, nomeadamente a Planta 2, a Planta 3 e a Planta 5.

---

<sup>43</sup> Deve ser tido em conta que a distinção é apenas explicativa dado que os dois âmbitos coexistem simultaneamente sendo indissociáveis.

## Avaliação do espaço – características físicas

As ferramentas utilizadas para a análise das características do espaço público decorrem, como já foi referido, do processo de diagnóstico proposto por Pedro Brandão o qual será adaptado segundo as características, que aqui se traduzem em critérios, mais relevantes de cada caso. A partir de cada critério realizam-se quadros que permitem a avaliação de cada espaço, como consta na Tabela 2 e na Tabela 3 do anexo.

Ainda de acordo com o método de diagnóstico de referência, diferenciam-se critérios gerais de critérios específicos. Os primeiros orientam-se para as características de apreciação global dos projectos que sintetizem os valores imateriais qualitativos a ele associados. Quanto aos segundos dizem respeito às características físicas específicas e mensuráveis dos elementos que o compõe. De forma a clarificar os conceitos que fazem parte da análise e facilitar a forma como ela é feita, de seguida descreve-se cada um deles através de um conjunto de parâmetros que serão tidos em conta aquando da avaliação do espaço<sup>44</sup>.

### Avaliação qualitativa do espaço - Critérios gerais

#### Identidade

O tema da identidade de um lugar encontra-se intrinsecamente ligado à comunidade que o envolve, englobando os seus costumes, a sua história e os seus valores que se vão reflectir na paisagem construída. Um espaço cujo desenho contém traços de ligação ao passado sabe evocar a memória colectiva daquela comunidade e ganha o interesse dos utilizadores que se sentem parte dele e dele se apropriam. Assim, um projecto de espaço público que assegura e respeita os valores identitários de um local é aquele que:

- Promove o carácter formal e os significados reconhecíveis no local;
- Promove os padrões característicos da cultura e do desenvolvimento local;
- Promove a criação de novos elementos de diferenciação.

Para identificar e diagnosticar os valores identitários reflectidos nos projectos de espaço público em análise utiliza-se a Tabela 1 constante no anexo que será preenchido durante a fase de observação<sup>45</sup>. No subcapítulo seguinte relativo à análise constará apenas a síntese desse diagnóstico.

---

<sup>44</sup> Os referidos parâmetros que vão ajudar na avaliação de cada critério são retirados do trabalho de Brandão (Brandão 2002) onde se designam como “objectivos”.

<sup>45</sup> Metodologia proposta também por Pedro Brandão em *A Identidade dos Lugares e a Sua Representação Colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público*. Lisboa; DGOTDU, 2008.



#### Continuidade/Permeabilidade/Legibilidade

A continuidade de um espaço é a forma como ele se relaciona com os diferentes espaços que o circundam e como ele se conecta ao resto da cidade. A garantia de continuidade reside na forma como é projectada a sua inserção na malha urbana. O espaço deve, assim, garantir a clareza de leitura não só no seu todo como nos espaços com que se relaciona, de forma a não gerar equívocos e entrar em conflito com os interesses locais, já que um espaço mal integrado no tecido urbano pode cair em desuso ou atrair rapidamente formas de utilização não desejáveis. Procura-se um espaço que:

- Proporciona uma boa integração no contexto e malha urbana;
- Possibilita o reconhecimento diurno e nocturno de marcos de orientação;
- Estabelece uma clareza de delimitações entre espaço público e privado.

#### Segurança/Conforto/Aprazibilidade

O sentimento de segurança envolve a noção do utilizadores dos limites daquele espaço quando consegue abarcar visualmente todos os seus pontos. Assim ele sente-se mais seguro do que em espaços pontuados por recantos e barreiras. A aprazibilidade de um lugar é também dada pela harmonia na disposição dos diversos elementos que o compõe: mobiliário urbano, iluminação, vegetação, a qualidade desses elementos, a sua resistência e a limpeza do espaço. Outro dos pontos que pode gerar insegurança é a convivência de redes de circulação diversa (peões, ciclistas, *skaters*, carros) e que podem por em perigo a vivência do espaço. Deve-se por isso prever essa utilização e reservar faixas do espaço para as diferentes redes de circulação. Deste modo o espaço deve verificar três critérios:

- Promover a segurança de pessoas e bens e a relação segura peões-trafego;
- Oferecer qualidade visual e relação intensa e agradável com a envolvente;
- Incorporar critérios de conforto, utilidade e ergonomia para os utentes.

#### Mobilidade/Acessibilidade/Permeabilidade

O espaço público deve ser acessível e usufruído por todos os cidadãos, independentemente das suas limitações físicas. Crianças, idosos, utilizadores de cadeiras de rodas, de carrinhos de bebés e deficientes são exemplos de utilizadores com mobilidade reduzida que devem alcançar todos os

pontos do espaço sem esforço. É por isso que este é um ponto muito importante no desenho do espaço público - ele não deve oferecer obstáculos arquitectónicos, como a presença de escadas ou rampas de forte inclinação, que dificultem a mobilidade. Considera-se um espaço acessível aquele que:

- Oferece facilidade de movimentação e/ou de atravessamento e/ou ligação;
- Promove a interligação dos padrões de movimento (modos e percursos);
- Atenta às expectativas e necessidades no uso do espaço, sem exclusões.

#### Inclusão/Coesão Social

As nossas cidades são constituídas, cada vez mais, por uma pluralidade de etnias, culturas, religiões, classes sociais e profissionais e também por diferenças relativas a idade, condição física, social e económica. O espaço público deve por isso ser um elemento que facilite a integração dessas diferenças e promova a convivência harmoniosa entre todos os cidadãos. Este ponto é de extrema relevância dado que, se não for tido em conta desde as fases de planeamento, pode contribuir em muito para a segregação de determinadas camadas da sociedade. No trabalho de análise este ponto serve como motivador de reflexão já que tem grande relevância nos exemplos de Barcelona pelas características do bairro onde se inserem.

#### Diversidade/Adaptabilidade

O espaço público enquanto elemento de um complexo em constante mudança que é a Cidade, não deve ser encarado como imutável. Este é um dos principais motivos pelo qual muitos dos projectos de espaço público falham. O espaço público enquanto servidor da população deve acompanhar a sua evolução a nível de necessidades e hábitos. Assim, deve ser facilmente adaptável a novos usos e gerido criativamente e isso deve ser pensado logo desde a sua construção. Só desta forma poderá manter o seu dinamismo e vida, assim como o sentimento de pertença pela população. Deverá por isso apresentar características de:

- Flexibilidade para adaptação a usos diversos e a possíveis mudanças futuras;
- Compatibilidade com a escolha de diferentes serviços e equipamentos;
- Promoção da diversidade formal (natural/artificial) e alternativas de vivência.

#### Resistência/Durabilidade

O uso intensivo é uma das características inerentes ao espaço urbano e, por isso, é necessário atentar à qualidade dos materiais construtivos, de forma a garantir a segurança e a boa forma dos

equipamentos. Dentro da fase projectual deve ser tido em conta o ciclo de vida dos materiais a empregar e a garantia da manutenção de todos os seus elementos. Só assim se conseguirão espaços onde se verifique:

- Adequação às solicitações do uso e desgaste e aos elementos do clima;
- Adequação à prevenção do vandalismo;
- Adequação ao maior tempo útil de vida possível, diminuindo a manutenção.

### Sustentabilidade

Vivemos numa época em que a Sustentabilidade não só se tornou um ponto obrigatório a integrar em cada projecto como ainda reúne características que facilitam o uso e a gestão do território. A Sustentabilidade de um espaço envolve um equilíbrio no aproveitamento dos recursos disponíveis, de forma a integrar-se num determinado lugar urbano. O espaço deve, por isso, reflectir os valores sociais, ambientais e económicos da zona, sem criar contrastes desnecessários e sem entrar em conflito com o ambiente. Sintetizando, a sustentabilidade no espaço público abrange os seguintes campos de acção:

- Económico – é viável no tempo, produz valor superior ao consumido;
- Ambiental – com pouco impacto ecológico, na construção e manutenção;
- Social – corresponde às aspirações e necessidades, promove a equidade;
- Cultural – reconhecimento dos significados, com clareza e consistência.

### Avaliação qualitativa do espaço - Critérios específicos

Nesta avaliação, para além dos objectivos específicos referidos em cada critério, serão considerados parâmetros de:

- Dimensionamento e Posicionamento;
- Serviço e Performance;
- Conservação e Resistência;
- Coerência e Integração.

No subcapítulo seguinte relativo à análise serão referidos apenas os pontos com mais relevância de cada caso.

## Elementos e Estruturas Naturais

A diversidade dos elementos que compõe o espaço público é um factor de enriquecimento e valorização não só do próprio lugar como do ambiente urbano. A presença de elementos arbóreos são importantes no controlo da variação de temperatura ao longo do dia, conferem a sensação de um abrigo natural, dão diversidade visual, enriquecem esteticamente o lugar e colocam-nos mais perto daquilo que mais falta nos faz em ambiente urbano – o contacto com a Natureza. Quando agrupadas podem configurar novos espaços dentro do espaço, e funcionar como uma delimitação suave entre zonas, conferir maior privacidade e abrigo do Sol, do vento e do ruído. A variação da tonalidade e da dimensão da folhagem ao longo do ano é um elemento que confere maior interesse para o utilizador, permitindo diferentes experiências do espaço. A presença de água é outro dos elementos apaziguantes no meio urbano que enriquece o ambiente e valoriza a paisagem (se utilizada com moderação e de acordo com valores sustentáveis). Um elemento natural que deve ser tido em conta logo desde a fase de projecto do espaço é a exposição solar, que pode limitar a utilização dos espaços.

## Elementos de Expressão Artística (Arte Pública)

Idealmente, o objectivo de um elemento de expressão artística colocado no espaço público é o de criar uma ligação com o utilizador, quer seja por ter uma natureza evocativa, simbólica ou simplesmente de contraste. Muitas vezes estes elementos resultam na criação de uma ligação afectiva entre as pessoas e o lugar, sendo ainda um elemento de referência na zona ou que acaba apenas por servir como ponto de encontro.

Mas nem toda a Arte pode ser Pública. Tem de existir uma adequação ao contexto, de escala na inserção, deve estimular os fluxos de pessoas e a atracção do lugar e para isso é necessária a colaboração entre artista, técnicos (arquitectos, urbanistas, sociólogos) e comunidade. Idealmente pretende-se que os objectos de Arte Pública tenham as seguintes características:

- Sejam especificamente desenhadas para os seus locais, reforçando e promovendo a identidade do local;
- Sejam adequados na forma e na função para a fácil visibilidade e acessibilidade do público;
- Sejam resistentes às intempéries e ao vandalismo e de fácil manutenção;

## Equipamento e Mobiliário Urbano

Os elementos que servem de apoio à vivência dos espaços públicos urbanos são importantes no suporte a uma maior variedade de usos dos utilizadores. São eles que permitem a qualidade do usufruto do espaço desde que obedeçam a uma série de regras a nível do seu desenho, qualidade de materiais, implantação e pertinência de colocação de forma a garantir o conforto e a segurança

para o usuário<sup>46</sup>. A sua implantação no espaço deve sempre minimizar a obstrução aos fluxos de circulação das pessoas (com atenção aos utilizadores com mobilidade reduzida e invisuais) e, deste modo, dá-se preferência ao agrupamento e alinhamento dos elementos devendo:

- Assegurar funcionalidade e polivalência de usos;
- Proteger a saúde e o bem-estar do cidadão;
- Facilitar a acessibilidade e utilização por pessoa de mobilidade reduzida;
- Reforçar a identidade do local, com uma consistência e pregnância formal coerente com a área urbana em que se integra;

#### Estruturas e Sistemas de Iluminação

O espaço público deve responder eficazmente às necessidades dos utilizadores, independentemente das alterações naturais de luminosidade diária, com especial atenção ao período nocturno. Para além de iluminar os espaços, de forma a que o usuário consiga contemplar visualmente toda a extensão do espaço, é também uma forma de lhe conferir segurança. Para além deste objectivo básico o tratamento do espaço através da luz confere outra fonte de interesse ao utilizador. Através da luz podemos atribuir uma escala urbana ao espaço e à sua envolvente, com a definição de hierarquias visuais. Um sistema de iluminação eficaz deve seguir parâmetros de quantidade, distribuição e qualidade que variam consoante a actividade a realizar no local, do contraste e brilho do tipo de luz e da sua direcção, cor e variação no tempo. Assim, a boa iluminação urbana é aquela que:

- Reforça a percepção do meio;
- Concorre para a segurança, amenidade e conforto do meio urbano;
- Atribui escala e proporção ao espaço público;
- Promove a valorização patrimonial favorecendo a animação da paisagem urbana;

#### Infra-estruturas viárias, transportes e estacionamento

A conexão do espaço público à rede viária e de transportes da cidade é importante ao nível da acessibilidade ao espaço e deste para outros pontos da cidade mas pode ser nefasto se não existir um equilíbrio no rácio espaço pedonal/viário. O acesso automóvel directo ao espaço público pode ser pontual pela necessidade de manutenção do espaço, mais frequente pela necessidade de apoio aos serviços que se desenvolvam na sua periferia (e.g. comércio e restaurantes que necessitem de

---

<sup>46</sup> Neste ponto recomenda-se a leitura do livro *Do Projecto ao Objecto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos* (Remesar, 2005) da autoria de Antoni Remesar, constante na bibliografia.

abastecimento) ou pode ser mais intenso justificado pela presença de uma via de tráfego. Em cada caso deverá existir uma tentativa de integração da rede viária no desenho, de forma a minimizar o impacto físico, visual e harmonizando a coexistência de diferentes fluxos. A reserva de locais de estacionamento deve também ser prevista. Assim, no desenho do espaço público em relação com as infra-estruturas viárias é importante:

- Reduzir os efeitos de barreiras produzidos pelas vias de circulação de trânsito automóvel/fragmentação do tecido urbano;
- Salvar a qualidade da paisagem urbana;
- Garantir a segurança rodoviária.

#### Infra-estruturas de apoio e serviços

A presença de actividades comerciais nas proximidades, ou mesmo no limite do espaço público resulta num grande atractivo para a concentração de pessoas. A actividade que permite uma permanência mais prolongada de pessoas é a hoteleira. Desde pequenos carros de venda ambulante a restaurantes com esplanada atraem utilizadores que vão ocupando pontualmente o espaço e, naturalmente, a presença de pessoas atrai ainda mais pessoas. A presença de serviços de apoio ligados aos serviços municipais (e.g. postos de turismo, casas de banho públicas, postos da rede de bicicletas públicas) é também um atractor e enriquecedor do espaço público.

#### Pavimentos

O tratamento do solo é um factor que não deve ser descurado na construção do espaço público. O solo confere atributos de conforto sonoro e atmosférico ao espaço contribuindo ainda para a criação de um ambiente específico. No conjunto do espaço contribui para a construção imagética do local no contexto da cidade podendo servir como elemento identificador de um conjunto urbano. A escolha do material que o constitui deve, por isso, ter em conta alguns factores tais como a adequação à actividade que se vai desenvolver e as dimensões de cada peça sem no entanto descurar a sua qualidade e resistência de forma a aguentar o desgaste dos agentes atmosféricos e do uso intensivo. A sua escolha deve ser feita também tendo em conta o clima do lugar e o seu nível de exposição solar, já que vai inferir na temperatura do espaço.

## Avaliação do espaço – nível social

A avaliação das características sociais do espaço é feita através de um olhar analítico procurando sintetizar todas as acções que nele decorrem. Utiliza o recurso a plantas e códigos que traduzem dados que posteriormente serão tratados. Trata-se de uma técnica simples, baseada na observação<sup>47</sup>, que tenta abarcar o maior número de parâmetros possível e que sejam adequados para o estudo. O trabalho feito sobre a planta do local é repetido várias vezes por dia, de forma a ter um panorama abrangente da vida social do lugar. Cada conjunto de recolha total dos parâmetros que se seguem será denominado por “Observação x” e numerado por data de execução.

As observações foram feitas entre Abril de 2011 e Fevereiro de 2012 (com largos intervalos entre si) concentrando-se principalmente nos meses de Outono e Inverno. Não se teve, por isso, em consideração a possível variação dos dados pela afluência de mais pessoas aos museus nos meses de Verão.

### Localização, Actividades e Usos

O primeiro passo é a localizar as pessoas. Nomeadamente procura-se:

- Mapear segundo data e hora o local onde se encontram as pessoas;
- Quantificar grupos.

Após a localização faz-se o levantamento das actividades, procurando:

- Identificar actividades por observação (exemplos):
  - .Pessoas que observam outras pessoas;
  - .Pessoas que conversam;
  - .Crianças a brincar;
- Identificar locais de maior intensidade de uso e em cada um:
  - .Perceber a sua morfologia/ função;
  - .Perceber se o uso presente corresponde à função inicial ou se resulta de uma adaptação posterior (pós-ocupação).

---

<sup>47</sup> Técnica adaptada do estudo feito na década de 80, sobre praças em Nova Iorque, por um grupo liderado pelo urbanista William H. Whyte (Whyte, 1980).

## Fluxos

À medida que a observação decorre é possível identificar zonas, percursos e sentidos com maior movimentação de pessoas. Assim, nesta fase pretende-se:

- Identificar e localizar fluxos;

## Síntese da análise

Após a fase prática passa-se à tradução dos dados obtidos para ferramentas utilizáveis através de:

- Processamento das informações recolhidas;
- Conversão em tabelas e diagramas estatísticos;
- Cruzamento de dados obtidos através das avaliações social e física.

A partir daqui é possível fazer a síntese da avaliação, comparando os dados obtidos com os pressupostos projectuais, procurando explicar o sucesso ou o insucesso de cada caso através da compreensão do funcionamento do espaço, da identificação dos seus problemas podendo até, em último caso, precisar medidas que possam ajudar a qualificá-lo. O conteúdo dessa síntese será apresentado na parte final de cada caso de estudo.



## 4.2. ANÁLISE

### A. Praça dels Àngels

#### Avaliação do espaço – características físicas

##### Identidade

A partir do preenchimento da Tabela 1 constante no anexo foi possível chegar a algumas conclusões relativas à identidade daquele lugar. Quando a praça foi construída, conseqüente do projecto do museu, houve uma ruptura com a identidade daquele lugar pela edificação de uma construção totalmente nova que se destaca pela oposição naquele conjunto. Ainda assim, ao longo do tempo, verifica-se que o projecto acabou por ser aceite pela população que utiliza a praça diariamente consistindo num importante ponto central do sector Norte do Raval. É acessível tanto a nível pedonal como rodoviário pela sua localização numa zona central da cidade, insere-se na rede de transportes públicos e articula-se bem com os espaços públicos circundantes.

É um lugar confortável para se estar, sempre com espaços ao sol e em sombra ao longo de todo o ano, sendo que é nas zonas ao sol que as pessoas têm tendência a concentrar-se e onde o movimento pedonal domina. Considera-se que este é um espaço atractivo pela presença constante de pessoas ao longo do dia, com maior incidência ao fim do dia, sendo os jovens os utilizadores mais comuns. Este é um espaço de fácil adaptação a outros usos que motiva também algumas formas de apropriação curiosas, nomeadamente pelos sem-abrigo que ali existem, como demonstram as figuras seguintes.



**Figura 78** A apropriação de pequenos recantos pelos sem-abrigo



**Figura 79** A apropriação de pequenos recantos pelos sem-abrigo



**Figura 80** Grafitis na afirmação da identidade do grupo

A ligação à memória do local permanece tanto no nome da praça como nos vestígios do convento na zona Sul, tendo sido deixadas propositadamente.

Os principais problemas que se identificam encontram-se ligados à presença dos *skaters* que originam uma sensação de insegurança aos vizinhos que ali passam, principalmente os mais velhos, e que inferem na visão de futuro daquela comunidade funcionando como um travão ao que poderia ser uma relação muito mais estável da comunidade com aquele lugar. Possivelmente se esta situação de conflito fosse resolvida a sensação de orgulho daquela comunidade por aquele espaço seria maior.

#### Continuidade/Permeabilidade/Legibilidade

Este espaço encontra-se bem inserido na rede de espaços públicos de proximidade encontrando-se também acessível a nível rodoviário. Como se verifica na Figura 81 a acessibilidade entre os espaços é fluída e há uma fácil conexão às principais vias da cidade. A hierarquia espacial daquele sector do bairro tem como elemento principal a praça em estudo pelas suas dimensões e posição no território e é partindo deste ponto que a ligação aos restantes espaços ganha maior clareza, servindo também como um ponto de referência e orientação.



Figura 81 Ligações pedonais entre o sistema de espaços públicos e as principais vias da cidade



Figura 82 O esvaziamento da praça pelos skaters motivado pela presença da polícia

Este lugar localiza-se perto de uma esquadra de polícia e tem patrulha ocasional. Ainda assim ocorrem pequenos furtos pontuais mas que não inferem na sensação de segurança da população. Os principais problemas a afectar a aprazibilidade do local devem-se ao ruído e movimentações rápidas dos *skaters* que podem afectar a sensação de conforto dos transeuntes. É interessante verificar que tudo isto cessa enquanto se verifica a presença da polícia como se pode ver na Figura 82, já que a prática do *skateboarding* em Barcelona é proibida fora dos locais destinados a esse propósito. A nível de acessibilidade considera-se que todos os locais são acessíveis a qualquer pessoa, independentemente das suas limitações motoras. Os três níveis diferentes existentes na praça são transpostos através de rampas que não ultrapassam a inclinação de 3%. Os únicos pontos que obviamente representam um obstáculo são as escadas, como se identifica a vermelho na planta do espaço seguinte.



Figura 83 Planta de acessibilidade no espaço e limitações

#### Inclusão/Coesão Social e Diversidade/Adaptabilidade

O Raval é um bairro com uma presença multiétnica muito forte e isso verifica-se também nesta praça. É comum identificar a presença de autóctones, assim como emigrantes e mesmo turistas estrangeiros principalmente nesta praça. Os eventos que aqui se celebram são também oportunidades de inclusão social destas minorias protagonizando momentos de união. A adaptabilidade de usos desta praça confirma-se quando, várias vezes ao ano, se realizam eventos diferentes com diversas infra-estruturas. A praça revela ter as condições de dimensão, desenho e



Figura 84 A presença multicultural



Figura 85 Festas de La Mercé em 2007



Figura 86 Carnaval em 2008



Figura 87 Feira do Livro em 2010

robustez de materiais necessárias para acolher este tipo de actividades como demonstram as figuras acima.

### Resistência/Durabilidade e Sustentabilidade

A durabilidade e resistência de materiais é muito importante principalmente em casos como o da praça em estudo que acolhem eventos com grande afluência e intensidade de uso. Verifica-se que todos os materiais se encontram em bom estado e o espaço em boas condições de higiene, à excepção dos danos provocados pelo uso intenso dos *skateboarders* e pelo lixo que eventualmente possam deixar. Ainda assim para estas formas de utilização não previstas os materiais do espaço revelam dar uma boa resposta. A gestão municipal é também muito importante neste aspecto e verifica-se a presença de acções de limpeza e manutenção quase diárias.

### Síntese da avaliação face a critérios específicos

Em relação aos critérios mais específicos da análise desta praça, existem dois pontos que se destacam logo na primeira visita ao espaço que são a falta de vegetação e de elementos de mobiliário urbano. A presença tanto de elementos arbóreos como de mobiliário urbano, não sendo um factor obrigatório no espaço público, têm algumas características que influenciam e qualificam a experiência do lugar. Neste caso temos uma praça com grande exposição solar ao longo do ano e, juntamente com o facto de o pavimento ser escuro e absorvente de calor, faz com que nos meses mais quentes as temperaturas sejam muito altas e a sua inclusão poderia funcionar como apaziguador das grandes variações térmicas. O mobiliário urbano enquanto enriquecedor da experiência do espaço assim como possibilitador de novos usos seria também uma mais-valia a considerar. Ainda assim, o grande muro fronteiro ao museu funciona como um longo banco onde se concentra grande parte da população – no entanto esta situação resulta de uma apropriação dos utilizadores e não de algo premeditado no projecto. Ressalva-se ainda o facto destes dois elementos serem bastante importantes nos projectos de espaço público de Barcelona e este espaço surgir como uma das excepções neste aspecto. O facto de ser uma tendência actual a abertura de grandes praças do género em frente a equipamentos de carácter cultural, como forma de evidenciar o

edifício<sup>48</sup>, poderia por si só justificar a sua não inclusão. Mas deve ser tido também em conta o facto de a praça ter sido pensada como espaço multifuncional, logo a presença de vegetação poderia condicionar algum tipo de usos. Neste caso compreende-se a sua omissão, no entanto considera-se que esta abordagem levou a alguma desarticulação com a linguagem habitual do espaço público de Barcelona.

Figura 88 figura abaixo, todo o espaço está iluminado e existe algum cuidado com o tratamento das fachadas como valorização arquitectónica. O sistema de holofotes enquadra-se no que constitui habitualmente a iluminação de grandes espaços na cidade.

Encontramos duas peças de arte neste espaço. Por um lado “*La Ola*”, uma escultura de Jorge Oteiza colocada em frente ao museu em 1998. É uma escultura de grandes dimensões em alumínio de cor negra que se pode ver na imagem abaixo e na Figura 90. A peça pretende unir o interior do museu ao espaço exterior da praça fazendo a contraposição ao volume rectilíneo e branco que é o edifício do MACBA. Por outro lado, junto ao pequeno largo a Oeste, encontramos o mural de Eduardo Chillida, inaugurado no mesmo ano. Na Figura 91 pode-se constatar a grande dimensão deste painel de azulejos branco e negro. Ambas as peças pertencem à colecção do museu e, a nível de espaço público, não foram criadas com maior ambição do que a função que desempenham: de ligação do

Em relação aos sistemas de iluminação, verifica-se que os elementos existentes são eficazes na sua função. Como se pode observar na



Figura 88 Vista nocturna da praça - o sistema de iluminação

espaço ao museu. São elementos resistentes, de fácil manutenção como se pretende nas obras de arte pública funcionando como elementos de referência no espaço pela sua diferença para aquele colectivo.

---

<sup>48</sup> Baseando a informação descrita no capítulo 3 do presente trabalho em relação ao contexto actual do espaço público projectado em equipamentos culturais de grande expressão arquitectónica.



**Figura 89** A adaptação do grande muro ao uso de banco



**Figura 90** Elementos de expressão artística no espaço - "La Ola"



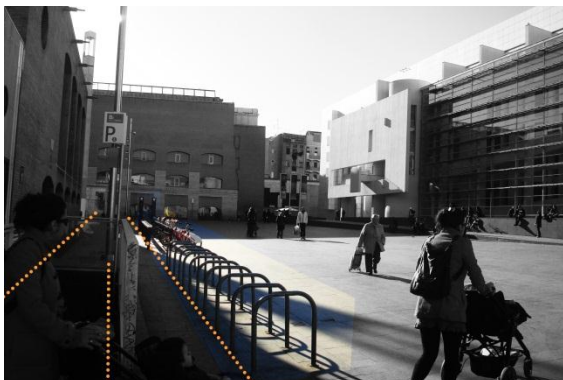
**Figura 91** Elementos de expressão artística no espaço - o mural de Chilida



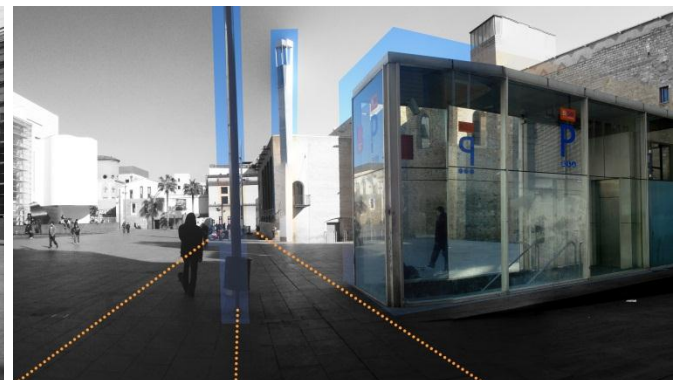
**Figura 92** Vista próxima das lajes do pavimento

Podemos verificar a existência próxima de infra-estruturas viárias e de apoio, encontrando-se devidamente assinaladas e não criando conflitos de uso ou constituindo obstrução de fluxos. Quanto à estrutura viária, existe uma via de sentido único no limite Este da praça com passagem de transportes públicos. O facto de nenhuma via rodoviária atravessar o espaço constitui um ponto positivo para a segurança dos peões e o conforto dos utilizadores. Existe também um estacionamento de automóveis subterrâneo com saída pedonal directa para a praça no extremo Sudoeste, na zona Sul da praça localizam-se ainda dois postos da rede pública de bicicletas da cidade e uma unidade de instalações sanitárias também pública. Todos estes elementos se encontram bem dimensionados e posicionados, alinhados segundo três eixos, de forma a não constituir qualquer obstrução à utilização da praça (Figura 93 e Figura 94).

O pavimento é constituído por laje granítica de 60 x 40 cm, à semelhança dos pavimentos utilizados na cidade. Embora seja de boa qualidade, devidamente dimensionado para o tipo de utilização que a praça tem e não cause encadeamento ao utilizador durante o dia, refere-se apenas o factor da tonalidade escura enquanto potenciador de aumento da temperatura, como foi anteriormente descrito, como ponto negativo.



**Figura 93** O alinhamento dos elementos de infra-estruturas e iluminação - vista de Este com os postos de bicicletas



**Figura 94** O alinhamento dos elementos de infra-estruturas e iluminação - vista de Oeste com a saída do parque de estacionamento subterrâneo

## Avaliação do espaço – nível social

### Actividades e Usos

Durantes as observações destacaram-se dois períodos distintos que diferem no grau de intensidade de utilização do espaço. O período de menor intensidade estabelece-se entre as 10h e as 12h e o de maior intensidade entre as 16h e as 18h<sup>49</sup>. A comparação das actividades é feita segundo os valores extraídos destes dois intervalos. De forma a simplificar a designação, o primeiro período define-se como “manhã” e o segundo como “tarde”.

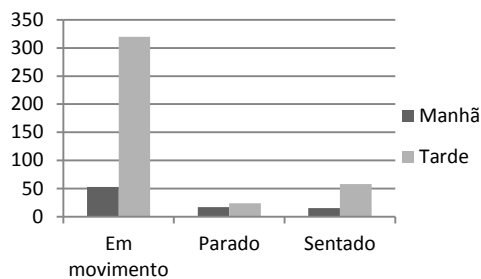


Gráfico 1 Atividades principais do espaço (número de pessoas médio por período)

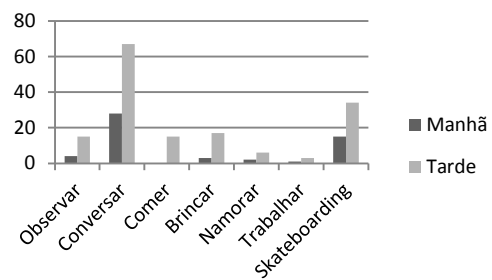


Gráfico 2 Usos específicos do espaço (número de pessoas médio por período)

Nos Gráfico 1 e Gráfico 2 verifica-se a existência um grande número de pessoas que se movimentam pelo espaço, dentro dele ou passando por ele sendo que a segunda actividade mais representativa é o sentar. Ao longo das observações registaram-se padrões de comportamento, nomeadamente nos locais mais comuns para a realização dessas actividades. Na Figura 95 e Figura 96 é possível verificar as zonas mais utilizadas para sentar (a laranja) e os pontos mais comuns de paragem (a amarelo), mais uma vez separados pelos dois períodos referidos. É possível verificar que as zonas



Figura 95 Localização das actividades principais (sentar, parar) - manhã

Figura 96 Localização das actividades principais (sentar, parar) - tarde

<sup>49</sup> Tendo em conta que as observações foram feitas entre as 10h e as 20h. Não se exclui a possibilidade de, fora desse espectro horário existirem momentos de inutilização do espaço.



Figura 97 Atividades e Usos - Sentar no muro

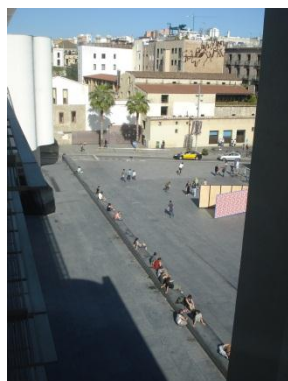


Figura 98 Atividades e Usos - Sentar no muro



Figura 99 Atividades e Usos - Crianças a brincar



Figura 100 Atividades e Usos - Skateboarding

de sol são as mais utilizadas para sentar. O longo muro é utilizado para esse fim durante todo o dia. À tarde (Figura 96), com o aumento da afluência de pessoas ao espaço é ainda possível identificar mais dois locais onde as pessoas se sentam, do lado Este à sombra e do lado Oeste ao Sol. Em ambos os casos as pessoas sentam-se no chão encostando-se à parede dos edifícios. Os locais principais de paragem, que geralmente resultam de uma pausa para conversa ou num momento para tirar fotos ao edifício, centram-se na esquina que segue a Igreja, no centro do espaço e, à tarde, perto das zonas onde se concentram os *skaters* sentados.

## Fluxos

A nível de movimentação de pessoas, verifica-se um grande fluxo de atravessamento do espaço, consituído pela diagonal laranja da Figura 102. Ela conflui dois fluxos para se distribuir em outros dois provenientes das ruas circundantes. Dentro do próprio espaço destacam-se algumas zonas de grande intensidade de movimentação identificados a mancha vermelha na mesma figura. Todos correspondem às zonas preferidas para a prática do skateboarding, sendo que a mancha em frente ao posto de bicicletas é referente à zona em que mais frequentemente se encontram crianças a brincar.



Figura 101 Faixa de fluxo principal

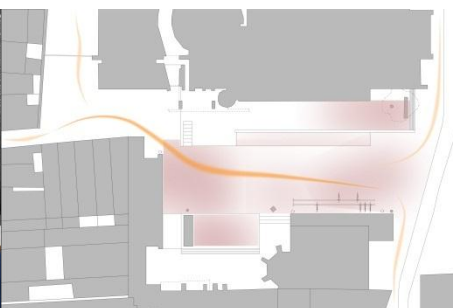


Figura 102 Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço



## Síntese da avaliação

---

### **Pontos Fortes**

- Responde a objetivos de regeneração social e económica da zona;
- Boa inserção na proximidade a estruturas viárias de ligação à cidade e da rede de transportes públicos;
- Integrado na rede de espaços públicos, constituindo um ponto estruturante;
- Acessível a todos os utilizadores em todos os seus pontos;
- Multifuncional, facilmente adaptável a novos usos.

---

### **Pontos Fracos**

- Uso intensivo do espaço pelos *skaters* é responsável por:
    - .Conflito de usos e insegurança na relação com transeuntes;
    - .Impedimento de maior identificação com o lugar pela comunidade;
    - .Desgaste dos elementos que obriga a maiores custos de manutenção do espaço e na sua limpeza;
  - Persistência da ligação ao museu limitante da sua autonomização;
  - Características do pavimento dificultam a sua vivência nos meses mais quentes.
-

## B. Praça de Joan Coromines

### Avaliação do espaço – características físicas

#### Identidade

Como já foi descrito, o espaço onde se insere a praça sofreu várias transformações ao longo do tempo sendo que as suas características básicas de traçado se mantiveram. Como elementos evocativos do conjunto do *Convent dels Àngels* que ali existiu mantem-se a parte da fachada do CCCB assim como uma das oliveiras que existiam nos claustros. O seu desenho, os materiais construtivos e as espécies arbóreas que o constituem enquadram-se no tipo de desenho de espaço público da cidade e talvez isso ajude a explicar a maior presença de população local em relação a outros espaços contíguos. Esta praça localiza-se num interior de quarteirão mas, apesar disso, integra-se no sistema de espaços públicos circundante, criando também um ambiente mais calmo e introspectivo.

A acessibilidade ao local faz-se apenas a nível pedonal, no entanto ela é próxima de vias rodoviárias e da rede de transportes públicos da cidade. A praça é aprazível, possui vários ambientes dados pela ausência ou presença de elementos arbóreos que vão alterando a paisagem ao longo do ano. As situações de sol e sombra modificam-se ao longo do dia sendo que, à semelhança do que se observa na *Plaça dels Àngels*, as pessoas tendem a concentrar-se nas zonas de sol.

Pela sua pacatez este é um espaço atractivo para as pessoas, principalmente os locais que aqui se concentram para passear os seus cães enquanto conversam em grupo (aproveitando a grande zona de terra batida). É utilizado por todos, com maior presença dos jovens que estudam na faculdade adjacente. Nos meses de Verão alberga actividades ligadas aos museus, o que dinamiza a vivência da zona. Neste caso, com a ausência de conflitos de uso provocados pelos *skaters* na praça vizinha, é possível ver que há uma maior afluência dos habitantes locais e, por ser um lugar ligado a dois museus que motivaram mudanças positivas naquela zona, o sentimento de orgulho da comunidade é aqui mais notório.

#### Continuidade/Permeabilidade/Legibilidade

Este é um espaço bem integrado a nível pedonal no sistema de espaços públicos local, como se pode verificar na Figura 81 da análise da *Plaça dels Àngels* neste mesmo ponto. A sua independência da rede rodoviária não a torna menos acessível dado que continua a ser próxima da rede de transportes públicos. Mesmo não tendo tanto protagonismo a nível referencial como a *Plaça dels Àngels*, é de grande importância na articulação dos equipamentos que se localizam nos seus limites: a faculdade, o CCCB, o seu anfiteatro e o MACBA.

## Segurança/Conforto/Aprazibilidade e Mobilidade/Acessibilidade/Permeabilidade

O sentimento de segurança e conforto nesta praça é dado pela boa definição dos seus limites, assim como pela clareza na separação do espaço que é público daquele que é privado. A praça não tem recantos nem obstáculos no seu desenho pelo que se consegue abarcar visualmente todos os seus pontos. O acesso ao espaço é feito a partir de entradas capilares: a Sul pela passagem pelo edifício do MACBA, por Este através do edifício do CCCB e por uma passagem de ligação directa à rua entre os dois museus, e a Norte através de um caminho entre a Igreja da *Casa de la Caritat* e o edifício do antigo teatro. No entanto todos estes acessos só funcionam durante o dia, já que no período nocturno são encerrados.

Dentro da praça todo o espaço é acessível e a ligação entre níveis é feita através de rampas que não ultrapassam os 2% de inclinação. Como se verifica pela observação da planta do espaço da Figura 105, apenas os locais com degraus consistem nas zonas de impossibilidade de acesso para pessoas com mobilidade reduzida.



Figura 103 Um dos portões de encerramento da praça



Figura 104 A rampa de pente suave na ligação entre níveis



Figura 105 Planta de acessibilidade no espaço e limitações

## Inclusão/Coesão Social e Diversidade/Adaptabilidade

Este local insere-se no bairro multiétnico que é o Raval. No entanto, esta presença não é muito notada neste espaço. A maioria dos utilizadores resume-se a autóctones que vêm passear, aos jovens que frequentam a faculdade e a pessoas de outros pontos da cidade ou estrangeiras que vêm visitar o museu.

O espaço revela ser de fácil adaptação a novos usos, principalmente aos fins-de-semana quando se promovem actividades relacionadas com o CCCB e durante as festas da cidade, sendo que nos últimos anos tem recebido concertos ao ar livre por ocasião das festas de *La Mercè*.

## Resistência/Durabilidade e Sustentabilidade

À semelhança de grande parte do espaço público projectado na cidade este é construído com materiais de grande resistência e durabilidade. No entanto, nas zonas em que os *skaters* ainda conseguem aceder, nota-se algum desgaste motivado pelo uso mais intensivo. O espaço encontra-se bem mantido e com boas condições de higiene o que revela a manutenção regular de que é alvo por parte da gestão da cidade.



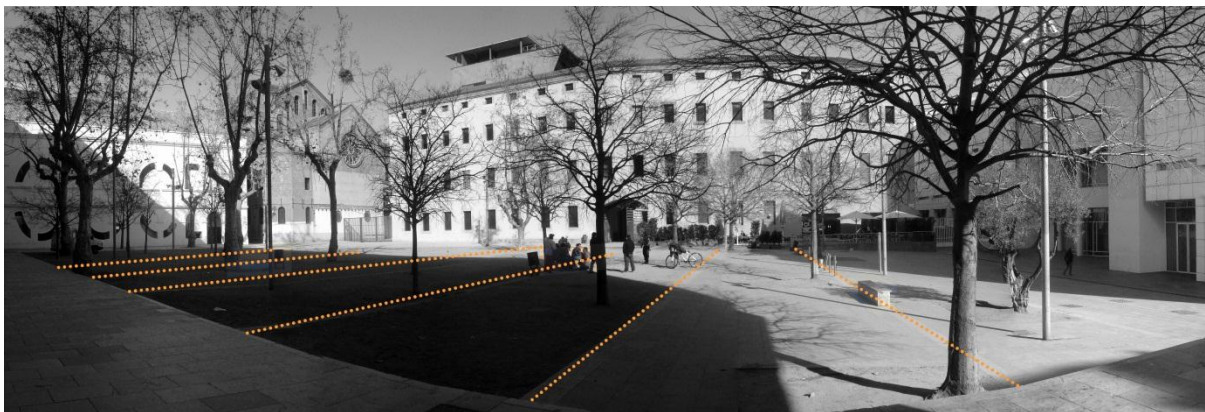
Figura 106 Um dos bancos da praça que revela o desgaste provocado pelo *skateboarding*



Figura 107 O espaço bem mantido, limpo e agradável

## Síntese da avaliação face a critérios específicos

Neste caso verifica-se a presença de elementos arbóreos com características de disposição e de porte adequadas às dimensões da praça – consistindo, mais especificamente, num núcleo de plátanos a Norte, quatro tílias a Sul e uma oliveira também na zona Sul. Todas estas espécies, à excepção da última, pertencem ao grupo com maior presença no espaço público da cidade, estando adequadas às características daquele clima. A nível de mobiliário urbano encontramos cinco bancos de revestimento a granito escuro (material semelhante ao usado no pavimento da *Plaça dels Àngels*) assim como algumas papeleiras. A disposição do mobiliário organiza-se segundo os eixos desenhados no solo da zona de terra batida como se verifica na Figura 108. Neste ponto podem-se tecer algumas considerações menos positivas relativas à escassez de bancos nomeadamente nas zonas mais expostas ao sol daí que, na falta de uma alternativa, seja recorrente a observação de pessoas sentadas no chão nas zonas de sol e encostadas à parede do CCCB. A existência de mais zonas para sentar seria benéfico para os utilizadores sem comprometer as actividades da praça ou o seu desenho.



**Figura 108** Os alinhamentos que definem a disposição de mobiliário urbano

O sistema de iluminação é feito através de três postes de holofotes e, embora não tenha sido possível a observação da praça durante a noite, pela observação de espaços com sistemas semelhantes pode-se considerar a funcionalidade e adequabilidade do mesmo.

Em relação ao pavimento, na zona Sul existe um prolongamento do piso granítico da praça vizinha enquanto que para Norte existe a aplicação de lajes de betão de 60x40 cm pertencentes ao catálogo de materiais do espaço público da cidade, já num tom de cinzento mais claro que resulta em termos de comportamento térmico e de luminosidade. A zona central dos bancos e dos plátanos consiste numa área em terra batida que confere uma sensação de pequeno parque urbano a este interior de quarteirão.



**Figura 109** A Zona Sul das Tílias e, ao fundo, a Oliveira



**Figura 110** O banco e papelreira utilizados na praça



**Figura 111** Detalhe da laje do pavimento

## Avaliação do espaço – nível social

### Actividades e Usos

Tendo em conta os parâmetros relativos aos períodos de observação referidos no caso de estudo anterior, estabelecem-se os mesmos intervalos de tempo correspondendo aos períodos de menor e maior intensidade de utilização do espaço.

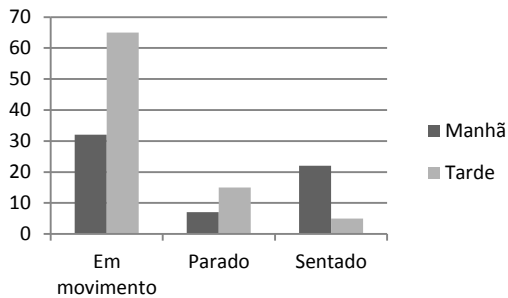


Gráfico 3 Atividades principais do espaço (número de pessoas médio por período)

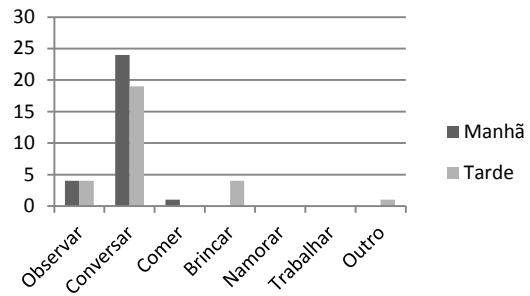


Gráfico 4 Usos específicos do espaço (número de pessoas médio por período)

Também neste espaço se verifica um grande número de pessoas em movimento, como demonstra o Gráfico 3. Ela é portanto uma zona de conexão entre pontos de interesse daquele núcleo, nomeadamente entre os dois museus e as faculdades. Nota-se também que a actividade mais comum é sentar, preferencialmente ao sol como mostram as figuras seguintes. Como resultado de não existirem mais espaços para sentar ao sol, também aqui as pessoas acabam por se sentar no chão junto aos edifícios. As zonas de paragem principais são imediatamente junto aos acessos ao museu e à faculdade, assim como junto dos bancos.



Figura 112 Localização das actividades principais (sentar, parar) - manhã

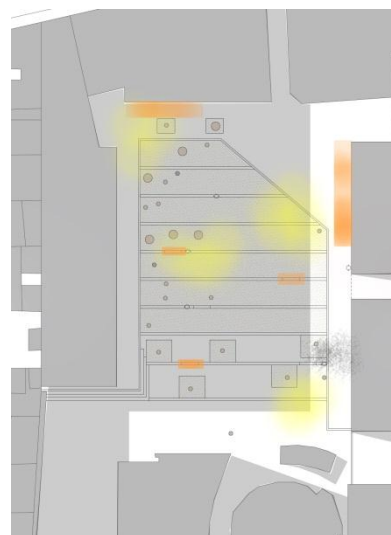


Figura 113 Localização das actividades principais (sentar, parar) - tarde



**Figura 114** Actividades e Usos - Grupo de locais a passear os cães



**Figura 115** Actividades e Usos - Estudantes sentados ao sol



**Figura 116** Actividades e Usos - Parar, Sentar e Conversar

## Fluxos

Os principais fluxos correspondem á ligação entre o museu e a faculdade (dado que este é o percurso mais directo de ligação à rua) e entre o mesmo acesso na direcção da *Plaça dels Àngels*. Os locais de maior movimento dentro do espaço situam-se a Sul e correspondem às zonas a que os *skaters* têm acesso num prolongamento da actividade da praça vizinha. É também nestas zonas que mais frequentemente se encontram crianças a brincar.



**Figura 117** Faixas de fluxos principais



**Figura 118** Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço

## Síntese da Análise

---

### **Pontos Fortes**

- Boa inserção na proximidade a estruturas viárias de ligação à cidade e da rede de transportes públicos;
  - Integrado na rede de espaços públicos;
  - Estabelece conexão entre quatro entidades de importância a nível de cidade;
  - Acessível a todos os utilizadores em todos os seus pontos;
  - Variedade social e etária dos seus utilizadores;
  - Permanência de elementos evocativos de preexistências – facilita a ligação identitária da comunidade;
  - Reflecte sentimento de orgulho e pertença da comunidade;
  - Autonomização dos equipamentos circundantes.
- 

### **Pontos Fracos**

- Acessos pouco visíveis;
  - Encerramento nocturno;
  - Escassez de locais para sentar.
-



## C. Praça do Museu

### Avaliação do espaço – características físicas

#### Identidade

A Praça enquanto elemento integrante de um complexo construído de raiz não apresenta traços evocativos de preexistências dado que o local de construção do CCB consistia num terreno abandonado. Ainda assim existem pequenos apontamentos de referência ao local em que se insere, nomeadamente na execução do pavimento em calçada portuguesa, como é tradicional do espaço público lisboeta, e no facto de ser uma praça interior como o são os claustros dos vizinhos Mosteiro dos Jerónimos e Museu Nacional de Arqueologia.

A imagem da praça projecta sobriedade e simplicidade devido ao traçado ortogonal e às volumetrias maciças do edifício que a delimita e que é acentuado pelo revestimento de todos os panos a pedra lioz, de tratamento picado. O acesso à praça é difícil, dado que se localiza a uma cota superior dos espaços públicos circundantes e por se situar no final de um trajecto que se inicia na Praça do Império atravessando todo o complexo do CCB. Este é um espaço de distribuição e não de permanência pelo que não possui qualquer mobiliário urbano. A sua atractividade prende-se ao seu carácter amplo e desafogado que introduz uma quebra positiva na experiência do complexo. O seu papel a nível social local é pouco relevante, dado que o espaço dificilmente se distancia da imagem do CCB e este facto resume o principal problema da Praça do Museu.

#### Continuidade/Permeabilidade/Legibilidade

A ligação pedonal entre os diversos espaços públicos que compõe a zona é fluida e serve como elemento aglutinador entre os diversos equipamentos que aqui existem. Como demonstra a

Figura 119, a grande Praça do Império continua a ser o elemento central desta rede e o principal ponto de referência entre todos os espaços. É dela também que parte o percurso que liga aos espaços em estudo que, por sua vez, não estabelecem relação com mais nenhum espaço, surgindo como um fim de percurso. Por este motivo se pode considerar que os espaços públicos do CCB se encontram mal inseridos nesta rede.



Figura 119 Ligações pedonais entre o sistema de espaços públicos e as principais vias da cidade

#### Segurança/Conforto/Aprazibilidade e Mobilidade/Acessibilidade/Permeabilidade

Pelas suas características físicas, este é um local aprazível que transmite uma sensação de segurança por ser de desenho simples, sem obstáculos e que faz com que seja possível visualizar todas as suas partes de qualquer ponto do espaço. O facto de os seus limites serem bastante claros ajuda também a este sentimento de conforto. No entanto, frisa-se uma vez mais que este não é um local de permanência, mas de passagem.

Em relação à acessibilidade dentro do local, existe uma falha a nível arquitectónico dado que a única forma de chegar à praça é através de escadas (ou através de um elevador no interior do museu, resultando num percurso muito complicado) ou através de duas rampas laterais que obrigam a contornar o edifício pelo seu exterior. Após a conclusão da construção do CCB este facto foi rectificado pela instalação de uma plataforma elevatória de cadeiras de rodas nas escadas que se localizam na planta seguinte à direita. Na Figura 120 verifica-se que todo o espaço é acessível por todos à excepção das zonas identificadas a vermelho que dizem respeito às escadas de acesso exterior e a um espaço que é mais utilizado por motivos técnicos e de manutenção.

No global considera-se que esta praça configura um espaço que pode ser utilizado por todos ainda que a forma como a ele se acede pudesse estar melhor pensada.

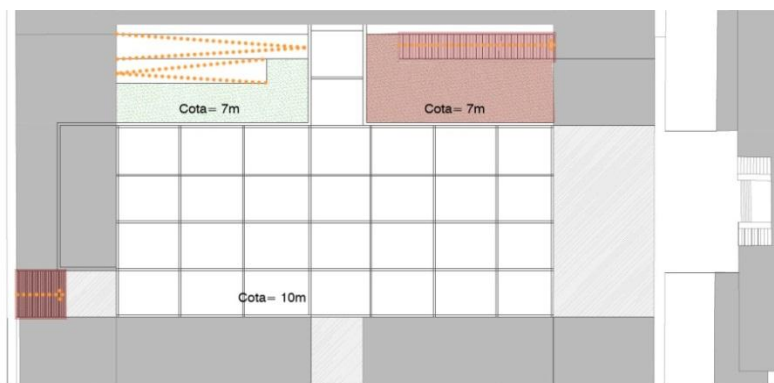


Figura 120 Planta de acessibilidade no espaço e limitações

### Inclusão/Coesão Social e Diversidade/Adaptabilidade

A promoção da coesão social não tem grande relevo nesta praça, à excepção dos momentos em que acolhe eventos ligados às actividades do centro cultural, fazendo com que neste espaço permaneçam por vezes centenas de pessoas simultaneamente (como acontece com os concertos ligados ao “CCB fora de si” no palco que se instala anualmente nesta época).

É nos meses quentes que as dinâmicas se alteram pela presença dessas actividades e também pela instalação de grandes toldos de sombreamento assim como pelos repuxos de água que têm grande atenção por parte dos mais jovens (Figura 121). Este é assim um espaço com grandes capacidades de adaptação a diferentes usos.



Figura 121 O atractivo dos meses quentes: os repuxos de água e os toldos coloridos



Figura 122 A ocupação da praça para acolher eventos musicais. Ao fundo vislumbra-se o palco de concertos



Figura 123 A ocupação da praça para acolher eventos musicais

### Resistência/Durabilidade e Sustentabilidade

Neste aspecto faz-se apenas a ressalva da construção do espaço com materiais resistentes de grande durabilidade e o facto de se apresentar sempre bem mantido e limpo. A sua manutenção encontra-se a cargo do CCB.

### Síntese da avaliação face a critérios específicos

A nível de critérios específicos e á semelhança do que se verifica na *Plaçça dels Àngels*, nesta Praça do Museu não existe qualquer elemento vegetal, estrutura natural ou de mobiliário. Neste caso, por ser um espaço projectado no interior de um complexo cultural com propósitos exclusivamente ligados ao funcionamento e actividades do museu, pode-se considerar compreensível esta opção. O espaço tem como objectivo principal a distribuição (a passagem e não a permanência) para as diferentes partes do complexo e o carácter multifuncional no acolhimento de actividades de diversas naturezas (e.g. exposições, comemorações, intervenções artísticas e musicais). O problema da exposição solar, principalmente nos meses quentes, é contornado pela instalação de toldos que possibilitam sombreamento e redução das temperaturas.

Como entidade inserida perto de um museu de arte contemporânea, também nela se localiza uma obra escultórica: “Néctar” de Joana Vasconcelos que aqui foi colocada em 2006 aquando da inauguração do Museu Berardo e que pretende servir de referência na entrada para o mesmo (Figura 124). O simbolismo de ser uma artista portuguesa contemporânea teve também importância na escolha. No entanto, esta não foi uma peça pensada para o espaço público mas sim para um contexto expositivo. Ainda assim, acaba por funcionar bem enquanto elemento de referência para os visitantes.

A iluminação é feita, do lado Norte, através de nove postes de iluminação multidireccionada dispostas ao longo do limite da praça e, a Sul, é feita através de oito focos embutidos nas paredes limite. Como se observa na Figura 125, existem alguns espaços mal iluminados, nomeadamente no centro da praça, pelo que este consiste num dos pontos menos bem-sucedidos do seu desenho.

A dinâmica que pode existir no seu desenho é dada pelo tratamento do pavimento, na combinação de uma larga quadrícula de mármore com o tratamento típico da calçada portuguesa em pedra calcária de dois tons. É também do solo que emanam pulverizações de água que arrefecem o espaço nos meses quentes funcionando igualmente como um atractivo.



Figura 124 Elementos de expressão artística no espaço - “Nectar”



Figura 125 Vista nocturna da praça - o sistema de iluminação

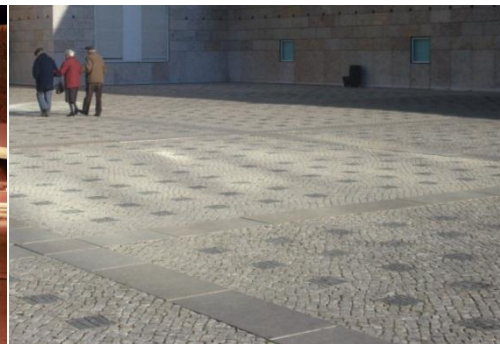


Figura 126 Pormenor do tratamento do solo

## Avaliação do espaço – nível social

### Actividades e Usos

Nos casos de estudo de Lisboa continua-se considera-se como períodos de menor e maior intensidade de uso as faixas horárias entre as 10h e as 12h (designação “manhã”) e o intervalo entre as 16h e as 18h (designação “tarde”) respectivamente.

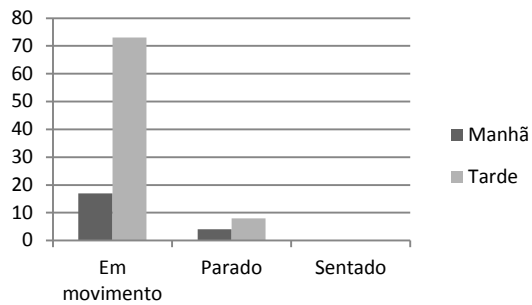


Gráfico 5 Atividades principais do espaço (número de pessoas médio por período)

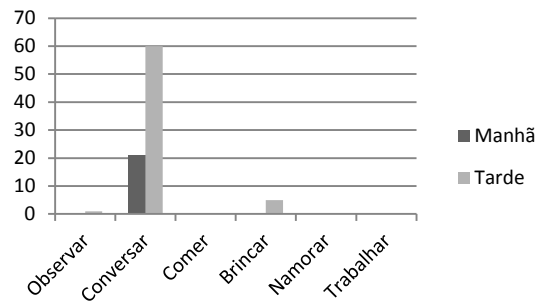


Gráfico 6 Usos específicos do espaço (número de pessoas médio por período)

Nesta praça a actividade principal é caminhar entre os diversos pontos do CCB, pelo que não se observou qualquer pessoa sentada. Verificam-se vários grupos de pessoas a atravessá-la que variam entre duas pessoas e cinquenta (com alguma representação de excursões de turistas que visitam ao museu) e que se encontram na sua maioria a conversar enquanto caminham. Também se verificam zonas de paragem, nomeadamente de pequenos grupos na zona Este e de pessoas que esperam por outras junto ao muro do lado do museu.

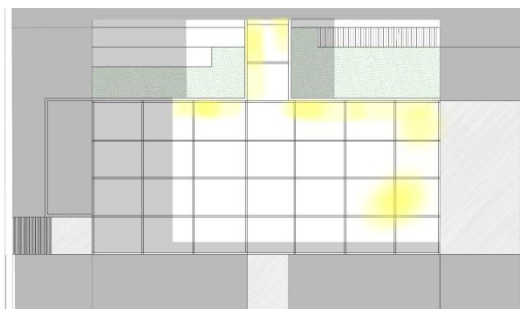


Figura 127 Localização das actividades principais (parar) - manhã

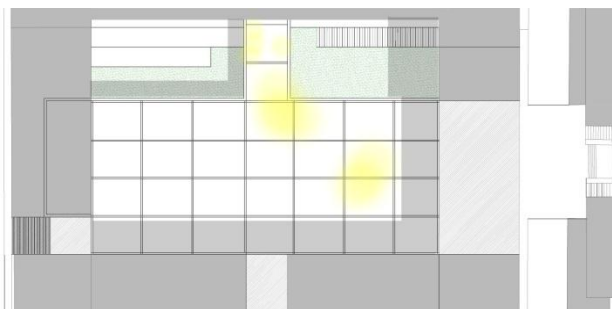


Figura 128 Localização das actividades principais (parar) - tarde

## Fluxos

Enquanto espaço de distribuição de pessoas verificam-se dois fluxos principais: as pessoas que chegam ao espaço pela escadaria a Este e que se destinam ao museu ou as que se deslocam para o Jardim das Oliveiras provenientes do mesmo acesso, como demonstra a Figura 130. Existe ainda outro fluxo importante criado na ligação entre o museu e o Jardim das Oliveiras. Na zona identificada a vermelho identifica-se a área onde se encontram crianças a brincar.



Figura 129 Faixa de fluxo principal

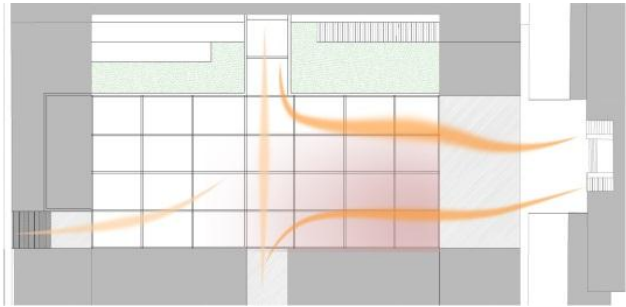


Figura 130 Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço

## Síntese da Análise

---

<b>Pontos Fortes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Responde aos objectivos de regeneração social e económica da zona;</li><li>• Multifuncionalidade e adaptabilidade do espaço a diferentes usos;</li><li>• Boa utilização nos meses de primavera e verão;</li><li>• Manutenção a cargo de entidade privada (CCB).</li></ul>
<b>Pontos Fracos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Má integração na rede de espaços públicos;</li><li>• Acessibilidade difícil pelos utilizadores com limitações motoras;</li><li>• Sistema de iluminação insuficiente;</li><li>• Forte ligação ao complexo do CCB impede a sua autonomização;</li><li>• Subutilização do espaço nos meses de inverno.</li></ul>

---

## D. Jardim das Oliveiras

### Avaliação do espaço – características físicas

#### Identidade

O jardim, construído de raiz tal como todo o complexo do CCB, não possui qualquer referência a preexistências. No entanto, a forte relação que estabelece com o rio, com o Padrão dos Descobrimentos e a vista até à Ponte Sobre o Tejo funciona como um forte referente à memória histórica da cidade. Enquanto espaço-varanda é delimitado apenas pelo lado Norte pelo edifício do CCB, sendo que todas as restantes frentes estão abertas à paisagem. O espaço projecta uma boa imagem pela apazibilidade do lugar, da variedade de componentes que o constituem, pela simplicidade do desenho e pela já referida vista. As utilizações principais deste espaço prendem-se a caminhar e sentar. Existem pessoas em grupos a conversar, sozinhas a apanhar sol ou a ler, verificando-se a presença de todas as faixas etárias, não só de turistas provenientes do museu como de pessoas locais e de outros pontos da cidade.

O facto de ter sempre pessoas a utilizá-lo, principalmente aos fins-de-semana, demonstra como ele é atractivo sendo que, em oposição ao que se passa na Praça do Museu, existem pessoas que se deslocam propositadamente para estar neste local. Pode-se considerar que este espaço se destaca do funcionamento do centro cultural, valendo por si só e esta é a grande mais-valia deste espaço público. Os pontos menos positivos relacionam-se com a acessibilidade ao espaço e dentro dele, o que será desenvolvido de seguida.

#### Continuidade/Permeabilidade/Legibilidade

Como já foi referido na análise correspondente à Praça do Museu, este jardim inclui-se na rede de espaços públicos da zona no entanto, por motivos de acessibilidade, essa integração encontra-se mal resolvida. Como se verifica na

Figura 119 este espaço constitui o final de um percurso, o que acrescentando o facto de se situar a um nível superior aos restantes espaços públicos torna ainda mais difícil essa integração. Ainda assim verifica-se uma grande afluência de pessoas a este jardim ao longo de todo o ano.



Figura 131 Vista do acesso - o jardim desde a Praça do Museu

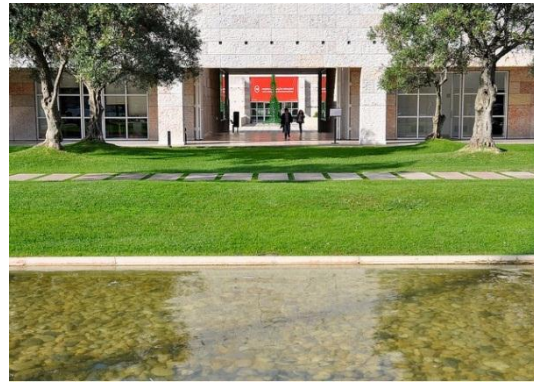


Figura 132 Vista contrária - desde o jardim para a Praça do Museu

### Segurança/Conforto/Aprazibilidade e Mobilidade/Acessibilidade/Permeabilidade

Este é um espaço pontuado por diferentes ambientes dados pelas espécies arbóreas que nele existem, sendo um espaço com uma forte presença vegetal e mineral que o torna especialmente aprazível (Figura 133). Existem alguns locais de difícil acesso visual, consequência da dimensão de alguma vegetação, mas que em nada alteram a sensação de conforto e de segurança do espaço.

No entanto, pode-se considerar que é nos critérios de mobilidade e acessibilidade dentro do espaço que residem os principais problemas deste jardim. O acesso ao jardim passa inevitavelmente pela Praça do Museu que já possui as limitações referidas na avaliação correspondente. Ainda assim, apesar de todo o jardim estar sensivelmente ao mesmo nível, na transição para os rectângulos relevados existe um remate em pedra que limita o acesso de cadeiras de rodas a estas zonas e que se pode verificar na Figura 135. Assim resulta que a maior parte do espaço seja interdito a pessoas de mobilidade reduzida (indicado na mesma figura nas zonas a vermelho).



Figura 133 O domínio do verde e da água no espaço



Figura 134 A zona de oliveiras na criação de um ambiente mais introspectivo



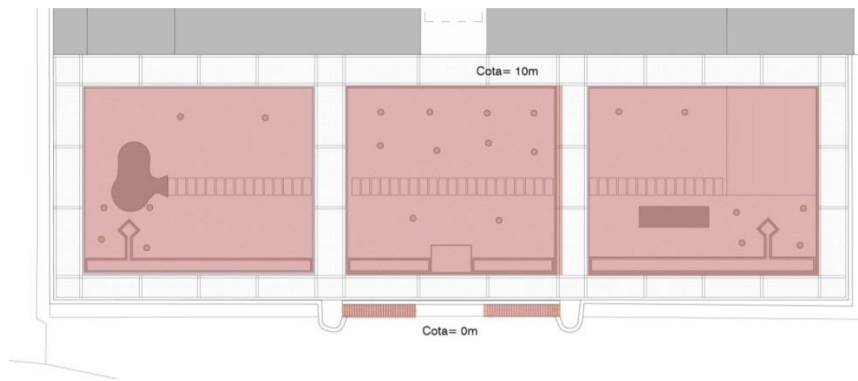


Figura 135 Planta de acessibilidade no espaço e limitações

### Inclusão/Coesão Social e Diversidade/Adaptabilidade

Este é um espaço onde acabam por conviver pessoas de várias proveniências, sejam locais ou turistas que visitam o museu, pelo que o seu papel a nível de inclusão social tem alguma importância naquele núcleo. Ainda que a sua adaptabilidade a outros usos seja mais limitada do que no caso da Praça do Museu, este espaço acolhe concertos ao ar livre e outros espetáculos como se mostra nas imagens seguintes.



Figura 136 Concerto nocturno no Jardim das Oliveiras



Figura 137 Espectáculo indiano no contexto do evento "CCB fora de si" em 2008

### Resistência/Durabilidade e Sustentabilidade

Os materiais de construção do jardim baseiam-se em materiais duráveis e resistentes constituídos por diferentes tipos de pedra. No entanto a maior parte da sua área é composta por vegetação e espelhos de água. Assim, este será possivelmente o espaço que mais gastos de manutenção envolve dos quatro espaços em análise. Ainda assim a sua gestão pertence ao CCB e não a uma entidade pública. O espaço encontra-se sempre bem mantido e limpo.

### Síntese da avaliação face a critérios específicos

Este espaço é rico em elementos vegetais e estruturas naturais sendo mais de metade da sua área total por eles constituída. As três grandes áreas relvadas são delimitadas a Sul por espelhos de água enquanto que a Norte se localizam dois alinhamentos de oliveiras. Nas extremidades existem também algumas palmeiras de evocação aos jardins semi-tropicais que existiam na zona. Estes elementos conferem o atractivo principal do jardim (não denegrindo a vista para o rio) criando ambientes diferentes no espaço. O desenho deste espaço baseia-se na linha recta e no traçado ortogonal sendo que a disposição da vegetação segue os mesmos princípios, acentuando a lógica organizativa espacial como se pode ver na Figura 138.

O mobiliário existente resume-se a algumas papeleiras sendo que o muro de delimitação das suas três frentes foi adaptado pelos utilizadores como zona para sentar. Existe também uma esplanada na zona Este com algum mobiliário próprio mas confinado apenas a esse espaço. No entanto verifica-se que, por vezes, os utilizadores deslocam algumas dessas cadeiras para fora dessa zona, geralmente para locais com sol.

Encontram-se duas esculturas de grandes dimensões no espaço: a peça em bronze “*Reclining Figure: Arched Leg*” de Henry Moore que data de 1970 (Figura 140) e a “Escultura Habitável” de Miguel Arruda inaugurada em 2010 (Figura 141). A primeira pertence ao espólio do Museu Berardo enquanto que a segunda foi feita especialmente para aquele local no contexto do evento “CCB fora de si” do mesmo ano. Embora de carácter provisório, acabou por permanecer naquele local até hoje. As peças enquadram-se bem no meio pela sua dimensão, disposição e materiais utilizados, sendo comum ver as pessoas interagir com elas.

O sistema de iluminação envolve focos colocados no solo, na base das oliveiras que servem mais como uma iluminação difusa na configuração de um ambiente. Existem também alguns focos na parede a Norte, à semelhança do que se passa da Praça do Museu. Verifica-se também que os postes de iluminação da rua contribuem inadvertidamente para a iluminação do espaço. Ainda assim, como este é um espaço de estada, considera-se que o tipo de iluminação se adequa ao tipo de utilização do espaço.



Figura 138 Os alinhamentos que definem a disposição de mobiliário urbano



Figura 139 Vista noturna da praça - o sistema de iluminação

O pavimento tem um tratamento semelhante à praça adjacente com aplicação de pedra mármore e calçada portuguesa em pedra calcária escura, o que se adequa ao tipo de utilização do espaço e configura mais um ponto de interesse na composição.



Figura 140 Elementos de expressão artística no espaço – “Reclining Figure: Arched Leg”



Figura 141 Elementos de expressão artística no espaço – “Escultura Habitável”

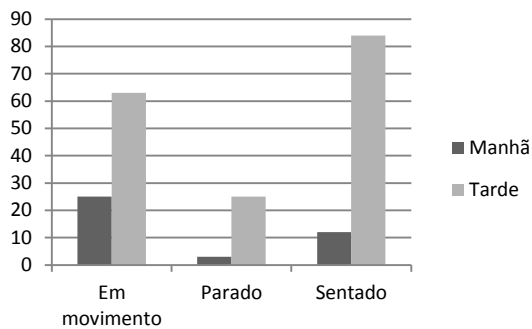


Figura 142 Pormenor do tratamento do solo

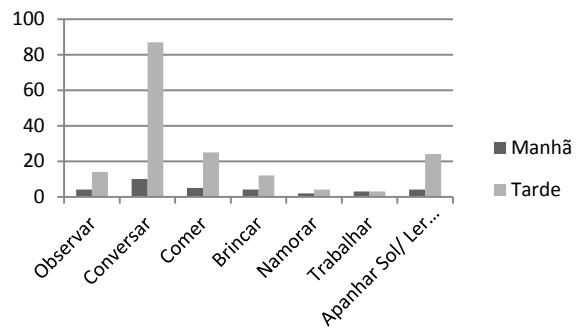
## Avaliação do espaço – nível social

### Actividades e Usos

Tendo em conta os parâmetros relativos aos períodos de observação referidos no caso de estudo anterior, estabelecem-se os mesmos intervalos de tempo correspondendo aos períodos de menor e maior intensidade de utilização do espaço.

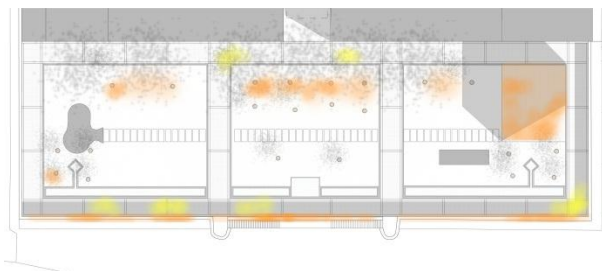


**Gráfico 7** Atividades principais do espaço (número de pessoas médio por período)

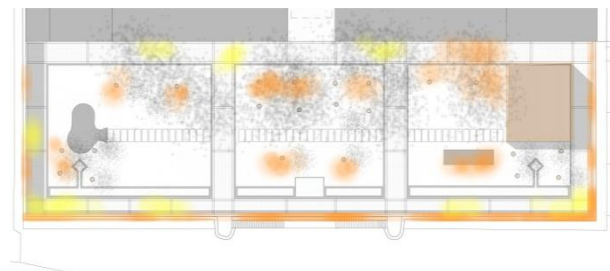


**Gráfico 8** Usos específicos do espaço (número de pessoas médio por período)

Neste espaço verifica-se o sentar como actividade principal, tendo também relevância o número de pessoas em movimento. Os usos específicos do espaço incluem conversar, brincar, apanhar sol e ler como principais. As pessoas localizam-se mais frequentemente em grupos, à excepção da zona junto às Oliveiras onde é mais comum encontrar utilizadores sozinhos. As zonas para sentar eleitas consistem na base das Oliveiras, nomeadamente as que ficam mais perto do acesso ao espaço, e o grande muro de delimitação, que por ser baixo motivou a alteração do uso pelos utilizadores. As zonas de paragem de pessoas encontram-se perto do mesmo muro, pela vista que dali se proporciona, e também na zona de sombra das oliveiras perto do limite Norte.



**Figura 143** Localização das actividades principais (sentar, parar) - manhã



**Figura 144** Localização das actividades principais (sentar, parar) - tarde



**Figura 145** Atividades e Usos - Apanhar sol



**Figura 146** Atividades e Usos - Parar e conversar



**Figura 147** Atividades e Usos - Sentar no muro



**Figura 148** Atividades e Usos - Sentar debaixo das árvores

## Fluxos



Figura 149 Faixa de fluxo principal

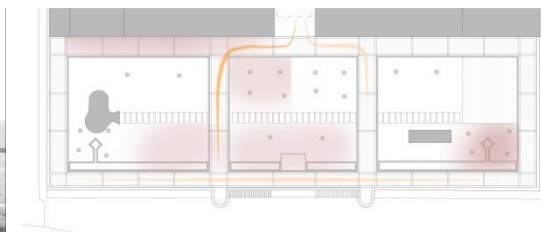


Figura 150 Identificação de fluxos e zonas de maior movimentação dentro do espaço

O principal fluxo de pessoas do espaço localiza-se logo no acesso ao espaço, na preferência dos utilizadores por acederem pelo caminho a Oeste. Como fluxos menos intensos temos o acesso pelo caminho a Este e toda a faixa transversal junto ao muro a Sul. Como zonas de maior movimentação de pessoas identificam-se as zonas junto aos espelhos de água que são de grande atracção para as crianças assim como a Norte na área junto às arcadas.

## Síntese da Análise

---

<b>Pontos Fortes</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Responde aos objectivos de regeneração social e económica da zona;</li><li>• Capacidade de autonomização da entidade cultural em que se insere;</li><li>• Forte relação com envolvente a Sul</li><li>• Presença de elementos vegetais e minerais enriquecem os diferentes tipos de ambiente que se experienciam;</li><li>• Diversidade de usos;</li><li>• Diversidade social e etária na utilização do espaço.</li></ul>
<b>Pontos Fracos</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Má integração na rede de espaços públicos;</li><li>• Acessibilidade difícil pelos utilizadores com limitações motoras;</li><li>• Forte limitação da acessibilidade dentro do espaço aos referidos utilizadores.</li></ul>

---





## 5. CONCLUSÕES



A evolução da relação do espaço público com os equipamentos urbanos tem sido cada vez mais importante na estruturação da Cidade (mesmo independentemente da existência de estratégias urbanas mais ou menos intencionais nesse aspecto). Esta simbiose foi mais forte nalguns momentos da História, como nos casos da Civilização Romana, na Cidade medieval ou no início do século XX com a urbanística Formal. Noutros períodos foi considerada autonomamente como parte da função circulatória ou da função da “natureza” na Cidade, como durante grande parte do Movimento Moderno, com as notórias consequências que ainda hoje procuramos resolver. Ainda assim, podemos considerar uma crescente valorização contemporânea do espaço público, através do aumento da diversificação de usos e especificação tipos de espaço, como é disso exemplo o espaço público destinado a fins comerciais, o espaço associado ao poder administrativo e notoriamente, os espaços de lazer e paisagísticos como os parques, jardins e passeios.

Mais recentemente, a vertente cultural, a par da vertente ambiental, têm ganho protagonismo. Hoje assistimos à massificação da Cultura nas nossas cidades como forma de regeneração urbana. A Cultura saiu do museu e ocupa passeios marítimos, fábricas, edifícios abandonados e também o espaço público. É a cultura que se expressa “na rua”, que é democrática e acessível a todos, que tem o verdadeiro poder de mudança através da contaminação da envolvente que propicia, criando novos núcleos dinamizadores da Cidade. Podemos constatar que, a nível local a Cultura pode ter um grande impacto, nomeadamente no crescimento económico e na diversificação social, tal como se verifica nas zonas em estudo de Belém e do Raval que continuam também a ter cada vez mais espaços públicos associados à sua rede enquanto a sua área de influência cresce.

Quanto ao objectivo de compreender este tipo de espaços associados a entidades culturais, avaliar o seu uso, em relação com a qualidade de desenho e o seu impacto a nível físico e social na envolvente próxima, através da análise dos quatro casos de estudo foi possível identificar os pontos fortes e fracos mais comumente associados a este tipo de projecto. Tendo em conta a diversidade que existe dentro do espectro de espaços públicos deste tipo, foi possível destacar três pontos principais que definem o sucesso do espaço público ligado a equipamentos culturais, sendo que os dois primeiros acabam por estar ligados às questões relativas à autonomia e valores do espaço público, colocadas no capítulo introdutório:

I. A capacidade do espaço se autonomizar da entidade que o gerou. O espaço que vale por si só, que as pessoas utilizam independentemente da presença da entidade cultural ou no contexto de uma actividade por ela desenvolvida, é aquele que presta um bom serviço à população, seja ela a sua comunidade próxima ou de outros pontos do mundo, contribuindo para a identidade e a integração social através dos usos e da apropriação que proporciona. Esse facto é particularmente visível no caso do Jardim das Oliveiras que, apesar de ser um espaço de difícil acesso, regista uma afluência significativa e uma grande diversidade de usos - para além do sentimento de descontração e animação que ali se vive mas que é difícil de registar num trabalho desta natureza. Mas tanto no caso de Belém como no do Raval, a presença dos equipamentos encontra numa rede

de Espaços Públicos gerados ou “contaminados” na sua vizinhança, um modo de estruturação da nova função urbana.

II. A sua capacidade de conceder serviços com valor acrescentado à comunidade em que se insere e que o utiliza. O potencial de transformação que um espaço deste tipo concede àquela envolvente vai-se reflectir no seu tecido económico, contribuindo ainda para a sua diversificação social e para o desencadear dos processos de gentrificação. Essa transformação é notória no bairro do Raval com a construção da *Plaça dels Angels* que, atraindo uma população mais jovem, veio a regenerar o tecido social envelhecido que aí existia assim como a estabelecer nova actividade comercial. Mas esses benefícios estão também ligados ao apoio à vida da comunidade em que se insere, com a disponibilização de espaços direccionados ao ócio e ao lazer, como ao intercâmbio de culturas e serviços necessários à sua experiência e à estrutura da Cidade.

III. O posicionamento consciente dos actores na intervenção no espaço público. O espaço público pode ser considerado parte integrante de uma rede de serviços à escala urbana que extravasa o contexto do edifício que o origina como elemento decisivo para a qualidade urbana. Como referido no capítulo de contextualização, a tendência actual ligada à Arquitectura de grandes equipamentos culturais desenvolve a vertente do “edifício-objecto”, procurando dar visibilidade à entidade cultural através de uma imagem forte e de contraposição às características arquitectónicas do ambiente em que se insere. Essa abordagem não deve ser transposta para a intervenção no espaço público próximo dos recintos para várias actividades lúdicas e culturais em função exclusiva de valorização do edifício, mas ao invés, deve potenciar o desenvolvimento do espaço da comunidade.

Apoiando-nos em Nuno Portas quando afirma que “a Arquitectura tem o seu caminho, mas não resolve o problema da Cidade”<sup>50</sup>, podemos acrescentar que o espaço público representa, no ciclo de vida da Cidade, um poderoso elemento de durabilidade e identidade. O Arquitecto e outros profissionais devem, portanto, trabalhar num plano colaborativo, consciente da diferença das abordagens ao edifício e ao espaço público dado que este último interage com todos os actores num contexto urbano específico numa rede de espaços públicos da Cidade.

Em relação ao desenho do espaço é desejável que exista também a noção de que ele deverá ser capaz de garantir todas as condições que apoiem a sua vivência, não criar conflitos de uso e ser acessível a qualquer utilizador, independentemente das suas limitações. Verificou-se, como exemplo, a subutilização da Praça do Museu nos meses de inverno ou quando não recebe alguma actividade do museu e a dificuldade de acessibilidade que constitui aos utilizadores com limitações motoras. Através de uma revisão de conceitos básicos, como são disso exemplo os parâmetros constantes deste trabalho, seria possível evitar problemas desta índole.

---

<sup>50</sup> Sérgio C. Andrade - Nuno Portas é a cidade portuguesa. Ípsilon [em linha]. 7.03.12 [consulta a 9.03.12]. Disponível em <<http://ipsilon.publico.pt/artes/texto.aspx?id=301649>>

Conhecemos hoje o poder da Cultura na Cidade e por isso o aumento e diversificação deste tipo de espaço público permitirá explorar novas potencialidades possibilitadas por essa ligação como por exemplo na sua gestão, libertando a administração pública dos encargos da sua manutenção, desde que exista de uma coordenação de forma a assegurar a orientação e integração desses espaços nos objectivos da Cidade e no serviço à comunidade.

Por fim, é necessário fazer uma referência às metodologias de avaliação da qualidade do espaço público. Neste âmbito procuraram-se ferramentas que permitissem avaliar essa qualidade em várias perspectivas para além das relativas à forma. Constatou-se que, embora a avaliação do espaço público seja essencial para diagnosticar problemas e saber antevê-los, existe alguma deficiência no campo científico nesse aspecto. Constataram-se alguns condicionamentos que advêm do facto de se trabalhar com conceitos muito abrangentes, com alguma ambiguidade nos critérios e valores, muitas vezes intangíveis e factores ou indicadores dificilmente mensuráveis na caracterização do espaço (como são os conceitos de Identidade, Continuidade, Permeabilidade). Além de tornarem a sua abordagem pouco assertiva num estudo que se pretendia sistemático, esses critérios dificultaram a separação de cada aspecto no discurso, obrigando a assumir em demasia a subjectividade da análise. Este facto é compreensível, dado que o espaço público é composto por várias dimensões de informação que se cruzam e sobrepõe, diferindo de contexto para contexto e, por isso, na sua caracterização acaba sempre por haver uma inter-relação entre parâmetros de diversa natureza. Ainda assim, considera-se que a metodologia utilizada trás resultados bastante satisfatórios já que possibilita uma reflexão mais estruturada sobre as componentes de cada espaço, permitindo a identificação dos seus pontos fortes e fragilidades, numa leitura global na qual em particular, sublinhamos a pertinência do carácter “público” do espaço, através dos seus elementos de “serviço” à comunidade.

Assim, no âmbito deste trabalho final que se realiza no contexto do Mestrado em Arquitectura, ressalva-se a importância de um olhar mais atento pela nossa parte, enquanto arquitectos, em relação à forma como encaramos os projectos, nomeadamente aqueles que pelo seu carácter público inferem directamente na vida social e económica de uma comunidade. Só através da colaboração informada e activa entre administração pública, entidades privadas, arquitectos e outros agentes especializados seremos capazes de dar melhor resposta às necessidades sempre diferentes de uma sociedade em evolução.





## BIBLIOGRAFIA

## BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

### Cidade, Espaço Público e Equipamentos Públicos

ATAÍDE, M. Maia (coord.) (1988)

*Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa*. Lisboa; Assembleia Distrital de Lisboa

BARREIROS, Maria H. (coord.) (2001)

*Lisboa. Conhecer, Pensar, Fazer Cidade*. Lisboa; Centro de Informação Urbana

BASSAND, Michel (2001)

*Vivre et Créer l'Espace Public*. Lausanne; Science, Technique, Société

BENEVOLO, Leonardo (1993)

*La Città Nella Storia D'Europa* (versão consultada *A Cidade na História da Europa*. Lisboa; Editorial Presença, 1995)

BENEVOLO, Leonardo (1998)

*La Città e l'Architetto* (versão consultada *A Cidade e o Arquitecto*. Lisboa; Edições 70, 2006)

BOHIGAS, Oriol (2004)

*Contra la Incontinència Urbana. Reconsideració Moral de l'Arquitectura de la Ciutat*. Barcelona; Diputació de Barcelona

BORJA, Jordi; MUXÍ, Zaida (2001)

*L'Espai Públic: Ciutat i Ciutadania* (versão consultada *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía*. Barcelona; Diputació de Barcelona, 2003)

BORTHAGARAY, Andrés (coord..) (2010)

*Conquistar a Rua! Compartilhar sem dividir*. São Paulo; Romano Guerra

BRANDÃO, Pedro (2011)

*O Sentido da Cidade - ensaios sobre o mito da Imagem como Arquitectura*. Lisboa; Livros Horizonte

BRANDÃO, Pedro; REMESAR, Antoni (2003)

*Design de Espaço Público: deslocação e proximidade*. Lisboa; Centro Português do Design

CARMONA, Matthew; HEATH, Tim; OC, Taner; TIESDEL, Steve (2003)

*Public Spaces Urban Spaces – The Dimensions of Urban Design*. Elsevier Science & Technology

COSTA, João Pedro (2002)

*Bairro de Alvalade: Um Paradigma no Urbanismo Português*. Lisboa; Livros do Horizonte

FERNANDES, José M. (1989)

*Lisboa. Arquitectura & Património*. Lisboa; Livros Horizonte

GEHL, Jan (1987)

*Life Between Buildings* (versão consultada *La Humanización del Espacio Urbano, La Vida Social Entre los Edificios*. Barcelona; Editorial Reverté, 2006)

GEHL, Jan ; GEMZØE, Lars (2001)

*New City Spaces* (versão consultada *Novos Espaços Urbanos*. Barcelona; Editorial Gustavo Gili, 2002)

GONÇALVES, Jorge M. (2006)

*Os Espaços Públicos na Reconfiguração Física e Social da Cidade*. Lisboa; Universidade Lusíada Editora

HALL, Edward T. (1966)

*The Hidden Dimension* (versão consultada *A Dimensão Oculta*. Lisboa; Relógio d'Água 1986)

HEITOR, Teresa V. (2001)

“A expansão da Cidade para Oriente: os Planos de Urbanização de Olivais e de Chelas” in: Barreiros, Maria H. (coord.) *Lisboa. Conhecer, Pensar, Fazer Cidade*. Lisboa; Centro de Informação Urbana, pp 72-85

JACOBS, Jane (1961)

*The Death and Life of Great American Cities*. Harmondsworth; Penguin



LAMAS, José M. Ressano Garcia (2000)

*Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e Tecnologia

LAMPUGNANI, Vittorio M.; SACHS, Angeli (coord.) (1999)

*Museus Para o Novo Milénio. Conceitos, Projectos, Edifícios*. Munique; Prestel

LORENTE, Jesús Pedro (1996)

*The Role of Museums and the Arts in the Urban Regeneration of Liverpool*. Leicester; Centre for Urban History. University of Leicester

LORENTE, Jesús Pedro (coord.) (1997)

*Espacios de Arte Contemporáneo Generadores de Revitalización Urbana*. Saragoça; Departamento de Historia da Arte da Univesidade de Saragoça

LYNCH, Kevin (1960)

*The Image of the City* (versão consultada *A Imagem da Cidade*. Lisboa; Edições 70, 2008)

LYNCH, Kevin (1981)

*Good City Form* (versão consultada *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa; Edições 70, 2007)

MACHADO, Aquilino (2006)

*Os Espaços Públicos da Exposição do Mundo Português e da Expo 98*. Lisboa; Gabinete de Comunicação Parquexpo

RELPH, Edward (1987)

*Modern Urban Landscape* (versão consultada *A Paisagem Urbana Moderna*. Lisboa; Edições 70, 1990)

SERDOURA, Francisco; SILVA, F. (2006)

“Espaço Público. Lugar de Vida Urbana”, *Engenharia Civil – UM*, nº 27, pp. 5 - 16

ROSSI, Aldo (1966)

*L'architettura della Città* (versão consultada *La Arquitectura de la Ciudad*. Barcelona; Gustavo Gili, 1992)

TOSTÕES, Ana (coord.) (2006)

*Sede e Museu Gulbenkian. Ensaios.* Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

## Casos de Estudo

AJUNTAMENT DE BARCELONA (1983)

*Plans i projectes per a Barcelona 1981 – 1982.* Barcelona; Ajuntament de Barcelona

BOHIGAS, Oriol (1985)

*Reconstrucció de Barcelona.* Barcelona; Edicions 62

BORJA, Jordi (1995)

*Barcelona. Un Modelo de Transformación Urbana.* Quito; Programa de Gestión Urbana

BORJA, Jordi (2010)

*Llums i Ombres de L'Urbanisme de Barcelona.* Barcelona; Editorial Empúries

BRANDÃO, Pedro (2000)

*Notas Sobre Espaço Público e Design Urbano em Lisboa, com Referências a Barcelona e ao Nascimento de um "Novo Mundo"* in Brandão,P. (coord.) *Espaço Público e a Interdisciplinaridade* [suporte electrónico], Lisboa: Centro português do Design

CAPEL SÁEZ, Horácio (2005)

*El Modelo Barcelona: un examen crítico.* Barcelona; Ediciones del Serbal

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1992)

*Plano Estratégico de Lisboa.* Lisboa; CML

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1994)

*Plano Director Municipal: Regulamento.* Lisboa; Direcção de Planeamento Estratégico da CML

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (1995)

*A Estratégia e a Prática de Planeamento Urbano em Lisboa 1990-1995.* Lisboa; CML

CENTRE DE CULTURA CONTEMPORÀNIA DE BARCELONA (1995)

*Memòria 1994. L'any inaugural.* Barcelona; CCCB

CENTRE DE CULTURA CONTEMPORÀNIA DE BARCELONA (1996)

*Memòria 1995. Ciutat i creació.* Barcelona; CCCB

CRAVEIRO, João L.; FERREIRA, Isabel C.; ALMEIDA, José M. (1992)

*Estudo sobre a Área do Plano de Salvaguarda de Ajuda / Belém.* Lisboa; LNEC

DAVEY, Peter (1998)

"Belem Bastion" in *The Architectural Review*, nº1211, Janeiro 1998, pp. 54-59

ESTEBAN, Juli (1999)

*1999. Urbanisme a Barcelona.* Barcelona; Ajuntament de Barcelona

GENERALITAT DE CATALUNYA (2010)

*2010 Política Cultural Cataluãa.* Barcelona; Generalitat de Catalunya. Departament de Cultura i Mitjans de Comunicació

INSTITUTO PORTGUÊS DO PATRIMONIO CULTURAL (1988)

*Centro Cultural de Belém, Concurso para Projecto.* Lisboa; IPPC

MARSHAL, Tim (2004)

*Transforming Barcelona.* Nova Iorque; Routledge

MASSANÉS, Pere Cabrera (coord.) (2007)

*Ciutat Vella de Barcelona. Memòria d'un Procés Urbà.* Barcelona; Ajuntament de Barcelona

MEIER, Richard (2010)

*Richard Meier: Museu d'Art Contemporani de Barcelona – MACBA.* Barcelona; Ediciones Polígrafa

MOLINARI, Luca (ed.) (2004)

*Gregotti Associati 1953-2003.* Milão, Rizzoli-Skira

MUSEU D'ART CONTEMPORÀNI DE BARCELONA (1996)

*Memória 1995 – 1996. MACBA. El museu pren forma.* Barcelona; MACBA

NEVES, António O. (1996)

*Planeamento Estratégico e Ciclo de Vida das Grandes Cidades. Os Exemplos de Lisboa e Barcelona.* Oeiras; Celta Editora

TOSTÕES, Ana; BECKER, Anette (1997)

*Arquitectura do século XX – Portugal.* Nova Iorque; Prestel München

## Metodologia de Análise

ALVES, Fernando (2003)

*Avaliação da Qualidade do Espaço Público Urbano - Proposta metodológica.* Lisboa; Fundação Calouste Gulbenkian

BRANDÃO, Pedro (2002)

*O Chão da Cidade – Guia de Avaliação do Design do Espaço Público.* Lisboa; Centro Português do Design

BRANDÃO, Pedro (2008)

*A identidade dos lugares e a sua representação colectiva – Bases de orientação para a concepção, qualificação e gestão do espaço público.* Lisboa; DGOTDU

HANSON, Julienne; HILLIER, Bill (1984)

*The Social Logic of Space.* Cambridge; Cambridge University Press

REMESAR; Antoni (Cod.) (2005)

*Do Projecto ao Objecto. Manual de Boas Práticas de Mobiliário Urbano em Centros Históricos.* Lisboa; Centro Português do Design

SILVANO, Filomena (2002)

*Antropologia do espaço: uma introdução.* Oeiras; Celta

WHYTE, William (1980)

*The Social Life of Small Urban Spaces*. Nova Iorque; Project for Public Spaces, 2001

## BIBLIOGRAFIA VIRTUAL

ANDRADE, Sérgio C. (2012)

Nuno Portas é a cidade portuguesa. *Ípsilon* [em linha]. 7-03-12 [consulta a 9-03-12]. Disponível em <<http://ipsilon.publico.pt/artes/texto.aspx?id=301649>>

Câmara Municipal de Lisboa

Evolução do Planeamento Urbano de Lisboa, 3-03-2012, <[http://pdm.cm-lisboa.pt/ap\\_2.html](http://pdm.cm-lisboa.pt/ap_2.html)>

Carta Estratégica, 4-03-12, <<http://cartaestrategica.cm-lisboa.pt>>

Centro Cultural de Belém

CCB, 29-01-2011, <<http://www.ccb.pt>>

MAGRINYÀ, Francesc; MAZA, Gaspar (2001)

*Inmigración y Huecos en el Centro Histórico de Barcelona (1986 – 2000)*, 30-09-2011, <<http://www.ub.es/geocrit/sn-94-62.htm>>

Museu d'Art Contemporani de Barcelona

Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 29-01-2011, <<http://www.macba.cat>>

Project for Public Spaces

Pps, 13-01-2011, <<http://www.pps.org>>

Página de Arte Pública do Ajuntament de Barcelona

Web d'Art Públic – Ajuntament de Barcelona, 25-02-2012, <[http://w10.bcn.cat/APPS/gmocataleg\\_monum/CambialdiomaAc.do?idioma=ca&pagina=welcome](http://w10.bcn.cat/APPS/gmocataleg_monum/CambialdiomaAc.do?idioma=ca&pagina=welcome)>





ANEXOS



## I. Quadro de Diagnóstico de Valores Identitários

Tabela 1 Quadro de Diagnóstico de Valores Identitários

	Observações
<b>Acessos e ligações – É acessível e bem ligado a outros lugares?</b>	
Pode-se avistar o lugar à distância e tem-se uma visão larga a partir dele?	
Tem boas vistas – contemplar – ver (verdes, pessoas, mar, movimento)?	
Há uma ligação fácil entre o espaço e edifícios adjacentes?	
Os passeios têm ligação fácil-contínua a áreas adjacentes?	
Há opções variadas para chegar ou sair (carro, autocarro, metro, bicicleta)?	
<b>Conforto e imagem – É confortável e projecta boa imagem?</b>	
Qualidade funcional (andar, estar, sentar, falar)?	
Há espaços suficientes para sentar à sombra, ao sol?	
A área parece segura? Terá vigilância regular?	
Os peões dominam os veículos no uso do espaço ou o inverso?	
<b>Usos e actividades – É atractivo para as actividades das pessoas?</b>	
Há pessoas a usar o espaço ou está vazio?	
É usado por pessoas de várias idades, sexos, culturas, deficientes?	
Há vários tipos de actividades a decorrer?	
Há conflitos de uso (cargas-descargas, limpeza, venda ambulante, “grafitti”)?	
<b>Socialização e significados – É sociável, as pessoas encontram-se, identificam significados?</b>	
Há pessoas em grupos, sorrindo, falando uns com os outros, cumprimentando-se?	
Existem sinais de memórias compreensíveis (monumentos, árvores, narrativas)?	
Podem-se identificar pessoas diferentes que usarão o espaço com frequência?	
Há vivências sociais (festas, jogos, quiosques, cafés) e sítios de interacção?	
Há uma visão de futuro, ou orgulho da comunidade, partilhado com o visitante?	

## II. Quadros de Avaliação Qualitativa do Espaço

Tabela 2 Quadro de Avaliação qualitativa do espaço - Critérios gerais

	Pontos Fortes	Pontos Fracos	Avaliação (1 a 5)
<b>Identidade</b>			
<b>Continuidade, Permeabilidade, Legibilidade</b>			
<b>Segurança, Conforto, Apropriação</b>			
<b>Mobilidade, Acessibilidade, Permeabilidade</b>			
<b>Inclusão, Coesão Social</b>			
<b>Diversidade, Adaptabilidade</b>			
<b>Resistência, Durabilidade</b>			
<b>Sustentabilidade</b>			

Tabela 3 Quadro de Avaliação qualitativa do espaço - Critérios específicos

	Pontos Fortes	Adequação	Pontos Fracos
<b>Elementos e Estruturas Naturais</b>			
Dimensionamento/Posicionamento			
Serviço / Performance			
Conservação / Resistência			
Coerência / Integração			
<b>Elementos de expressão artística (Arte Pública)</b>			
Dimensionamento / Posicionamento			
Serviço / Performance			
Conservação / Resistência			
Coerência/ Integração			
<b>Equipamento e mobiliário urbano</b> (a ponderar para cada tipo de equipamento e mobiliário urbano presente no local)			
Dimensionamento / Posicionamento			
Serviço / Performance			
Conservação / Resistência			
Coerência / Integração			
<b>Estruturas e Sistemas de Iluminação</b>			
Dimensionamento / Posicionamento			
Serviço / Performance			
Conservação Resistência			
Coerência / Integração			

**Infra-estruturas viárias, transportes e estacionamento**

Dimensionamento / Posicionamento

Serviço / Performance

**Infra-estruturas de apoio e serviços**

Dimensionamento / Posicionamento

Serviço / Performance

Coerência / Integração

**Pavimentos**

Dimensionamento / Posicionamento

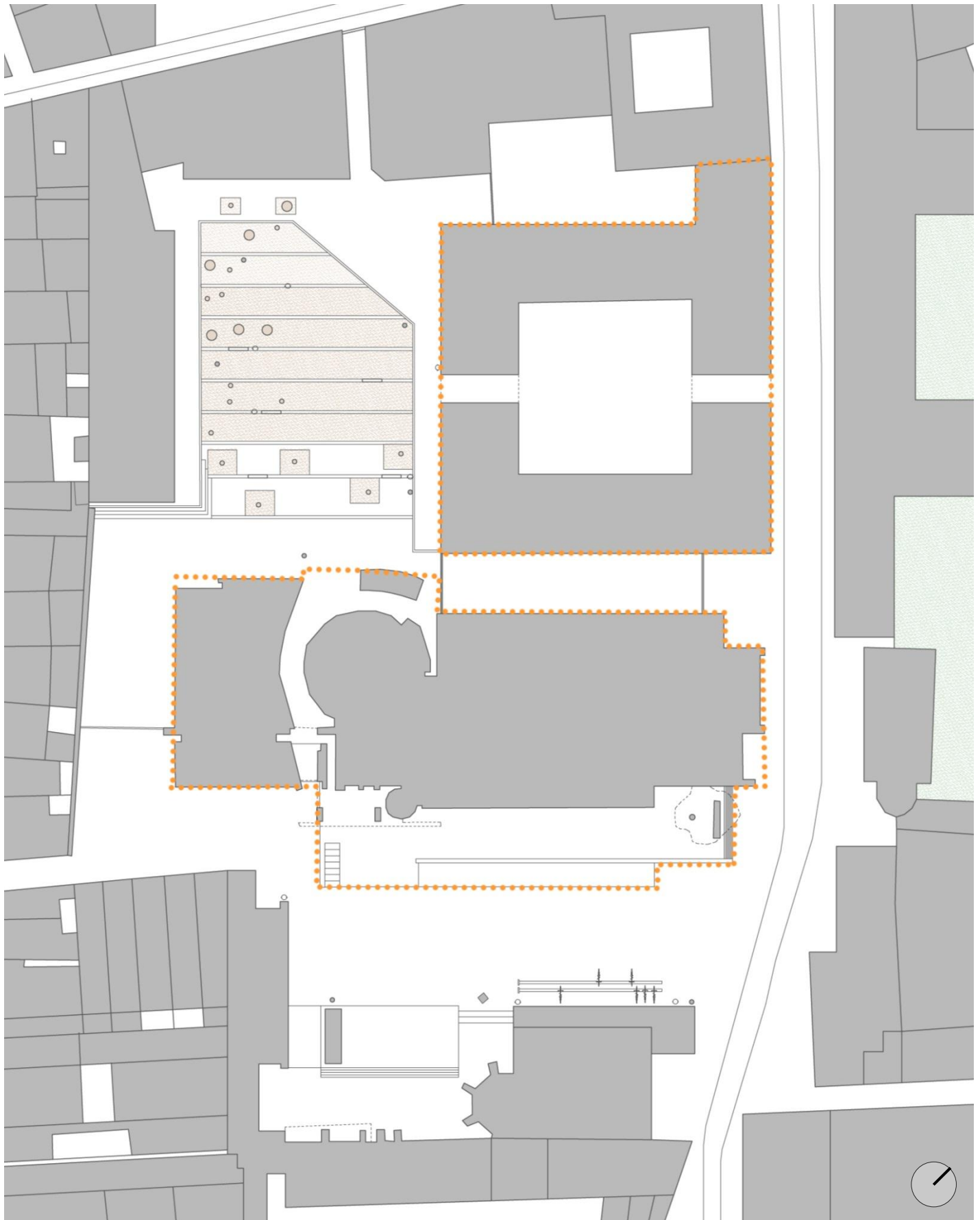
Serviço / Performance

Conservação Resistência

Coerência / Integração

**Avaliação da coerência, pregnância e outras qualidades do desenho****Avaliação global do Projecto**

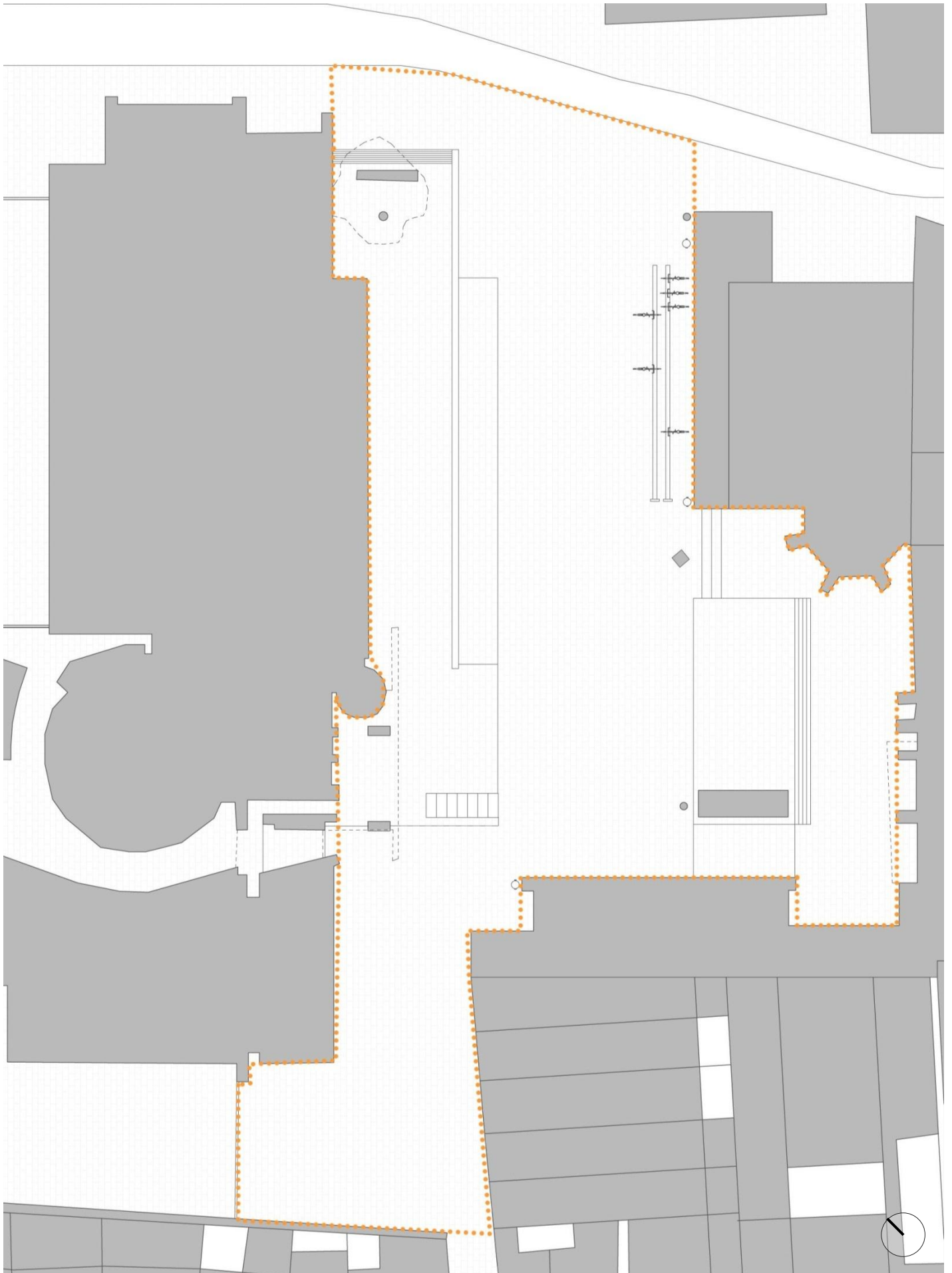
### III. Elementos desenhados



Planta 1 Barcelona - Delimitação do CCCB (a Norte) e do MACBA (a Sul) na inserção dos espaços em estudo (Escala 1/1000)

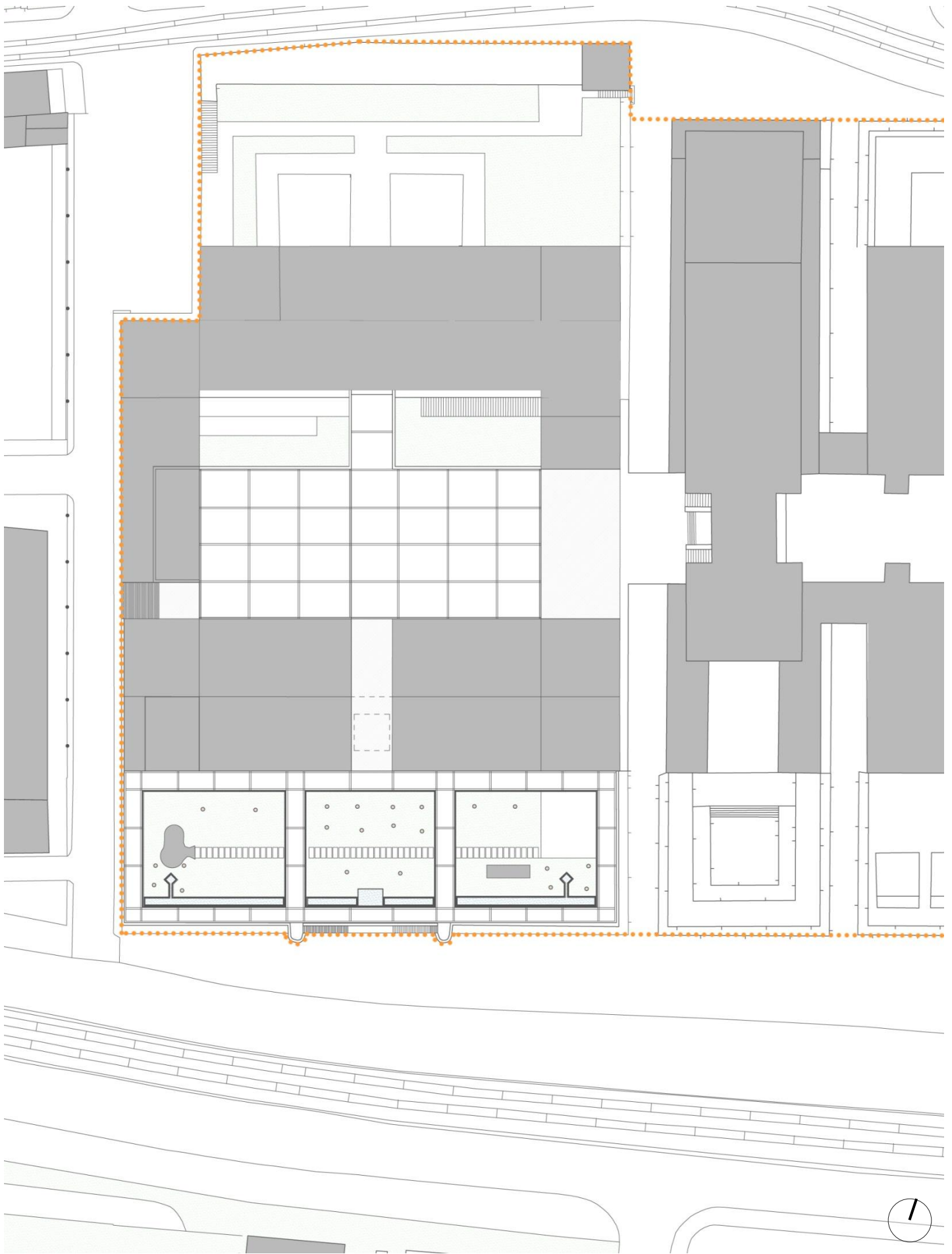


Planta 2 Barcelona - Planta com delimitação da *Plaça Joan Coromines* em estudo (Escala 1/500)

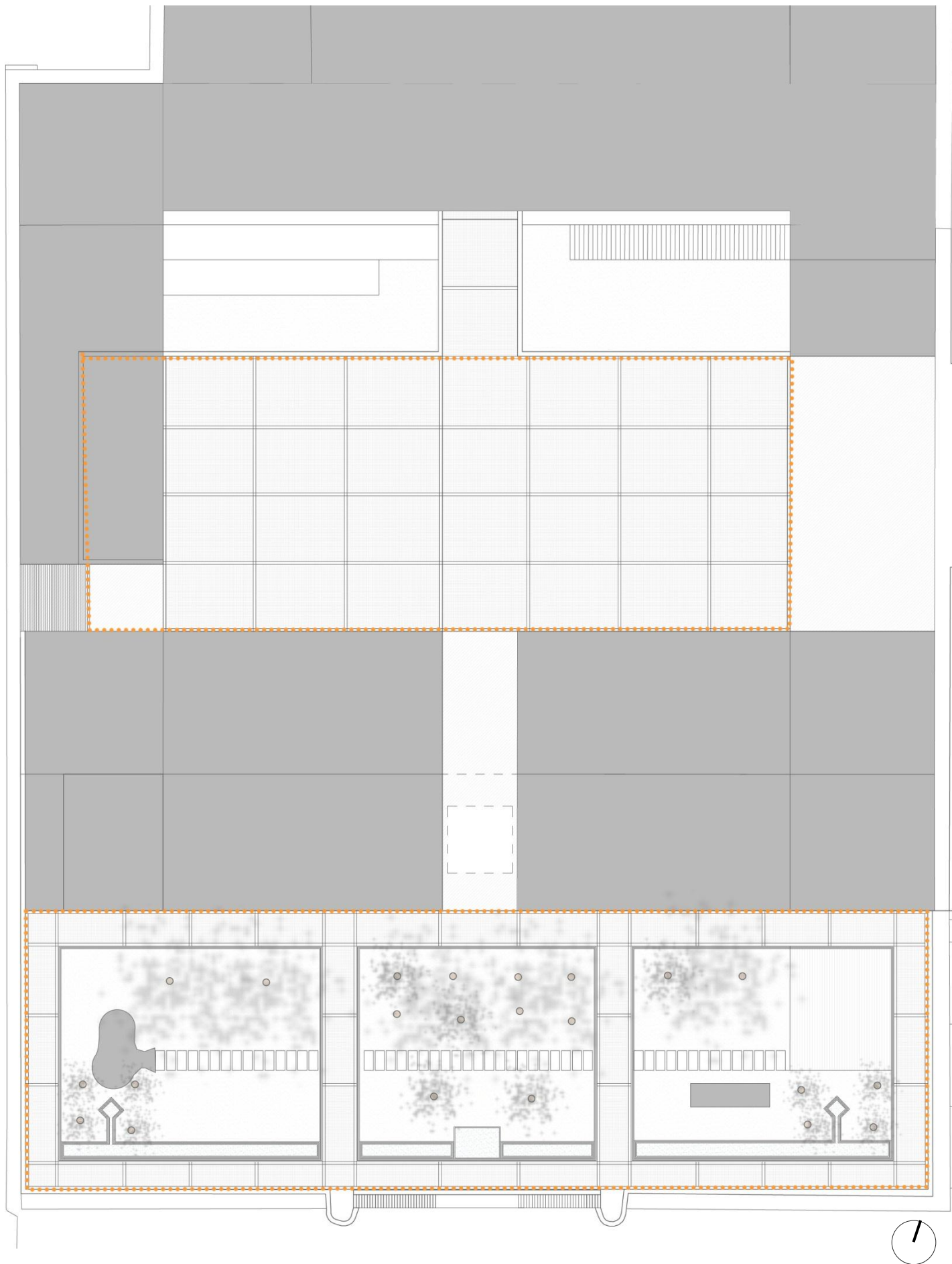


Planta 3 Barcelona - Planta com delimitação da *Plaça dels Àngels* em estudo (Escala 1/500)





Planta 4 Lisboa - Delimitação do CCB na inserção dos espaços em estudo (Escala 1/1000)



Planta 5 Lisboa – Planta com delimitação dos espaços em estudo. A Norte a Praça do Museu, a Sul o Jardim das Oliveiras  
(Escala 1/500)